

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

Raíssa Gehring Ulrich

**AS MODERNIDADES VISÍVEIS E AS ALTERAÇÕES CIDADINAS NA
PASSO FUNDO DE OUTRORA (1891-1924)**

Passo Fundo/RS

2020

Raíssa Gehring Ulrich

**AS MODERNIDADES VISÍVEIS E AS ALTERAÇÕES CIDADINAS NA
PASSO FUNDO DE OUTRORA (1891-1924)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Gizele Zanotto

Passo Fundo/RS

2020

DEDICATÓRIA

Aos meus irmãos, Rafael e Raiana. Tudo o que fiz até aqui foi pensando em vocês. Estou ansiosa para poder acompanhar cada uma de suas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Ao Museu Histórico Regional de Passo Fundo e sua equipe,
por me acolher e ensinar durante minha jornada.

Ao Arquivo Histórico Regional e Instituto Histórico de
Passo Fundo, pelas agradáveis tardes de pesquisa e todo o
auxílio prestado nesta reta final.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Caminho das Missões.	18
Figura 2 – Planta da Freguezia do Passo Fundo em 1853.....	21
Figura 3 – Configuração espacial de Passo Fundo, 1857.....	22
Figura 4 – Mapa sobreposto ao atual com expansão do núcleo urbano entre 1865 e 1888.	31
Figura 5 – Mapa sobreposto ao atual, com a expansão urbana de Passo Fundo entre 1888 e 1902. ...	41
Figura 6 – Concentração dos melhoramentos conforme as ruas.	46
Figura 7 – Avenida General Netto, década de 1910.	62
Figura 8 – Trecho da avenida Brasil entre as ruas Fagundes dos Reis e Capitão Eleutério, entre 1910 e 1920.....	63
Figura 9 – Vista de Passo Fundo, bairro Boqueirão, década de 1920.....	64
Figura 10 – Canteiro central da praça Tamandaré em 1919.....	66
Figura 11 – Avenida Brasil, final da década de 1910.	68
Figura 12 – Planta da cidade de Passo Fundo elaborada por Renato Sá Britto, 1918.....	69
Figura 13 – Transformador da praça Marechal Floriano em 1919.....	72
Figura 14 – Planta da cidade de Passo Fundo, 1922.	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Concessão de terrenos foreiros conforme a sua localização.....	26
Tabela 2 – Incidência de concessão de terrenos foreiros em Passo Fundo (1862-1904).	27
Tabela 3 – Tipos de edificação conforme às ruas em 1902.....	53

LISTA DE SIGLAS

AHR - Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo

IHPF - Instituto Histórico de Passo Fundo

PC - Partido Conservador

PL - Partido Liberal

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
I - DO PASSO À VILA (1857), DA VILA À CIDADE (1891): A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO PASSO-FUNDENSE	15
1.1. Do passo à Vila de Passo Fundo.....	15
1.2. A emancipação e a constituição do município	21
1.2.1. Rememorações da vila “velha”.....	30
II - A REPÚBLICA, O TREM E A REFORMULAÇÃO URBANA (1891-1913)	35
2.1. Mudanças políticas nacionais e a organização local	35
2.2. Passo Fundo Republicana: discursos e reflexos na cidade.....	42
2.2.2. Edificações e “embelezamentos”.....	51
2.2.3. Asseio público e salubridade	57
III - O CRESCIMENTO URBANO E A CONSOLIDAÇÃO CIDADINA DE PASSO FUNDO (1913-1924).....	61
3.1. Escolhas de modernização.....	61
3.1.1. A modernidade visível: eletricidade e iluminação elétrica.....	70
3.1.2. O projeto de saneamento e abastecimento de água por Saturnino de Brito	74
3.2. O custo da modernidade	77
3.2.1. Gestão na conformação da urbe.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
FONTES	84
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

A cidade de Passo Fundo, localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, é, atualmente, um polo regional de saúde, prestação de serviços e comércio. Desde a década de 1950 seus dirigentes têm buscado consolidar o imaginário de *capital do planalto*¹, como referência regional. Entretanto, o desejo, os discursos, as intenções e as práticas de modernização do espaço urbano eram fatores já presentes em períodos anteriores. A presente pesquisa propõe-se a analisar as mudanças no cotidiano urbano em Passo Fundo a partir dos discursos de gestores e intelectuais vinculados à narrativa da modernidade e progresso citadino. O período delimitado corresponde a 1891, ano de elevação da vila à cidade até 1924, ano da publicação do último *Código de Posturas* municipal no período da Primeira República (1889-1930). Pretende-se contextualizar as mudanças no meio urbano de Passo Fundo, analisando discursos e práticas modernizadoras, de modo a verificar seus impactos na vida cotidiana.

As mudanças políticas a nível nacional, como a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, e local com a elevação da vila à categoria de cidade, em 10 de abril de 1891, estariam associadas também com o ponto de virada no desenvolvimento de Passo Fundo: a implantação da ferrovia, concretizada em 1898, que contribuiu para a inserção regional do município, além de impactar no processo de urbanização da sede. A chegada da ferrovia é considerada por diversos pesquisadores² como o marco do desenvolvimento urbano e econômico da cidade, sendo o período que corresponde às primeiras décadas do século XX apontado como a *Belle Époque* tardia passo-fundense.³ Porém, a perspectiva da influência destas alterações citadinas no cotidiano urbano de Passo Fundo ainda é um campo a ser melhor explorado, nas suas especificidades. Pretende-se evidenciar que estes processos, de urbanização e modernização da cidade, não aconteceram de forma orgânica e imediata, mas de forma gradual, partindo de escolhas de modernização feitas por dirigentes pautadas por questões orçamentárias, morais e estéticas, que acabaram privilegiando alguns pontos específicos de uma cidade que expandia sua população e, conseqüentemente, seu perímetro urbano.

¹ Eduardo Roberto Jordão Knack dedica-se, em sua tese, a tratar sobre a construção do imaginário de Passo Fundo como capital do planalto, na década de 1950. KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. 2016. 468 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

² Dentre eles, destacamos: DAL MORO, KALIL e TEDESCO (1998); FERRETO (2012); KNACK (2016); MIRANDA e MACHADO (2005); TEDESCO (2015); GOSCH (2005).

³ Os autores Miranda e Machado em sua obra *Passo Fundo, presentes da memória* (2005, p. 49) dão destaque a década de 1910 como correspondente à *Belle Époque* tardia passo-fundense, o que é corroborado por Eduardo Knack, em sua tese de 2016. Neste sentido, cabe também apontar a obra de Heleno Alberto Damian e Marco Antonio Damian, *Páginas da belle époque passo-fundense*, publicada em 2008.

O núcleo urbano de Passo Fundo, começou a se formar na primeira metade do século XIX, ao longo do caminho das tropas, com o estabelecimento de militares que receberam terras no norte do estado, até então ocupado predominantemente por indígenas. Entre “1827/1828, o miliciano Manoel José das Neves, ou Cabo Neves obtém quatro léguas quadradas de campo no local que atualmente localiza-se a cidade de Passo Fundo, trazendo consigo a sua família, escravos e gado, fundando uma modesta fazenda pastoril e agrícola”⁴. No local em que Cabo Neves se estabeleceu, formou-se um pequeno povoado, próximo ao arroio Lava Pés e no entorno da estrada das Tropas, na região que corresponde ao atual bairro Boqueirão.⁵

Em 1833, o povoado de Passo Fundo passa a integrar o distrito de Cruz Alta, que pertencia ao 4º quartelão de São Borja. No ano seguinte, Cruz Alta é emancipada e Passo Fundo se torna distrito da mesma. Em 1857, emancipa-se de Cruz Alta, sendo elevado à categoria de vila.⁶ Mas a vila só se tornaria cidade em 10 de abril de 1891⁷, dois anos após a Proclamação da República. Nesta década, a população do município teve um aumento significativo com a onda de imigração de europeus para o norte do Rio Grande do Sul, que proporcionou a diversificação da economia da região, principalmente por conta da intensificação da exploração da madeira e da produção agrícola.⁸ Mas, mesmo assim, a expansão urbana de Passo Fundo até o final do século XIX se daria lentamente no entorno da atual Avenida Brasil, então chamada de rua do Commercio.⁹

O ponto de virada para o desenvolvimento urbano de Passo Fundo se deu com a chegada da ferrovia na região. Segundo Adelar Heinsfeld¹⁰, o Rio Grande do Sul entrou na era ferroviária a partir de 1874, mas a via férrea só chegaria a Passo Fundo em 1898, quando o eixo de importância da estrada de ferro no estado desloca-se para Santa Maria, considerado ponto estratégico para a defesa do Rio Grande do Sul. A importância da região para o estado se

⁴ BATISTELLA, Alessandro; KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do Município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII E XIX. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 46.

⁵ KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. 2016. 468 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2016. p. 56.

⁶ BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 47.

⁷ BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 63.

⁸ TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 194.

⁹ FERRETO, Diego. *Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha*. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 62.

¹⁰ HEINSFELD, Adelar. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 1. p. 273-280.

consolidou com a construção da linha São Paulo-Rio Grande, que tinha por objetivos integrar o Sul ao centro do país, além de servir como elemento de defesa contra um possível conflito com a Argentina e promover a colonização de várias partes do território. Para Heinsfeld, “a construção da ferrovia até Passo Fundo deu um novo impulso à região, que anteriormente estava praticamente isolada do restante do estado”.¹¹

Com a chegada da ferrovia em Passo Fundo, a *locomotiva do progresso*, a cidade vai consolidar um processo de mudanças. O espaço que hoje compreende o centro da cidade se desloca da rua do Comércio, na região do bairro Boqueirão, para o entorno da estação férrea, consolidando-se com a melhoria das vias públicas, a construção de hotéis, comércio, bancos, bem como o desenvolvimento da saúde e educação por conta do aumento da população. Nas primeiras décadas do século XX a cidade passa a se expandir, principalmente, ao longo da linha férrea, para o sudeste, e ao leste, seguindo a rua do Comercio (atual Avenida Brasil) em direção à ponte sobre o rio Passo Fundo¹². Segundo Eduardo Knack,¹³ essa modernização do espaço urbano vai modificar o cotidiano dos munícipes, introduzindo novas formas de sociabilidade e acelerando a vida dos passo-fundenses.

O espírito de progresso e modernização, consolidado pela implantação da ferrovia em Passo Fundo, já “pairava no ar” desde a Proclamação da República, em 1889. Em todo o Brasil a elite dominante procurou impor seus padrões a uma população que tratava como meros instrumentos de seus projetos maiores e “seu recurso para efetivar esses fins eram códigos rígidos e sistemas de racionalidade, aplicados com vistas de modelar os comportamentos e as práticas, desde o âmbito geral até os recônditos da intimidade e da consciência de cada habitante do país”.¹⁴ Esse processo seria ainda mais intenso no Rio Grande do Sul, já que, como evidencia Sandra Pesavento, o governo republicano do estado, pautado pelo ideário positivista de ordem para obtenção do progresso. As elites sul-rio-grandenses conduziram o processo de modernização das cidades “apostando na conservação de uma ordem social e almejando o progresso econômico da urbe, passo a passo, com o emprego de medidas de intervenção técnica, estética e de saneamento, complementadas por atitudes moralizadoras”.¹⁵

¹¹ HEINSFELD, 2007, p. 289.

¹² FERRETO, 2012, p. 63.

¹³ KNACK, 2016, p. 58.

¹⁴ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 3. p. 39.

¹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Espaço, sociedade e cultura: o cotidiano da cidade de Porto Alegre. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 2. p. 169.

À nível local, o Partido Republicano Rio-Grandense organizou-se em Passo Fundo apenas em 1889, por iniciativa de Gervasio Lucas Annes, e de outros dissidentes do Partido Conservador (PC)¹⁶. Pode-se dizer que a primeira manifestação republicana em Passo Fundo iniciou ainda nos anos 1870, com o Clube do Toco de Vela, formado por jovens passo-fundenses que discutiam as ideias republicanas. Inclusive, foram estes jovens, apoiados por republicanos locais, que fundaram em 1890 o jornal *Echo da Verdade*, considerado o primeiro jornal da cidade, dirigido pelo líder do Partido Republicano em Passo Fundo, Gervasio Lucas Annes.¹⁷

O ideário de progresso republicano influenciou também no pensamento, discurso e práticas modernizadoras na cidade de Passo Fundo e temos como objetivo analisar os impactos destas mudanças no cotidiano passo-fundense. Por este motivo, a presente pesquisa se insere no campo de estudos da História Cultural, campo que sofreu renovações a partir da década de 1970, com a “Nova História” Cultural, suscitando outros olhares, interesses e possibilidades para a pesquisa histórica. Na História Cultural, a análise do cotidiano começou a ser explorada a partir dos novos interesses da História, como a arqueologia, que permitiram o estudo de hábitos, modos de fazer e de viver.¹⁸ O cotidiano é analisado por diversas áreas de estudo, além da historiográfica, como as ciências sociais, o serviço social e a filosofia. Um dos nomes de destaque na abordagem das relações entre a ética e a vida social, que se apresenta como teoria base para estudos de outras áreas que abordam o cotidiano, é a filósofa da Escola de Budapeste, Agnes Heller. Para a autora, a vida cotidiana é a vida de todo homem¹⁹ e está estreitamente ligada à produção e reprodução de valores. Fazem parte dessa vida cotidiana "a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação."²⁰

Para além dos estudos de Heller sobre a moral e o cotidiano, temos uma análise das práticas cotidianas feita pelo teórico francês Michel de Certeau que, de certa forma, se

¹⁶ Conforme Miglioranza, na época do império, a orientação dos políticos locais era predominantemente liberal, com algumas lideranças conservadoras. MIGLIORANZA, Cristiane Indiará Vernes. *O coronel e os prelos: relações entre imprensa e poder em Passo Fundo*. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, 2008. p. 54-59.

¹⁷ BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola. O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo: os primeiros 50 anos. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 147.

¹⁸ DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. in: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 379.

¹⁹ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 17.

²⁰ HELLER, 1985, p. 18.

contrapõe e complementa a teoria de Heller. Para o autor, o cotidiano não se apresenta somente como espaço de opressão e disciplina, cercado de regras, mas pode se apresentar como espaço de resistências quase imperceptíveis e antidisciplinas. É no cotidiano que se "inventam" formas criativas de sobreviver.²¹ Neste sentido, Pierre Mayol²² argumenta que a organização da vida cotidiana se articula ao menos a dois registros: os *comportamentos* e os *benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar*. Partindo destes dois registros, formulou-se o conceito de *conveniência*, para referir-se à regulação que articula esses dois sistemas, que

representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de tirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana.²³

Mayol também define as práticas culturais como a “combinação de elementos cotidianos concretos [...] ou ideológicos [...], ao mesmo tempo passados por uma tradição (de uma família, de um grupo social) e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem em uma visibilidade social fragmentos de discurso”.²⁴ Podemos pensar também que este processo de regulação moral, que perpassa o cotidiano, pode fazer parte do que Norbert Elias denominou como “processo civilizador”. O conjunto de regras e a moralidade que vai sendo construída se traduzem em mudanças concretas no comportamento de toda uma sociedade.²⁵

O cotidiano, conforme a problemática apresentada, está vinculado ao contexto urbano de Passo Fundo entre o final do século XIX e início do XX. Ao longo do século XX, novas formas de ver e entender a cidade surgiram, seja com a cidade sendo considerada como artefato, como um modelo biológico ou ecológico, como um sistema ou como texto. Em uma tentativa de sistematizar as características de uma cidade, José D’Assunção Barros apresenta uma perspectiva multifatorial como maneira de analisar o fenômeno urbano em uma totalidade de aspectos, partindo de elementos apontados por diversos historiadores, principalmente a partir da segunda metade do século XX, como comuns a todas as cidades. Barros considera, para além

²¹ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 101-102.

²² MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD; Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar* (Tomo 2). 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 35-36.

²³ MAYOL, 2013. p. 37.

²⁴ MAYOL, 2013. p. 37.

²⁵ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. vol. 1. p. 69.

dos aspectos organizativos e institucionais da cidade, outras dimensões a serem compreendidas, como a dimensão populacional, econômica, morfológica, política, cultural e imaginária.²⁶ Para ser possível analisar a cidade é preciso, para o autor, levar em conta o período específico no qual ela está inserida, sua população, quantitativa e qualitativamente, suas atividades econômicas e políticas, sua organização e morfologia urbana, a cidade como lugar de trocas culturais, a construção do imaginário sobre a mesma e a inserção da cidade em sistemas mais amplos. Acima de tudo, é preciso levar em conta que a cidade é multifuncional, o que faz com que ela e também a sua população sejam extremamente complexas.²⁷ Alguns destes aspectos serão levados em consideração nesta pesquisa.

Para que fosse possível a realização da mesma foi necessária a utilização de diversas fontes, algumas das quais analisadas e utilizadas por outros pesquisadores em diversas obras, mas que, pela lacuna historiográfica voltada ao cidadão em nosso período de estudo, serão potencializadas nesta pesquisa. Por isso, será utilizado como base para o presente trabalho a pesquisa indiciária, teoria desenvolvida por Carlo Ginzburg²⁸, que se apresenta como um modelo epistemológico ou paradigma baseado na semiótica. Consiste na análise de diversas pistas, indícios, sinais e vestígios que poderiam passar despercebidos, mas que recebem um olhar mais atento conforme a problemática de pesquisa.

Foram utilizados como fonte os documentos oficiais da Intendência Municipal de Passo Fundo do período, além de periódicos, acessados no acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e do Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR). A necessidade de modernização, de manter o embelezamento e a higiene da cidade, ficam evidentes nos *Códigos de Posturas* e nas *Mensagens do Intendente à Câmara Municipal*, bem como nos *Relatórios Oficiais da Intendência*. Além disso, os jornais locais se apresentam como fonte de diversas narrativas que revelam o cotidiano urbano da sua época.

A partir da análise destas fontes, pretende-se evidenciar que o processo de urbanização na virada do século XIX para o XX em Passo Fundo, intensificado pela chegada da ferrovia em 1898, levou a mudanças em diversos espaços de convivência e mesmo de sociabilidade. As ruas e praças são calçadas e arborizadas, a criação de animais soltos é coibida, surge a necessidade de investir em iluminação pública e linhas telefônicas. Não se permite mais a passagem de tropas pela antiga "rua das Tropas", que muda de nome junto com as mudanças na cidade,

²⁶ BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 49-51.

²⁷ BARROS, 2007, p. 107-111.

²⁸ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 143-275.

passando a chamar-se Avenida Brasil. O centro da cidade desloca-se para o entorno da via férrea e, ao redor da praça Marechal Floriano se constitui um importante centro comercial e cultural, composto por casas de comércio, hotéis, cinemas e cafés.

Para dar conta de nossa proposta, dividimos o trabalho em três partes. No primeiro capítulo, iremos apresentar a consolidação do território passo-fundense à nível regional e o estabelecimento da vila. Para isso, iremos contextualizar a formação do povoado até a sua emancipação político-administrativa, ocorrida em 1857, que consolidou a sede do município como vila do Passo Fundo. Partindo deste marco, analisaremos o processo que culminou na elevação da vila à categoria de cidade, no ano de 1891, nos primeiros tempos do período republicano. Desta forma, procuraremos demonstrar como era o cotidiano da vila antes de tornar-se cidade.

Em nosso segundo capítulo, contextualizamos as mudanças em curso na virada do século XIX para o XX e como estas mudanças impactaram no cotidiano urbano da cidade. Neste período, a colonização, o início da exploração madeireira e o estabelecimento da ferrovia na região norte do estado estavam em sinergia, aliados ao discurso político positivista da ordem para obtenção do progresso. Pretendemos demonstrar como estes fatores se refletem nas lógicas da organização urbana e tentativas de modernização da cidade de Passo Fundo.

A década de 1910, como já foi apontado, é considerada por diversos autores como a *Belle Époque* tardia passo-fundense, por isso, dedicaremos o terceiro capítulo à esta década, mais precisamente partindo de 1913 até o ano de 1924. Neste período, o crescimento urbano, vinculado ao estabelecimento da ligação ferroviária com São Paulo, em 1910, e o crescimento populacional, teriam um aumento exponencial, o que afetaria significativamente os investimentos na cidade. Desta forma, procuraremos evidenciar as escolhas feitas sobre a modernização da cidade, impactadas pelo crescimento urbano.

I - DO PASSO À VILA (1857), DA VILA À CIDADE (1891): A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO PASSO-FUNDENSE

O município de Passo Fundo está localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul, especificamente, no Planalto Médio do extremo sul do Brasil. O território que se tornou o município de Passo Fundo teve seus limites definidos na segunda metade do século XIX, momento no qual a povoação de Passo Fundo passou pelo processo de emancipação político-administrativa, ocorrida em 1857. Esse fato apresenta-se como um dos marcos importantes do processo de consolidação da sede do município, como vila do Passo Fundo. Por sua vez, o segundo marco é a culminância na elevação da vila à categoria de cidade, no ano de 1891, nos primeiros tempos do período republicano. Tendo em vista esses dois aspectos, pretende-se, neste primeiro momento, apresentar a consolidação do território passo-fundense à nível regional e no estabelecimento da vila para que possamos, nos próximos capítulos, nos aprofundar nas mudanças ocorridas na urbe.

1.1. Do passo à Vila de Passo Fundo

A historiografia tradicional sobre o município de Passo Fundo, produzida por Francisco Antonino Xavier e Oliveira²⁹ e Delma Rosendo Gehm³⁰, tende a considerar que a história local inicia com a ocupação branca, no século XVII, a partir do estabelecimento das missões jesuíticas na região. Estes dois historiadores ou memorialistas (sem formação acadêmica na área), apesar de serem pioneiros na tentativa de sistematização da história local, deixaram

²⁹ “Francisco Antonino Xavier e Oliveira nasceu em 05 de setembro de 1876, na fazenda Três Capões, no município de Passo Fundo, sendo seus pais Antonio de Oliveira Penteadado e Idalina Xavier e Oliveira. Casou com Anna Joaquina Xavier e Oliveira, com quem teve onze filhos”. cf.: OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto histórico*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1990. vol. 2. p. 23. Desde 1896 ocupou diversos cargos públicos no município de Passo Fundo, como Auxiliar da Secretaria do Conselho Municipal (até 1899), quando assumiu o cargo de Promotor Público, Secretário da Intendência (1901 a 1905), Juiz Distrital (1905-1909) e vice-intendente (1909-1912), também exercendo paralelamente funções de comerciante e advogado no município. É considerado o “pai da história” passo-fundense, por ser, de fato, o primeiro a escrever sobre a história local. Além de escrever sobre a história do município, Antonino Xavier também foi uma figura atuante no cenário passo-fundense durante o período que delimita a presente pesquisa. As suas principais obras foram reunidas, reeditadas e relançadas pela Universidade de Passo Fundo em 1990, sob o título *Annaes do Município de Passo Fundo*, em 3 volumes (aspecto geográfico; aspecto histórico; e aspecto cultural). Ver: NASCIMENTO, Welci; DALPAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 1995. p. 58-61.

³⁰ Delma Rosendo Gehm foi professora e membro da Academia Passo-fundense de Letras. Sua principal publicação é intitulada *Passo Fundo através do tempo*, dividida em três volumes (histórico e administrativo; fatos, usos, costumes e valores; e enfoques gerais). O primeiro volume foi lançado originalmente em 1978, mas em 2016 a obra foi reeditada e todos os volumes foram publicados em formato digital no site do Projeto Passo Fundo.

diversas lacunas, já que em suas obras narram acontecimentos e eventos e celebram grandes homens, transformando em heróis locais produzindo, assim, uma História das elites para as elites³¹, situação comum a divulgação histórica Brasil afora. Ainda assim, as obras produzidas por estes autores, juntamente com a obra *Passo Fundo das Missões*, de Jorge Edeth Cafruni³², se constituem como fontes secundárias de informação para a construção histórica do período anterior ao século XX. Por isso, algumas informações que aparecem citadas em diversas publicações têm a origem inicial na obra destes autores, principalmente em Francisco Antonino Xavier e Oliveira.

A ocupação do território que hoje compreende o município e, conseqüentemente, a cidade de Passo Fundo é milenar, datando de mais de 12 mil anos. Ao longo deste período, conforme aponta Tau Golin³³, a região foi dominada principalmente pelos povos do tronco indígena Jê, que hoje são denominados kaingang. Mesmo com as tentativas de dominação do território pelos brancos, com o estabelecimento dos jesuítas³⁴ e a realização de bandeiras³⁵, os indígenas foram soberanos na região, pelo menos até o início do século XIX, quando começa o processo de intrusão e apropriação deste território considerado “vazio” pelos luso-brasileiros, resultando, posteriormente, na criação de aldeamentos indígenas pelo território do Rio Grande do Sul.³⁶

³¹ BATISTELLA, KNACK, 2007, p. 29.

³² Jorge Edeth Cafruni nasceu em 1913, em Porto Alegre, filho de imigrantes libaneses. Estabeleceu-se em Passo Fundo nos primeiros anos da década de 1940, passando a dedicar-se ao jornalismo. Foi o idealizador do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), criado em 1954. A obra *Passo Fundo das Missões*, publicada originalmente em 1966, se constitui como uma das principais fontes para o estudo da região do município de Passo Fundo no período das missões jesuítas (século XVII). A obra foi reeditada e reimpressa em 2019 pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo, com o apoio do Instituto Histórico de Passo Fundo e da Academia Passo-Fundense de Letras. Ver: CAFRUNI, Jorge Edeth. *Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2019.

³³ GOLIN, Tau. Passo Fundo do território caingangue. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 65-67.

³⁴ Segundo alguns historiadores, no território que hoje compreende o município de Passo Fundo foi estabelecida a redução de Santa Teresa, em 1632. Ver mais em: CAFRUNI, Jorge Edeth. *Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2019.

³⁵ As bandeiras foram incursões paulistas pelo interior do Brasil, com o objetivo de capturar indígenas, travando verdadeiras guerras contra as reduções jesuítas durante o século XVII. Segundo Batistella e Knack (2007, p. 37), “os bandeirantes não passavam de ambiciosos saqueadores, escravizadores de indígenas e promotores de verdadeiros etnocídios”. Ney Eduardo Possap d'Ávila aponta que em 1637 uma bandeira ocupou a redução de Santa Teresa. Ver mais em: d'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. *Passo Fundo: terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996. vol. 1. p. 31.

³⁶ Sobre os povos indígenas no território do Rio Grande do Sul, ver mais em: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. vol. 5. Sobre os povos indígenas do território do atual município de Passo Fundo, ver mais em: GOLIN, Tau. Passo Fundo do território caingangue. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1.

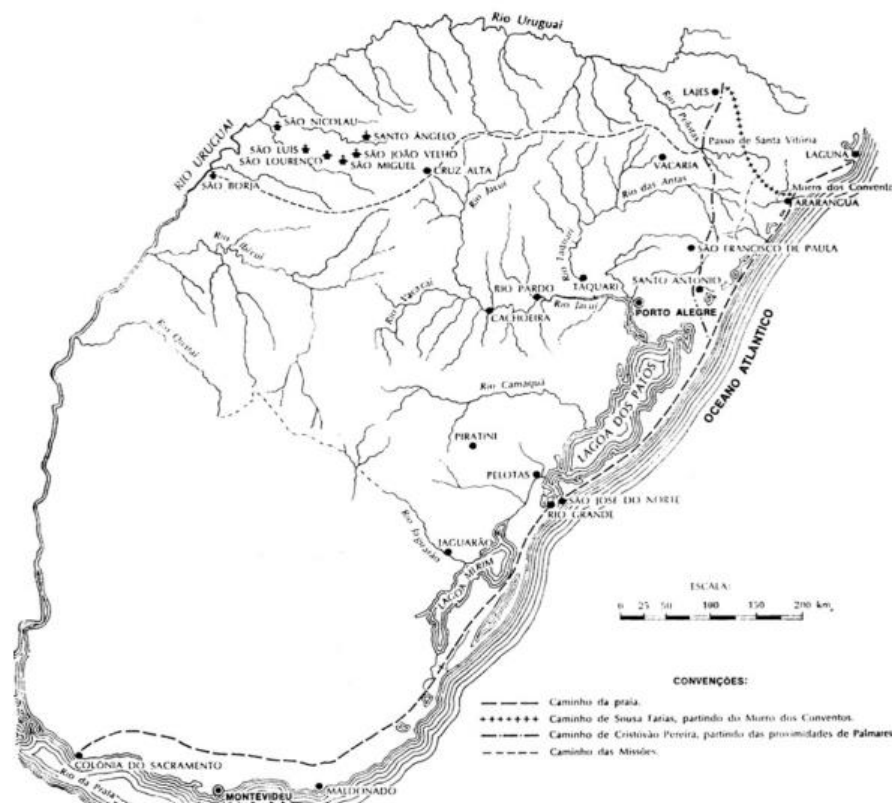
A atividade tropeira do final do século XVII e início do século XVIII também foi importante para a consolidação do território que hoje compreende o município de Passo Fundo e, principalmente, para a formação do povoado, ponto de partida para a constituição urbana da cidade de Passo Fundo. A movimentação de tropeiros que vinham ao Rio Grande do Sul em busca de gado e muares para comercializar na feira de Sorocaba, na província de São Paulo, fez com que diversas vias de comunicação abrissem, muitas vezes em locais de antigas trilhas indígenas. Segundo Alessandro Batistella e Eduardo Knack,³⁷ foi redescoberto em 1816 o Caminho das Missões, rota utilizada em 1738 por Cristóvão Pereira de Abreu, que fora, nos séculos anteriores, utilizada por tropeiros, ervateiros missioneiros e nativos. A redescoberta desta rota, que ligava os Campos de Vacaria a São Borja, através do Planalto Médio, promoveu o abandono do Caminho de Viamão, utilizado até então pelos tropeiros, mas que apresentava diversas dificuldades de transposição.

Os locais em que os tropeiros faziam parada foram determinantes para a fixação de povoações ao longo da estrada percorrida pelas tropas, o que proporcionou a criação de diversos núcleos de povoamento dos quais muitos, posteriormente, se tornaram vilas e cidades. Inclusive, isso levou a própria denominação do município, Passo Fundo, já que, segundo Ney Eduardo Possap d'Ávila, “passo” significa passagem, e Passo Fundo foi caminho de tropeiros de gado, de tropas que rumavam para conflitos, pelas estradas e, posteriormente, pela ferrovia, justificando para o autor o título de sua obra: *Passo Fundo, Terra de Passagem*.³⁸

³⁷ BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 43-44.

³⁸ D'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. *Passo Fundo: terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996. vol. 1. p. 17-18.

Figura 1 – Caminho das Missões.



FERREIRA, FILHO, Artur. *História geral do Rio Grande do Sul (1503-1974)*. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1974. p. 38.

Fonte: BARROSO, Véra Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. vol. 1. p. 182.

Pelo Caminho das Missões, os tropeiros também encontraram dificuldades para transpor um território dominado por indígenas, principalmente, entre os atuais municípios de Lagoa Vermelha e Passo Fundo, no trecho do Mato Castelhana, Campo do Meio e Mato Português.³⁹ A resistência indígena na região pode ser observada neste trecho da obra de Francisco Antonino Xavier e Oliveira, em que o autor, imprimindo seus juízos de valor, relata:

Passo Fundo, apesar de atravessado em todo o comprimento por essa estrada, não pôde ser povoado senão com demora de alguns anos, devido aos terríveis coroados, cuja cólera seria fatal ao branco audacioso que nele fosse domiciliar-se, atendendo-se à guerra sem tréguas que lastrava entre as duas raças.⁴⁰

³⁹ BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 44.

⁴⁰ OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto histórico*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1990. vol. 2. p. 74.

Neste excerto fica clara a posição do memorialista, ao relatar a presença indígena como um “atraso” para a “civilização” do território através da ocupação branca. Essa visão se cristalizou durante muito tempo na memória coletiva e estudos, colaborando para que os indígenas e os caboclos ervateiros, que predominaram na região até o início do século XIX, fossem relegados ao esquecimento, principalmente quando se leva em consideração a construção histórica que escolhe esquecer a sua presença após a ocupação do território por um elemento dito “civilizado”.

Segundo Helen Scorsatto Ortiz⁴¹, o pampa sulino já havia sido apropriado por meio da concessão de sesmarias ainda no século XVIII e XIX. Por conta disso, “as comunidades nativas regionais migraram forçosamente para a região das matas, cada vez mais ao norte. Nessas, também os caboclos livres e pobres, exploravam sazonalmente a erva-mate”⁴². Ou seja, a ocupação predominante da região das matas, no norte do Rio Grande do Sul, era, até então, de indígenas e caboclos.

Em 1822 temos o fim das sesmarias e o início das “posses livres”, para quem quisesse e pudesse efetivá-las.⁴³ Na década de 1820, o que realmente levou ao início do povoado de Passo Fundo foi o processo de concessão de terras à militares que se estabeleceram ao longo da estrada das tropas. O primeiro requerimento de terras na região do atual município ocorreu no ano de 1823⁴⁴. Porém, somente em 1827 iria se fixar na região o alferes Rodrigo Félix Martins, que se estabeleceu junto ao Rio Jacuizinho, próximo a Pinheiro Mercado, atualmente no município de Carazinho. Segundo Antonino Xavier⁴⁵, “em fins do mesmo ano [1827], ou princípios do seguinte [1828], Manoel José das Neves e outros formaram no local da futura cidade um pequeno núcleo, que foi origem da mesma”. Cabo Neves estabeleceu-se com família e escravos nas proximidades da Estrada das Tropas, onde teria início o núcleo urbano de Passo Fundo. Os latifundiários que se estabeleceram na região por volta da década de 1820 traziam consigo escravos, que trabalhavam nas residências e nas fazendas pastoris.

Ao longo do século XIX, Passo Fundo teve uma crescente ampliação populacional, incrementada ainda de uma parte considerável de escravizados. Segundo Rosane Marcia

⁴¹ ORTIZ, Helen Scorsatto. Passo Fundo ao tempo das sesmarias e da Lei de Terras de 1850. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 82.

⁴² ORTIZ, 2007, p. 82.

⁴³ ORTIZ, 2007, p. 84.

⁴⁴ BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 45.

⁴⁵ OLIVEIRA, 1990, p. 74-75.

Neumann e Marlise Regina Meyrer,⁴⁶ é possível identificar, desde meados da década de 1830, a presença no meio urbano de Passo Fundo de imigrantes alemães, que se constituíram como pequenos proprietários de terra ou comerciantes. O estabelecimento de paulistas, de imigrantes alemães, negros e caboclos, que já habitavam as proximidades, inicia-se um lento processo de ocupação, com a formação de um povoado.

Segundo Xavier e Oliveira,⁴⁷ em 1833 o território continha 104 locais de pouso permanente e constituía o 4º quarteirão do município de São Borja. Com a emancipação de Cruz Alta, em 1834, Passo Fundo passa a ser seu 4º distrito, tendo como Juiz de Paz Joaquim Fagundes dos Reis. É neste mesmo ano que os moradores do povoado, liderados por Fagundes dos Reis, fazem um requerimento para a criação de uma capela, denominada Nossa Senhora da Conceição Aparecida do Passo Fundo.

A guerra civil farroupilha⁴⁸ (1835-1845) teve grande impacto na região, que não veria sua população crescer significativamente nestes dez anos. Segundo Xavier e Oliveira⁴⁹, em 1843 a povoação de Passo Fundo contava com 9 casas, tendo como moradores Manoel José de Araújo e Adão Schell, estabelecidos com casas de negócios, Izaías Pacheco de Quadros, José Prestes Guimarães, Manoel José das Neves, Joaquim Manoel Simões, tenente Gaspar Teixeira Alves, Francisco Xavier de Castro e Maria de Lima, compondo em torno de 60 pessoas, contagem esta que provavelmente não inclui caboclos ou escravizados.

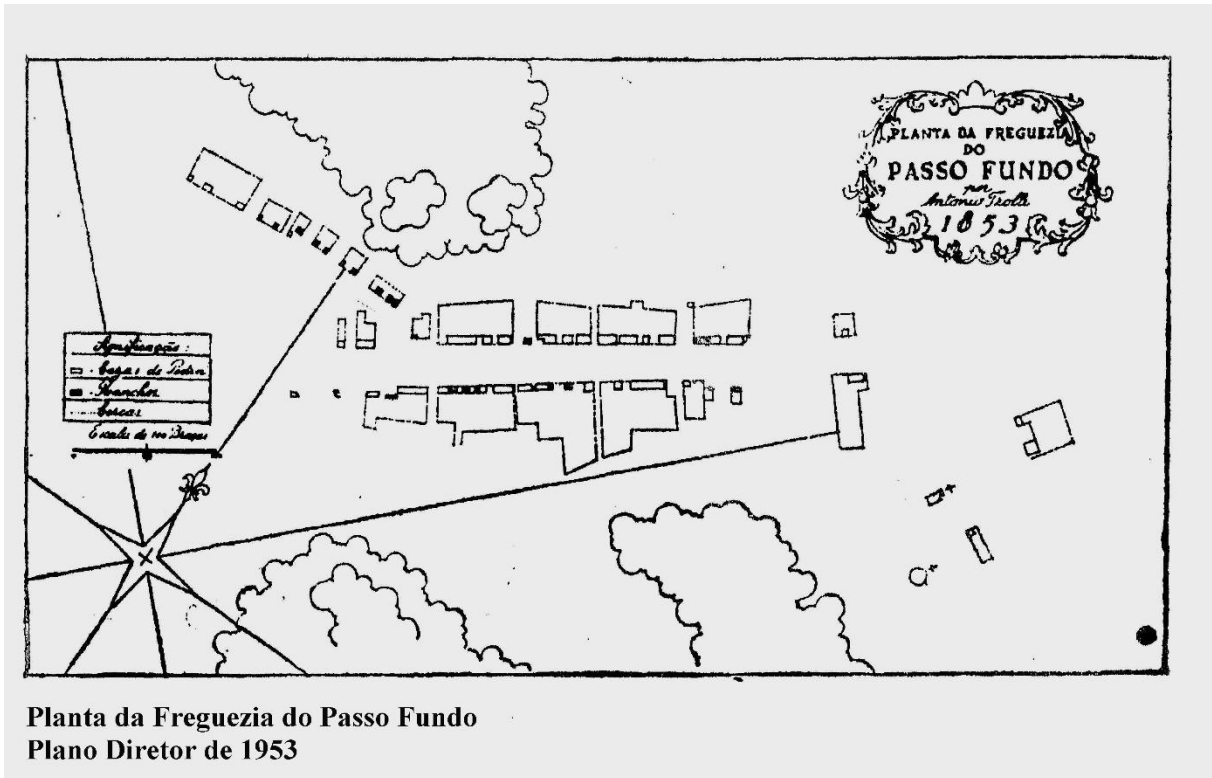
⁴⁶ NEUMANN, Rosane Marcia; MEYRER, Marlise Regina. A presença dos imigrantes alemães no espaço urbano em Passo Fundo. *In*: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AlPrint Varella, 2017. p. 165.

⁴⁷ OLIVEIRA, 1990, p. 75-76.

⁴⁸ Ver mais em: PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. *In*: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. vol. 2. p. 39-70.

⁴⁹ OLIVEIRA, 1990, p. 77.

Figura 2 – Planta da Freguesia do Passo Fundo em 1853.



Fonte: Retirada do Plano Diretor de 1953 e disponibilizada no site do Projeto Passo Fundo. Disponível em http://projtopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=218&tipo=texto. Acesso em 04 out. 2020.

Em 1847 a povoação é elevada à categoria de freguesia, sob nome de Nossa Senhora Conceição Aparecida do Passo Fundo, com uma população de 1.159 pessoas⁵⁰. Na planta do povoado (Figura 2), feita em 1853, é possível observar o início da configuração urbana que iria permanecer em expansão no mesmo local até a virada do século. As edificações estão estabelecidas no entorno da Estrada das Tropas, com destaque para a capela e o cemitério da Freguesia, construída em ponto um pouco distante das habitações. Até o ano da emancipação político-administrativa do município de Passo Fundo, em 1857, a estrutura do povoado não sofreria grandes alterações.

1.2. A emancipação e a constituição do município

Em 1857, pelo Ato nº 340 de 28 de janeiro, foi promulgada a resolução que criou o município de Passo Fundo.⁵¹ A cerimônia de instalação da Câmara Municipal foi realizada no dia 7 de agosto desse mesmo ano, data que é utilizada oficialmente para demarcar a

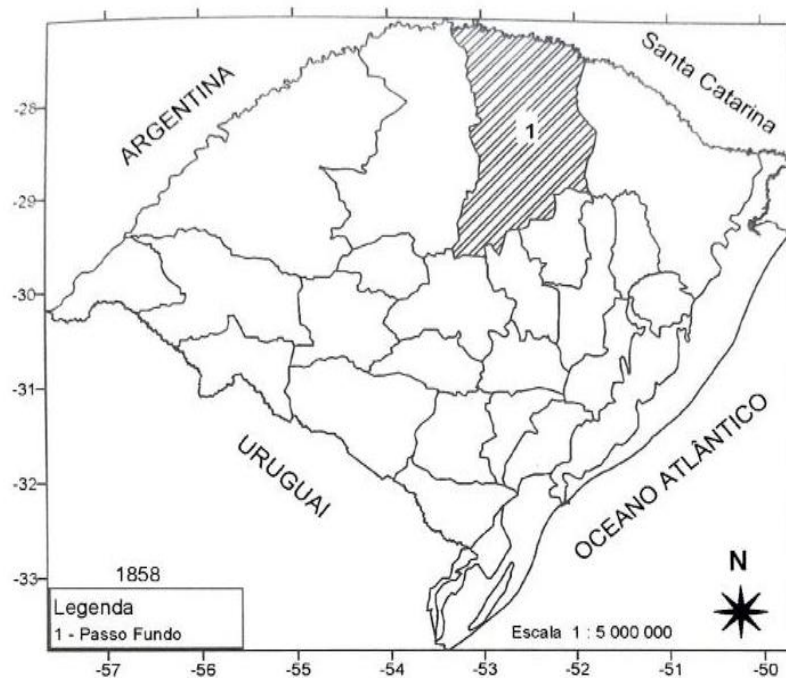
⁵⁰ OLIVEIRA, 1990, p. 78.

⁵¹ OLIVEIRA, 1990, p. 81.

emancipação político-administrativa do município. Segundo Gehm⁵², foram empossados neste dia os seguintes vereadores: Manuel José de Araújo, Joaquim Fagundes dos Reis, Antônio de Mascarenhas Camello Júnior, Manuel da Cruz Xavier e o suplente Cesário Antônio Lopes. A Freguesia de Passo Fundo passava, então, a ser denominada vila e constituía-se como sede do município.

Segundo Aldomar Arnaldo Rückert⁵³, após a emancipação “Passo Fundo torna-se um dos maiores municípios em área da então Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, juntamente com São Borja, Cruz Alta e Vacaria”. O território do município compreendia 24.802 km² e a sua dimensão espacial pode ser observada no mapa organizado por Zélia Guareschi Fioreze, Luciane Rodrigues Bitencourt e Márcia da Silva Jorge.

Figura 3 – Configuração espacial de Passo Fundo, 1857.



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Comissão de Assuntos Municipais, 2001.
 Organização: FIOREZE, Zélia Guareschi; BITENCOURT, Luciane Rodrigues; JORGE, Márcia da Silva. Passo Fundo: 150 anos e a dinâmica do território. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 119.

⁵² GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1978. vol. 1. p. 48.

⁵³ RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. A construção tardia do território no norte do Rio Grande do Sul: o caso do antigo município de Passo Fundo. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 21, p. 29-42, ago., 1996. p. 30.

Na época de sua emancipação, o município estava dividido em sete distritos: 1º Passo Fundo; 2º Campo do Meio; 3º Nonoai; 4º Jacuizinho; 5º Restinga; 6º Soledade e 7º Lagoão.⁵⁴ Porém, o processo de subdivisão do seu território foi iniciado ainda em 1875, com a emancipação de Soledade, já que, segundo Oscar Sobarzo⁵⁵, “a dinâmica de ocupação e o crescimento econômico ligado à agricultura e à pecuária fomentaram a criação de novos municípios nesse vasto território”.

Considerando a organização da vila de Passo Fundo após 1857, Batistella e Knack apontam que a emancipação não significou, necessariamente, progresso, já que se apresentavam diversos problemas característicos de uma vila da época, como: a falta de uma cadeia, deficiência na segurança pública, inexistência de um correio, o que fazia com que as correspondências, que eram encaminhadas por Cruz Alta, levassem quase 2 meses para chegar ao destinatário.⁵⁶

De fato, a partir da emancipação político-administrativa do município, em 1857, passam a ser enviadas uma série de solicitações à Presidência da Província, a fim de melhorar as estradas de acesso à Vila, bem como a Câmara Municipal passa a empreender melhoramentos na sede. Os primeiros anos após a instalação do município serviram para a organização do mesmo.

Uma das formas encontradas pelas autoridades para ordenar as práticas sociais na vila e as orientações para os melhoramentos que poderiam e deveriam ser realizados eram os Códigos de Posturas. O primeiro *Código de Posturas da Câmara Municipal da vila do Passo Fundo* foi organizado ainda em outubro de 1857, porém, só foi aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial pela Lei nº 484, de 4 de janeiro de 1860, passando, então, a vigorar no município. Para Batistella e Knack⁵⁷, a aprovação do código de posturas em 1860 concedeu uma maior autonomia às elites municipais que até então obedeciam ao código de Cruz Alta. O Código contava com diversos capítulos e artigos que versavam sobre o “aformoseamento” da vila e das demais populações, bem como definia os códigos morais do município que deveriam ser seguidos por seus cidadãos, sob pena de receber punições, como multas. Este primeiro

⁵⁴ KALIL, Rosa Maria Locatelli *et al.* Migração e Urbanização: o caso da região de Passo Fundo. In: DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos. *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 46.

⁵⁵ SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 36.

⁵⁶ BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 54.

⁵⁷ BATISTELLA; KNACK, 2007, p. 57.

Código sofreu algumas alterações no decorrer do tempo, mas permaneceu em vigor até, pelo menos, 1904, como trataremos a seguir.

O *Relatório do Presidente da Província à Assembleia Legislativa Provincial*, de 1858, mostra a solicitação das autoridades locais para melhoramentos na vila, como por exemplo, a construção de uma cadeia, visto que a mesma funcionava no prédio do matadouro público, localizado no centro da povoação e que não era adequado para tal fim. No mesmo sentido, o livro *Copiador da Câmara Municipal* para o período de 1857-1867, permite que sejam vislumbradas algumas dessas solicitações.

Em 3 de março de 1860, a Câmara Municipal autorizou seu procurador, Clementino Xavier da Cruz, a proceder as *composturas* que fossem necessárias na rua do Commercio, o qual poderia despender até a quantia de setenta mil réis. A Câmara, entretanto, advertia que “as composturas em sangas ou córregos deverão ser feitas com pedras a fim de oferecer segurança”, além de que era necessário cortar as guanxumas e outras ervas⁵⁸. Iniciava-se um processo de alterações para o melhoramento do aspecto da sede do município. Em janeiro do ano seguinte, a preocupação era com o arruamento da sede, como demonstram os ofícios encaminhados a Gaspar Francisco Gonçalves Lages, Fiscal do Distrito da Vila e a João Antonio Ferreira de Mello, arruador. O documento dizia:

A Câmara Municipal desta Vila, ordena a Vossa Mercê para de acordo com o respectivo Arruador, proceder o alinhamento do quadro da Igreja Matriz desta Vila, e ruas respectivas, comunicando previamente o Presidente da Câmara, e Vereador Benedicto Pinto de Moraes o dia que designar para esse fim.⁵⁹

No mesmo ano de 1861, a Câmara Municipal buscava pessoas interessadas na contratação de composturas, uma para a Estrada Geral, que fazia a ligação do município, e para a construção de duas percintas na rua do Commercio. Ambas deveriam ser construídas em pedra, tendo oito palmos de largura, porém uma delas deveria contar com uma calçada de vinte palmos “no centro da rua onde passa as carretas”.⁶⁰

Esses documentos denotam a preocupação da Câmara Municipal em dotar a sede da vila de melhoramentos. O alinhamento das ruas, visando o prolongamento adequado das mesmas, a

⁵⁸ COPIADOR de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857-1867). Paço da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo em Sessão Ordinária 3 de março de 1860. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF).

⁵⁹ COPIADOR de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857-1867). Paço da Câmara Municipal do Passo Fundo 11 de Janeiro de 1861. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF).

⁶⁰ COPIADOR de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857-1867). Paço da Câmara Municipal do Passo Fundo 16 de Abril de 1861 – Ilmo. Sr. Clementino Xavier da Cruz. Procurador da Câmara. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF).

construção de percintas, uma espécie de “amarração” utilizada na construção civil, para dar base às construções, bem como a retirada de matos e ervas daninhas que brotavam na referida rua. Nesse sentido, já que mencionamos o valor disponível para a execução de um dos melhoramentos, cabe mencionar os estabelecimentos existentes na vila, cujos impostos integravam as rendas municipais. Em dezembro de 1860, existiam na vila do Passo Fundo 43 casas de negócio, isto é, de secos e molhados; 5 ferrarias; 1 casa de bilhar; 1 matadouro público e 3 olarias⁶¹.

Os Relatórios encaminhados à Presidência da Província evidenciam algumas outras ações na tentativa de modernização da vila, por meio das reivindicações da Câmara Municipal à Assembleia Legislativa do Estado. Por exemplo, a Assembleia havia prometido, através da Lei nº 862 de 8 de abril de 1873, a instalação de uma linha telegráfica elétrica, que ligasse a cidade de Cachoeira à vila de Passo Fundo. A concretização dessa promessa foi cobrada pela Câmara Municipal nos Relatórios de 1874⁶², 1882⁶³, 1886⁶⁴. Porém, segundo Gehm, a extensão da linha telegráfica, vinda de Cruz Alta, só foi instalada em 1889. Este foi, inclusive, o meio pelo qual os moradores da vila do Passo Fundo teriam recebido a notícia, na tarde do dia 16 de novembro, de que havia sido proclamada a República⁶⁵.

O já referido Relatório de 1874 apresenta o município, conforme recenseamento, com uma população de 17.515 pessoas, das quais 8.368 pertencem a Paróquia da Nossa Senhora da Conceição do Passo Fundo⁶⁶. No *Recenseamento Geral do Império*⁶⁷ de 1872 a paróquia contava com 8.288 “almas”, sendo 7.287 livres e 1.001 escravizados. O crescimento populacional do município e da sede, vinculados à própria ocupação espacial de Passo Fundo, podem ser observados a partir da concessão de terrenos foreiros, também conhecidos como terrenos de alvará. Após a instalação do município, em agosto de 1857, “surgiram dentro do

⁶¹ COPIADOR de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857-1867). Vila do Passo Fundo, 15 de Dezembro de 1860. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF).

⁶² Relatório da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1874. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 3.

⁶³ Relatório da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1882. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 5.

⁶⁴ Relatório da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1886. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 6.

⁶⁵ GEHM, 1978, p. 59.

⁶⁶ Relatório..., 1874, p. 11.

⁶⁷ Recenseamento do Brasil em 1872: Rio Grande do Sul. Disponível em <http://archive.org/stream/recenseamento1872rs#page/n199/mode/2up/search/passo+fundo>. Acesso em 25. out. 2020.

perímetro da nova vila, terrenos considerados devolutos”⁶⁸. Sobre a questão dos terrenos foreiros do município de Passo Fundo, Frederico Daudt esclarece que:

As posturas de Cruz Alta permitiam a concessão de licenças para edificação em terrenos devolutos, o que foi seguido pelo novo Município. [...] os terrenos tidos como patrimônio do Município - nos quais os interessados podiam construir mediante licença ou concessão da Câmara Municipal, dadas desde o início a denominação de "terrenos foreiros", [...], pela qual se designam os terrenos que pertenceram ao Município em determinadas épocas, ou ainda pertencem, distintos, assim, dos terrenos particulares, isto é, os que nunca foram integrantes do patrimônio do Município⁶⁹.

Em agosto de 1858, a Câmara Municipal informou a concessão de licenças para que moradores edificarem suas casas em terrenos considerados devolutos. A Câmara justificava-se pautada no Artigo 1º, parágrafos 9 e 10 das *Posturas Municipais de Cruz Alta*, que vigoraram até 1860, quando foi aprovado o Código de Passo Fundo. Segundo Delma Gehm, esse fato deu um impulso ao aumento do número de moradores ao longo da Estrada das Tropas, logo depois renomeada como rua do Comercio. Em 1861, o Governo Provincial negou à Câmara de Passo Fundo a autorização para fazer tais concessões. Porém, como o *Código de Posturas* havia sido aprovado no ano anterior, os legisladores declararam que, estando às concessões previstas no Código aprovado pelo próprio Governo Provincial, a Câmara continuaria a proceder da mesma maneira⁷⁰. Isso de fato ocorreu, pois, entre 1862 e 1904, foram concedidos cerca de 290 terrenos para moradores da vila, com uma distribuição pelas ruas que podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 1 – Concessão de terrenos foreiros conforme a sua localização.

Rua	Quant.
Do Comercio	103
Sem identificação	103
Jacuí	48
Moron	29
General Canabarro	1
Descampado sem rua	1
4º Distrito	1
General Netto	1

⁶⁸ GEHM, 1978, p. 337.

⁶⁹ DAUDT, Frederico C. A enfiteuse e os terrenos foreiros de Passo Fundo. *Revista da Faculdade de Direito*, Passo Fundo, ano XIV, n. 3, p. 97-114, abril 1968.

⁷⁰ GEHM, 1978, p. 28.

General Osório	1
Lavapés	1
Total	289

Fonte: ALVARÁS de terrenos concedidos pela Câmara Municipal de Passo Fundo. Passo Fundo, 1862-1904. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

Ao observarmos a tabela acima, percebe-se que o maior número de terrenos concedidos se localizava na rua do Commercio, principal via da vila e corredor de passagem, conforme discorremos anteriormente. Nesse sentido, cabe destacar que ter uma propriedade na principal rua, por onde ocorria a circulação das tropeadas, significa estabelecer-se em um importante interposto, favorecendo sobretudo os estabelecimentos comerciais. A segunda via com maior número de lotes concedidos foi a rua Jacuí (atual Independência) e a rua Moron, ambas localizadas na porção sul do povoado, o que mostra o avanço da povoação naquela direção.

Outro exercício é analisar quais são os anos em que ocorre o maior número de incidências, conforme mostraremos a seguir. Percebe-se um aumento considerável na concessão de terrenos entre os anos de 1896 a 1898, o que pode estar associado a um aumento da procura por estes após o fim da Revolução Federalista (1893-1895)⁷¹, em 1895, e a construção da estrada de ferro, que chegou a Passo Fundo em 1898. Os terrenos concedidos pela Intendência também se encontravam regulados desde o código de 1884, devendo os interessados edificar ou transmitir a concessão para outro requerer licença. Além disso, as edificações deveriam ser realizadas dentro do prazo de um ano, sob pena de perder a licença, e aqueles que estivessem ocupando ilegalmente os terrenos deveriam retirar-se caso não solicitassem licença para edificar. Também definia que terreno com prédio demolido seria considerado devoluto se este não fosse reedificado.

Tabela 2 – Incidência de concessão de terrenos foreiros em Passo Fundo (1862-1904).

Ano	Quant.
Não Informado	3

⁷¹ A Revolução Federalista foi uma guerra civil que ocorreu no Rio Grande do Sul nos primeiros anos do período republicano, por conta da insatisfação dos federalistas (organizados em um partido próprio em 1892) para com a centralização do poder, o golpe dado por Floriano Peixoto para assumir a presidência e a retomada de poder pelo republicano Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul, após ter sido alijado do cargo de presidente da Província. Com o objetivo de tomar o poder derrubando Júlio de Castilhos, os federalistas fizeram eclodir uma revolução em 2 de fevereiro de 1893. Após violentos conflitos, marcados pela superioridade das tropas republicanas, a Revolução Federalista teve fim em 1895. Ver mais em: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a revolução além fronteira. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). História geral do Rio Grande do Sul: *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 1.

1862	4
1863	1
1864	2
1866	3
1868	1
1873	5
1874	12
1875	8
1876	6
1877	2
1878	1
1879	4
1880	7
1881	2
1882	2
1883	2
1884	5
1885	1
1886	1
1888	4
1889	2
1890	9
1891	14
1892	5
1893	1
1896	62
1897	46
1898	44
1899	4
1900	4
1901	4
1902	6
1903	9

1904	4
Total	290

Fonte: ALVARÁS de terrenos concedidos pela Câmara Municipal de Passo Fundo. Passo Fundo, 1862-1904. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

Em 1874, o Relatório encaminhado à Assembleia dedica-se largamente a discorrer sobre uma das preocupações que seriam uma constante: “A agricultura, neste município, correctamente ninguém dirá que definha; porque só definha, aquillo que algum tempo prosperou”⁷². Justificam isso pela localização, longe dos grandes centros, o que causa falta de trabalhadores e dificuldades no transporte. Clamava-se pela colonização para que trabalhem na terra e “civilizem” a região, além de reivindicarem a melhoria nas vias de comunicação.⁷³ Segundo João Carlos Tedesco e Roberto Sander, a economia do município ainda girava, na segunda metade do século XIX, em torno da pecuária, com a exportação de gado e muares para outras regiões, e do cultivo, extração e comercialização da erva-mate. Neste sentido, os autores apontam que:

a pecuária, na região de Passo Fundo, de certa forma, ocupou todo o século XIX, tendo sido, sem dúvida, a principal atividade econômica do período, expressa basicamente pelo gado vacum e pelos muares. A erva-mate, cujo pico foi entre 1850-1870, provinha de ervais, comumente nativos, e foi o produto que promoveu um grande dinamismo na economia regional. A oferta abundante desta planta e sua importância econômica fizeram dela alvo de preocupação política e de grandes discussões entre proprietários, comerciantes e extrativistas (índios, caboclos, pobres livres do campo). Os problemas em relação ao produto giravam em torno da questão da falsificação, dos poucos cuidados, das técnicas rudimentares, do fato de ser colhida em épocas proibidas, das intempéries que a atingiam da falta de mão-de-obra e de conservação, da baixa dos preços, da concorrência com ervais do Paraná e de Santa Catarina, da qualidade do produto, dentre outros.⁷⁴

Pode-se perceber que a agricultura ao longo do século XIX não se sobrepunha à atividade pecuária e à comercialização da erva-mate, mas isso era um desejo dos grupos dirigentes para promover o “progresso” do município. A culpa por este “atraso” em relação a outras regiões da província foi atribuída, em partes, ao não desenvolvimento de vias de comunicação adequadas pelo Estado. A perspectiva de melhorias e investimentos na região começa a ficar mais evidente a partir de 1889, conforme pode-se ver neste trecho do Relatório do referido ano:

⁷² Relatório da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1874. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 4.

⁷³ Relatório..., 1874, p. 5.

⁷⁴ TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 56.

A canna de assucar, a mandioca, o fumo e o arroz, não se cultiva em grande escala, e porque? A resposta é simples – por falta de vias de comunicação.

A Camara não pôde deixar de apoiar o projecto que se acha pendente da Assembléa, concedendo a Claudio Bodet e Timotheo Feijó permissão para estabelecerem uma linha de bonds, a partir das proximidades de Santa Maria, passando pela Cruz Alta até esta villa. Esse projecto convertido em lei, desde que os concessionários realizem a obra, trará immenso benefício ao desenvolvimento do lugar.⁷⁵

Por isso, a necessidade, o desejo e a esperança de melhorias nas vias de comunicação que aparecem nos relatórios não são infundados. Como dito anteriormente, o primeiro *Código de Posturas*, aprovado em 1860, foi atualizado em 1884, conforme revela o *Relatório da Câmara Municipal* de 1887, que apresentou que seriam implantadas as seguintes alterações no documento:

Esta Camara, attendendo uma representação do commercio desta villa e suburbios, pede á essa illustre Assembléa a approvação do projecto additivo ao codigo de posturas deste municipio, que attende ás medidas reclamadas na dita representação, sobre o fechamento de portas nos domingos e dias santificados, attendendo assim ao reclame feito pela classe interessada.

Esta municipalidade finalmente pede a approvação de mais o additivo ao seu codigo de posturas, que trata sobre a inconveniencia do gado vaccum nas ruas e praças desta villa, cujo projecto será presente á essa illustre Assembléa, pois esta Camara persuade se que tal medida é muito necessária, afim de evitar aglommeração de animaes desta espécie.⁷⁶

Estas e outras alterações revelam a preocupação que irá ficar cada vez mais latente com a regulamentação da vida cotidiana e aspectos da salubridade, asseio e embelezamento da vila que, alguns anos depois, se tornaria cidade.

1.2.1. Rememorações da vila “velha”

Nos anos finais da década de 1880 a sede da Vila de Passo Fundo ainda possuía aspectos de uma pequena localidade. Para buscar compreender como era o cotidiano dos passo-fundenses naquele período e ainda ilustrar como era a sede, nos valeremos dos escritos de Antonino Xavier, sobretudo da publicação *Rememorações do nosso passado*, impressa em 1949. Nesse sentido, é interessante observar os relatos feitos pelo memorialista⁷⁷, sobre o ano de 1888. A escolha de retratar este ano não parece ser aleatória: além de se tratar do ano em que

⁷⁵ Relatório da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1889. p. 6-7.

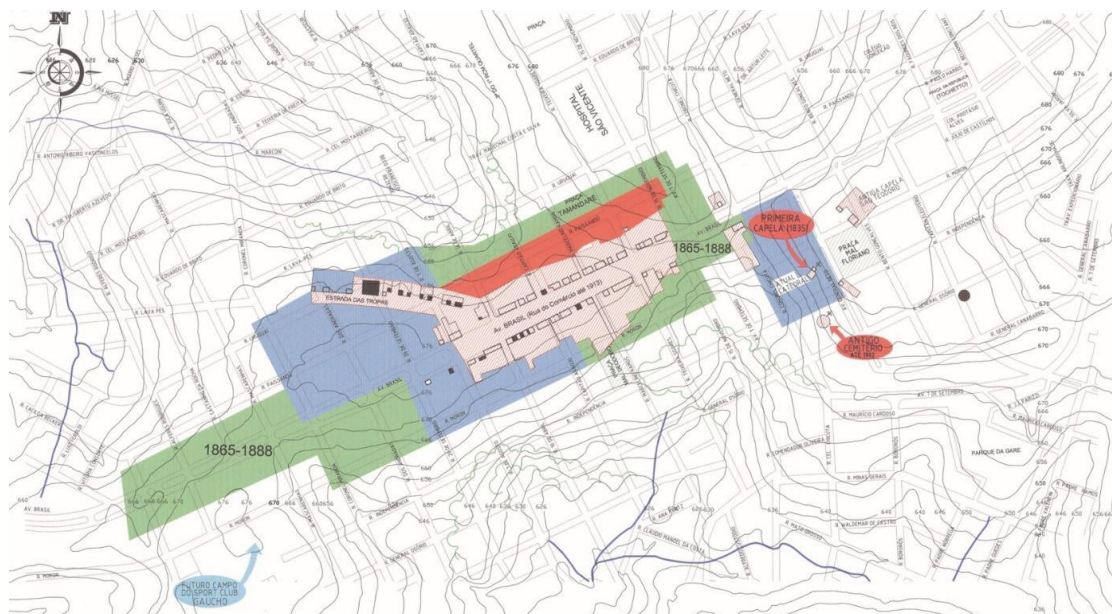
⁷⁶ Relatório da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1887. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 19.

⁷⁷ OLIVEIRA, 1990, p. 402-403.

o mesmo passou a (re)vivenciar o povoado, também é o momento em que ocorre a abolição da escravidão, que precedeu a Proclamação da República e a elevação da vila a cidade. Assim, entendemos que essas memórias estão carregadas do sentimento da Vila “velha” que o autor conheceu quando era criança e que tomou novos ares com a República.

Segundo Xavier e Oliveira, em 1888, Passo Fundo tinha as casas concentradas nas ruas do Commercio (atual Avenida Brasil), Paissandu, Moron e Uruguai, com algumas poucas e esparsas casas nas travessas da Ladeira (atual Quinze de Novembro), Humaitá (rua Teixeira Soares), Nonoai (rua Marcelino Ramos) e do Estreito (atual Capitão Araújo), além de outras fora do núcleo arruado, possuindo a vila duas praças principais: a da Boa Vista (na quadra onde hoje localiza-se o Instituto Educacional) e a Tamandaré. À leste, em direção ao rio Passo Fundo, o autor relata que havia um campo amplo e uma raia de carreiras. Neste campo era onde estava erigida a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição Aparecida, bem como a Capela São Teodoro à sua frente e o cemitério público “traçado em paralelogramo com a maior extensão de leste para oeste, mais ou menos, e, portanto, em alinhamento que não coincidia com o que, muito depois, foi dado à mesma quadra”.⁷⁸ Nessa região também já existiam na época algumas habitações. Um aspecto da cidade nesse período, a disposição das ruas e das residências pode ser observada mais claramente no mapa que segue, que se sobrepõe ao mapa atual da cidade.

Figura 4 – Mapa sobreposto ao atual com expansão do núcleo urbano entre 1865 e 1888.



Fonte: MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005. p. 37.

⁷⁸ OLIVEIRA, 1990, p. 404.

Ao descrever a rua do Commercio, Xavier e Oliveira diz que as suas edificações eram baixas e com beirais salientes que desaguavam nas calçadas, já que eram poucas que tinham platibandas, o que dava à rua a impressão de ser muito mais larga. As calçadas eram feitas de basalto e não eram alinhadas nem se ligavam uma com as outras, acompanhando a soleira das casas, sem nenhum nivelamento⁷⁹. As formas como as casas deveriam ser construídas e as ruas abertas, eram tema do *Código de Posturas* de 1884, que definia em seu Art. 2º e 3º, respectivamente, que as novas ruas que fossem abertas na vila e nas povoações do município deveriam ser em linha reta e que as novas casas edificadas deveriam ter um pé direito de pelo menos 18 palmos de altura, ou seja, cerca de 1,82 metros.

Além disso, sobre o alinhamento das casas com a rua, o *Código* define, em seus artigos 4º e 5º, que ninguém poderia edificar sem que o arruador alinhasse o terreno e marcasse a altura da soleira da porta e que os edifícios que estivessem fora do alinhamento com a rua do Commercio deveriam recuar ou se alinhar na frente quando fossem reedificados, para manter a largura da rua padronizada. Em seu 6º artigo aparece a questão de concessão de terrenos devolutos dentro dos limites da vila, sendo definido pelo artigo 7º e 8º a obrigação do proprietário de construir a calçada em frente à sua edificação, logo após o término da construção, proibindo os balcões, degraus e escadas sobre as ruas. Os moradores também eram obrigados a limpar as testadas até o meio da rua em frente a suas casas.

Xavier e Oliveira ainda descreve que não havia iluminação pública e raramente os moradores costumavam iluminar a frente de suas casas. A falta de iluminação dificultava a circulação pelas ruas à noite, já que à essa hora o gado se reunia e deitava pelo caminho. Segundo ele, isso era comum porque grande parte dos moradores da vila possuíam vacas leiteiras que eram conservadas soltas.⁸⁰ O *Código de Posturas* de 1884 proíbe somente a conservação de porcos soltos ou em chiqueiros, ou “quaisquer outros animais ferozes” (Art. 14), além de cães soltos (Art. 15) na vila e nas povoações do município. Sobre este assunto, o autor ainda descreve que

em certas noites se ouvia na Rua do Comércio o berrar solene dos touros que vinham de tais campos e a percorriam, dando nota pitoresca ao silêncio que envolvia a terra, onde não havia casas de diversão a não ser um bilhar, frequentado ordinariamente pelo mesmo círculo de pessoas.⁸¹

⁷⁹ OLIVEIRA, 1990, p. 406.

⁸⁰ OLIVEIRA, 1990, p. 406.

⁸¹ OLIVEIRA, 1990, p. 406.

Também não havia hotéis já que “muito raros eram os forasteiros [...] vindos de outros pontos da Província”.⁸²

O *Código* de 1884 vai definir em seu Art. 25 um horário máximo para o funcionamento para “tabernas, casas de pasto, de jogos não proibidos e botequins”, considerando que fecharão às 10 horas da noite de dezembro a março (período correspondente ao verão, portanto, com dias mais longos) e às 9 horas nos demais meses do ano, possivelmente levando em conta a falta de iluminação pública, relatada por Antonino Xavier. O mesmo artigo também proíbe expressamente que os donos dos estabelecimentos permitam a entrada de escravizados de qualquer sexo.

Xavier e Oliveira ainda relata que o comércio apresentava 22 casas, sendo que haviam farmácias pertencentes a Gabriel Bastos e Luiz Morsch; oficinas de sapataria, de Frederico Guilherme Kurtz, Antônio José da Silva Loureiro e João Lewis; selarias: João Habkost; lombilharia: Frederico Graeff; curtume: Frederico Guilherme Kurtz, Antonio José da Silva Loureiro e Frederico Graeff; marcenaria: Venâncio Rodrigues Corrêa, Daniel Canfield, Reginaldo Pietsk e Augusto João dos Santos; alfaiataria: Carlos Leopoldo Reichmann e Manoel, conhecido por Maneco Alfaiate; ouriveres: Miguel Narciso de Queirós e “um velho Canto”; de funilaria, Félix Felizzola; ferraria: Pedro Schleder, Mathias Benck, Tomás Canfield e Fernando Zimmermann⁸³. O Art. 13º o Código de Posturas proibia dentro de ruas e praças os curtumes e fábricas de cola, provavelmente por conta do mau cheiro e dos resíduos gerados por esses ambientes.

O final da década de 1880 e os primeiros anos da década seguinte, são de expressivas mudanças no cotidiano passo-fundense. Nesse sentido, é importante destacar a organização política do município que, desde a emancipação política até a Proclamação da República em 1889, se organizou em torno dos partidos vigentes no Império, Partido Liberal e Conservador. Ambos os partidos formaram-se no Rio Grande do Sul após um período de grande instabilidade na província, com o levante farroupilha, originados de diversas organizações e dissidências internas⁸⁴.

O Partido Liberal foi predominante no poder na Província e, conforme Antonino Xavier⁸⁵, também predominou no município até pelo menos 1878. Em Passo Fundo foi

⁸² OLIVEIRA, 1990, p. 407.

⁸³ OLIVEIRA, 1990, p. 408.

⁸⁴ Ver mais em: CARNEIRO, Newton. Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. vol. 2. p. 125-138.

⁸⁵ OLIVEIRA, 1990, p. 169.

chefiado, inicialmente, por Manoel José de Araújo, depois passou ao comando de Antônio Mascarenhas Camello Júnior e, quando este foi para a Guerra do Paraguai (1865-1870), o partido ficou a cargo de Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Na chefia do Partido Conservador, também fundado em 1857, estava Gervasio Lucas Annes.⁸⁶ Em 1889, dissidentes do Partido Conservador formariam o Partido Republicano, ainda organizados em torno da liderança de Annes.

Cabe aqui ressaltar algumas diferenças terminológicas utilizadas na época do Brasil Império para definir os conglomerados urbanos. O *município* é composto por uma povoação principal, que compõe a sede do município e seus distritos. A sede de um município poderia ser denominada *vila* ou *cidade* e o único fator que difere uma da outra é a sua proporção, que reflete em seu limite territorial urbanizado. Mas também o título de cidade poderia ser concedido como honra a alguma vila que se destacasse econômica, religiosa, política ou militarmente. Tanto a vila quanto a cidade deveriam contar com um juiz e uma câmara, apenas variando o número de vereadores: nove para a cidade e sete para a vila.⁸⁷ A emancipação do município de Passo Fundo em 1857, alterou significativamente a organização local, já que o mesmo passou a ter autonomia política e administrativa. Mesmo não alterando a organização local, não se pode ignorar o papel simbólico que a elevação da vila à cidade teve em 1891.

As mudanças políticas a nível nacional, com a Proclamação da República, em 1889, e a nível local, principalmente com a elevação da vila à categoria de cidade, em 10 de abril de 1891, estariam associadas com a mudança mais drástica, o ponto de virada no desenvolvimento de Passo Fundo: a implantação da ferrovia, concretizada em 1898, que contribuiu para a inserção regional do município, além de impactar no processo de urbanização da sua sede. Este tema e outros fatores serão abordados no próximo capítulo.

⁸⁶ MIGLIORANZA, Cristiane Indiará Vernes. *O coronel e os prelos: relações entre imprensa e poder em Passo Fundo*. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, 2008. p. 55.

⁸⁷ PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 10, n. 17, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/14797>. Acesso em 26 out. 2020. p. 159-160.

II - A REPÚBLICA, O TREM E A REFORMULAÇÃO URBANA (1891-1913)

No contexto da virada do século XIX para o XX ocorreram diversas mudanças, a nível nacional, regional e local. Estas mudanças impactaram na realidade passo-fundense, que também não estava descolada das transformações em curso deste período. Portanto, é necessário contextualizar estas mudanças, para que possamos compreender melhor seus impactos no cotidiano urbano de Passo Fundo.

Para fazer esta análise, em um segundo momento, nos deteremos nos *Códigos de Posturas* e os *Relatórios e Mensagens* dos Intendentes ao Conselho Municipal, bem como alguns exemplares de jornais, que serão cotejadas com obras sobre a história local. Instrumentos de regulação moral, os *Códigos de Posturas* são criados no século XIX, a partir da necessidade de regulamentar e disciplinar a população. Para além de um conjunto de normas e regras moralizadoras, estes Códigos revelam necessidades locais, problemas existentes, práticas a serem coibidas, revelando traços do cotidiano da população, que se moldam conforme os desejos e aspirações das elites que detêm o poder e formulam essas normas. A necessidade de regulação também pode pressupor problemas já existentes que, na visão de quem formula os Códigos, precisam ser resolvidos. Além disso, irão versar sobre as intenções de aformoseamento do espaço, principalmente urbano.

Os *Relatórios e Mensagens* dos Intendentes são carregados de um discurso ambíguo: ao mesmo tempo que buscam retratar a situação de prosperidade da cidade e do município, também almejam conseguir recursos para manter esse progresso em curso. Dessa forma, o discurso que se apresenta é cuidadoso ao apontar as necessidades, sempre deixando claro as intenções de modernização para um bem maior. Por isso, também trazemos alguns recortes de jornais referentes a estes assuntos, que podem reforçar ou contrapor os discursos presentes nos relatórios. Mas, antes de passarmos para esta análise, é necessário que façamos uma contextualização dos processos que estavam em curso na virada do século XIX para o XX.

2.1. Mudanças políticas nacionais e a organização local

A Proclamação da República foi a culminância de um longo processo de crise da monarquia brasileira. Não nos cabe aqui discutir os fatores que levaram a queda da monarquia

por meio do golpe militar dado em 15 de novembro de 1889⁸⁸. Porém, fato é que os primeiros anos da jovem república que acabara de se constituir foram muito conturbados. Os republicanos tiveram problemas para se perpetuar no poder tanto à nível nacional quanto à nível regional, o que se refletiu em diversos conflitos como, por exemplo, a Revolução Federalista (1893-1895).

Em Passo Fundo, a organização dos partidos políticos, ao longo do período monárquico, seguiu uma lógica parecida à estadual, principalmente com o predomínio do Partido Liberal (PL), cuja dissidência formou posteriormente o Partido Federalista, tendo como líder local Antônio Ferreira Prestes Guimarães. Já o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) organizou-se, em Passo Fundo, apenas em 1889, por iniciativa de Gervasio Lucas Annes e de outros dissidentes do Partido Conservador (PC).⁸⁹

De acordo com Gehm, após a Proclamação de República, a Câmara de Vereadores de Passo Fundo foi dissolvida pelo Governo Provisório do Estado, assumindo em seu lugar uma Junta Governativa composta por José Pinto de Moraes, Gabriel Bastos e Jeronimo Lucas Annes.⁹⁰ Em 1891 foi elaborada a *Lei Orgânica do Município*, que extinguiu a Junta Governativa, sendo substituída pelo Intendente Provisório José Pinto de Moraes. No ano seguinte uma comissão foi composta, sendo substituída pelo primeiro Intendente nomeado, Frederico Guilherme Kurtz. Em 1893 Gabriel Bastos foi nomeado Intendente, porém foi substituído por João Gabriel de Oliveira Lima após oito meses no cargo.⁹¹

No Rio Grande do Sul, o PRR havia sido fundado em 1882, porém, segundo Ana Luiza Setti Reckziegel, este grupo constituía uma minoria no estado quando a República foi proclamada. O partido mais influente então era o Liberal, organizado em torno da liderança de Gaspar Silveira Martins e que, posteriormente, viria a se tornar o Partido Federalista.⁹² A autora aponta que, por este motivo, os anos iniciais da república no estado foram conturbados e de incerteza, sobretudo para garantir a permanência do PRR no poder, o que culminou na eleição indireta de Júlio de Castilhos para a presidente do Estado em 1891. Porém, Castilhos foi deposto no mesmo ano pelo presidente Floriano Peixoto, por ter apoiado o golpe dado pelo então presidente Deodoro da Fonseca. Em seu lugar assume o “governicho” (apelido dado

⁸⁸ Ver mais em: COSTA, Emília Viotti da. A Proclamação da República. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: UNESP, 1999.

⁸⁹ MIGLIORANZA, 2008. p. 54-59.

⁹⁰ GEHM, 1978, p. 59.

⁹¹ DAMIAN, Marco Antonio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010. p. 28-29.

⁹² RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a revolução além fronteira. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 1. p. 23-25.

pejorativamente por Castilhos), composto pelo triunvirato Assis Brasil, Barros Cassal e Luís Osório, dissidentes do Partido Republicano Riograndense.⁹³

O próprio apelido dado ao governo que assumiu o seu lugar já demonstrava a insatisfação de Júlio de Castilhos por ter sido aliado do poder. Os republicanos começaram a se organizar para um golpe, enquanto os federalistas organizavam o seu partido, lançado oficialmente em 1892. Os republicanos conseguiram concretizar o golpe, reinstalando Castilhos no governo do estado, em 17 de junho de 1892.⁹⁴ Segundo Reckziegel, o que se seguiu foram perseguições, prisões e assassinatos dos federalistas pelos castilhistas “numa verdadeira estratégia de aniquilação do inimigo.”⁹⁵ Com o objetivo de tomar o poder derrubando Júlio de Castilhos, os federalistas fizeram eclodir uma revolução em 2 de fevereiro de 1893, quando federalistas refugiados no Uruguai passaram a fronteira, liderados por Gumercindo Saraiva, em direção à Bagé, onde estava instalado o governo federalista.⁹⁶ Após violentos conflitos, marcados pela superioridade das tropas republicanas, a Revolução Federalista teve fim em 1895.

Júlio de Castilhos já havia dado o “tom” de seu autoritarismo na primeira vez que chegou ao poder, principalmente após a promulgação da *Constituição Estadual* de 1891, inteiramente escrita por ele. Baseado no positivismo de Augusto Comte, o castilhismo regeria a política sul-rio-grandense durante o período da Primeira República. Neste sentido, Ricardo Vélez Rodríguez destaca que

O castilhismo firmou-se como uma versão positivista diferente do comtismo, ou do positivismo tout-court. Como filosofia política atuante, a ideologia castilhistas criou um modelo político que se perpetuou no Rio Grande do Sul ao longo de mais de três décadas, e que exerceu forte influxo no contexto da República Velha e posteriormente. Essas diferenças provêm, sem dúvida, das peculiares condições históricas da sociedade gaúcha, bem como da própria personalidade autoritária de Castilhos. Afinal de contas, o Sistema de política positiva de Comte não passava de um modelo teórico, ao passo que os castilhistas puseram em prática um regime político.⁹⁷

Apesar das diferenças significativas na ideologia de governo, este também se manteve em uma lógica coronelista de relações de poder, próprias da Primeira República. Castilhos vai

⁹³ RECKZIEGEL, 2007, p. 26.

⁹⁴ RECKZIEGEL, 2007, p. 31.

⁹⁵ RECKZIEGEL, 2007, p. 31.

⁹⁶ RECKZIEGEL, 2007, p. 42.

⁹⁷ RODRÍGUES, Ricardo Vélez. O castilhismo e as outras ideologias. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). História geral do Rio Grande do Sul: *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 1. p. 73.

se manter como líder do PRR até a sua morte, em 1903, mas indicou Borges de Medeiros como seu sucessor à presidência do estado, na qual este permaneceu entre 1898 e 1928.

Mesmo com esse início conturbado e indefinido, Loiva Otero Félix afirma que a primeira etapa do poder republicano em Passo Fundo é representada pelo domínio do cel. Gervasio Lucas Annes, que embora não tenha sido o primeiro intendente municipal, assumiu o poder de 16 de dezembro de 1893, permanecendo até o seu falecimento em 4 de abril 1917, alternando a posse na Intendência Municipal com cel. Pedro Lopes de Oliveira durante esse período.⁹⁸ Não por acaso a elevação da vila à categoria de cidade seria feita em 10 de abril de 1891, dia do aniversário natalício de Gervasio Lucas Annes, o coronel de Passo Fundo. A autora destaca a interdependência na relação entre os políticos locais para com o governo estadual. Em suas palavras

[os] grupos tinham jornais locais que se digladiavam e ambos os lados se correspondiam com Borges. Era comum nessa barganha o resultado ser a designação do delegado de Polícia da dissidência enquanto o intendente pertencia à situação. Ao designar-se o delegado de uma facção e o intendente de outra, procurava-se estabelecer uma espécie de compensação de poderes. Havia uma política deliberada de Borges em fomentar dissidências locais, colocando-se acima delas.⁹⁹

O jornal *Echo da Verdade*¹⁰⁰, periódico fundado pelo Partido Republicano local em 1890, traz em sua capa da edição de 1º de janeiro de 1893 uma matéria intitulada “A nossa situação”. Ela tem por objetivo apresentar a “situação desoladora” que o município se encontrava naquele momento. A matéria relata que apenas um ano antes, ou seja, em 1892, Passo Fundo se encontrava como um dos municípios mais prósperos do estado, com a venda de gado, o comércio movimentado, “que surpreendia os viajantes”, e a agricultura que florescia com vigor. Segundo o periódico, tudo começou a desandar a partir de novembro de 1891, com campos vazios de criação e a emigração da população. Os redatores culpam Prestes Guimarães, pela situação em que o município se encontrava. Tal reação é de se esperar, visto que o *Echo* era um jornal republicano, então culpar o líder federalista pelo estado de estagnação que o município se encontrava, fazia sentido. Os relatos podem ter certa dose de exagero, porém ajudam a refletir o cenário da primeira década de afirmação do poder republicano.

Não encerrando nas questões políticas, a primeira década do regime republicano em

⁹⁸ FÉLIX, Loiva Otero. Política, poder e justiça: violência e criminalidade sob os coronéis e no "Caso Creso". in: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 54.

⁹⁹ FÉLIX, 2007, p. 76.

¹⁰⁰ *Echo da Verdade*. Passo Fundo, ano III, nº 10, 01 jan. 1893. Acervo do Repositório Digital da Biblioteca Nacional.

Passo Fundo constitui-se em um período de inflexão da história local, não descolada dos acontecimentos que se desenrolaram no Rio Grande do Sul e no restante do país, que alterou os rumos do desenvolvimento econômico e social da cidade. O governo republicano, com suas teses financeiras e econômicas, incluía o estímulo à agricultura, o que coincidiu com a crise, enfrentada pelos filhos de colonos nas “colônias velhas”, para a localização de novos lotes. Nesse sentido, segundo Aldomar Rückert, “abre-se em Passo Fundo um amplo mercado de terras”. O autor destaca o papel do governo do estado nessa lógica, já que, segundo ele “a alternativa aberta são os projetos de colonização de companhias ou do governo estadual. [...]. Entre 1897 e 1927 constata-se vinte e três colônias privadas e, a partir de 1910, a abertura de 22 colônias e seções públicas”.¹⁰¹

Seguindo a lógica econômica, um dos pontos de destaque desse período é a exploração das matas da região norte. Segundo Tedesco e Sander, inserido em uma lógica extrativista, como a da erva-mate no século XIX, a indústria madeireira começou a se estabelecer no início do século XX, com a exploração das matas da região centro-norte do estado para possibilitar mais terras férteis para a agricultura, além de ser uma alternativa de comércio lucrativo e imediato.¹⁰²

Outro aspecto consolidado durante os primeiros anos da Primeira República em Passo Fundo, foi a construção da estrada de ferro, ligando Passo Fundo a outros pontos do estado. Adelar Heinsfeld¹⁰³ destaca que o Rio Grande do Sul entrou na era ferroviária a partir de 1874, mas a via férrea só chegaria a Passo Fundo em 1898, quando o eixo de importância da estrada de ferro no estado desloca-se para Santa Maria, considerado ponto estratégico para a defesa do Rio Grande do Sul. O desejo de ligar o Norte ao restante do estado pela viação férrea era latente já que, para Tedesco

esse projeto permitia ligar três centros expoentes em termos políticos e econômicos, ou seja, Santa Maria, Cruz Alta e Passo Fundo e, com isso resolver o grave problema dos transportes de produtos em mercados consumidores expoentes, fato esse que representava um grande gargalo no crescimento econômico das regiões mais distantes dos centros maiores.¹⁰⁴

A construção da ferrovia enfrentou diversos problemas para chegar até Passo Fundo,

¹⁰¹ RÜCKERT, 1996, p. 39.

¹⁰² TEDESCO; SANDER, 2002.

¹⁰³ HEINSFELD, Adelar. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 1. p. 273-280.

¹⁰⁴ TEDESCO, João Carlos. *A Gare e o Trem em Passo Fundo: sinergias econômicas - 1898-1978*. Porto Alegre: EST Edições, 2015. p. 25.

sendo as obras interrompidas, inclusive, pela Revolução Federalista que ocorreu entre 1893 e 1895. Segundo Heinsfeld¹⁰⁵, o trecho de Santa Maria até Cruz Alta, que compreendia uma extensão de 160 km, foi construído pela *Compagnie de Chemins de fer Sud-Ouest Brésilien*, e concluído em 1894. Até chegar à Passo Fundo, a construção da ferrovia passou pela mão de diversas empresas:

Logo após sua constituição, essa empresa transferiu os direitos de construção de Cruz Alta em diante à Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, cujo diretor era o engenheiro Teixeira Soares. Em 1893, os direitos foram transferidos à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que no ano seguinte repassou-os à Sud-Ouest novamente, a qual responsabilizou-se pelo trecho compreendido entre Cruz Alta e Marcelino Ramos. [...] O percurso até Carazinho foi inaugurado em 1897 e no ano seguinte a ferrovia chegou a Passo Fundo. No mesmo ano, foram suspensos por tempo indeterminado os trabalhos de construção do trecho Passo Fundo-Marcelino Ramos.¹⁰⁶

A extensão da linha até Marcelino Ramos seria de extrema importância para a ligação do norte do estado com o centro do país, conectando o Rio Grande do Sul à São Paulo por via férrea. A importância da região para o estado se consolidou com a construção, que tinha por objetivos integrar o Sul ao centro do país, além de servir como elemento de defesa contra um possível conflito com a Argentina e promover a colonização de várias partes do território. Porém, o trajeto só seria inaugurado em 25 de outubro de 1910, com o primeiro trem chegando ao Rio Uruguai, na estação de Marcelino Ramos.¹⁰⁷

É consenso entre historiadores e pesquisadores de outras áreas que estudam o desenvolvimento da malha urbana de Passo Fundo que a chegada da ferrovia impactou diretamente a organização da cidade.¹⁰⁸ Nas primeiras décadas do século XX a cidade passa a se expandir, principalmente, ao longo da linha férrea, para o sudeste, e ao leste, seguindo a rua do Comercio (atual Avenida Brasil) em direção à ponte sobre o rio Passo Fundo¹⁰⁹. Segundo Eduardo Knack¹¹⁰, essa modernização do espaço urbano vai modificar o cotidiano dos municípios, introduzindo novas formas de sociabilidade e acelerando a vida dos passo-fundenses. Já para Ferreto, o quadro de estagnação econômica e populacional do município que prevaleceu até o final do século XIX seria alterado somente a partir da implantação da ferrovia e a colonização europeia. O autor aponta que:

¹⁰⁵ HEINSFELD, 2007, p. 289.

¹⁰⁶ HEINSFELD, 2007, p. 289.

¹⁰⁷ HEINSFELD, 2007, p. 290.

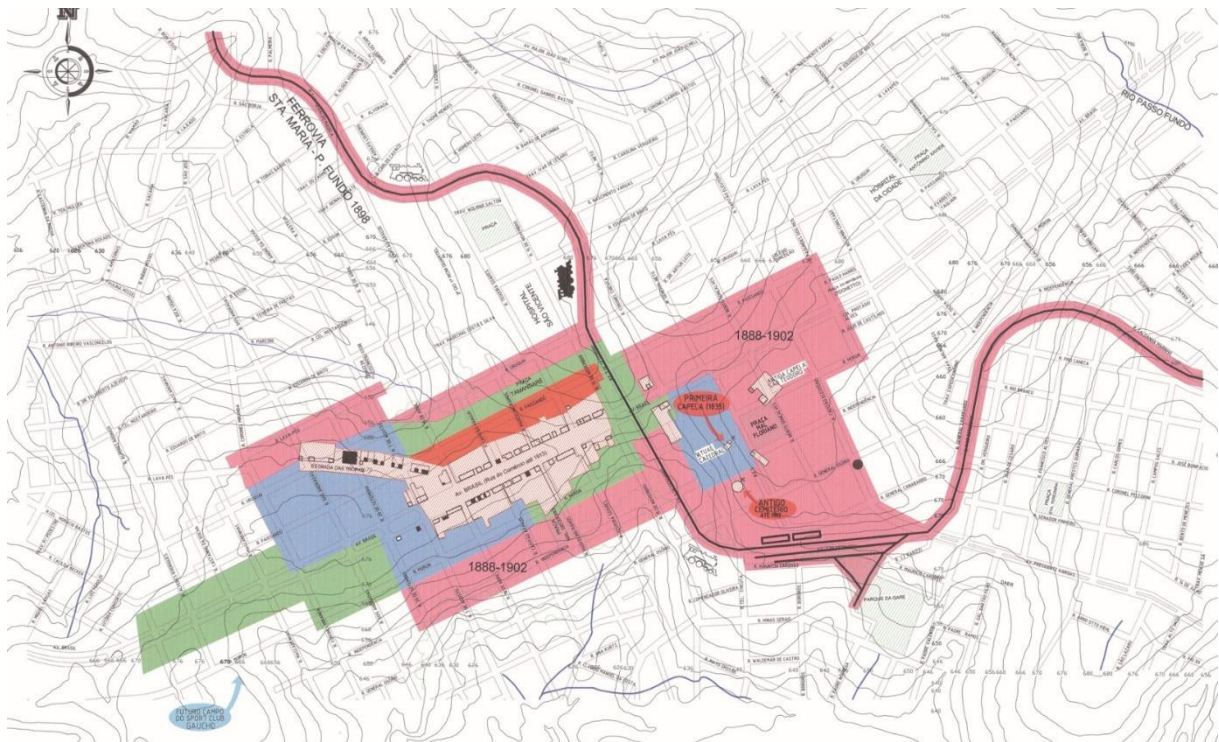
¹⁰⁸ Dentre eles, destacamos: DAL MORO, KALIL e TEDESCO (1998); FERRETO (2012); KNACK (2016); MIRANDA e MACHADO (2005); TEDESCO (2015); GOSCH (2005).

¹⁰⁹ FERRETO, 2012. p. 63.

¹¹⁰ KNACK, 2016, p. 58.

A ferrovia viabilizou a articulação econômica de Passo Fundo ao estado e ao centro do país; já a colonização européia promoveu a disseminação de práticas agrícolas e também a exploração de florestas nativas, que se firmaria como a principal atividade econômica do município nas primeiras décadas do século XX.¹¹¹

Figura 5 – Mapa sobreposto ao atual, com a expansão urbana de Passo Fundo entre 1888 e 1902.



Fonte: MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005. p. 41.

É possível observar, através do mapa anterior, que houve uma expansão significativa da cidade no entorno da estação ferroviária e a leste, em direção ao Rio Passo Fundo na virada do século XIX para o século XX. O aumento populacional da urbe também pode ser confirmado através dos dados apresentados na Tabela 2, do capítulo anterior. Ela mostra um aumento significativo de concessão de terrenos foreiros pela Intendência entre os anos de 1896 e 1898. Ou seja, pode-se dizer que o fim da Revolução Federalista e a aproximação da conclusão da estrada de ferro até Passo Fundo aumentaram significativamente o estabelecimento de pessoas no meio urbano. Neste processo, a colonização, o início da exploração madeireira e o estabelecimento da ferrovia na região norte do estado estavam em sinergia, aliados ao discurso político positivista da ordem para obtenção do progresso, que também se refletiria nas lógicas

¹¹¹ FERRETO, 2012. p. 24.

da organização urbana e tentativas de modernização da cidade de Passo Fundo. Era desejo expresso perder a cara de vila provinciana e tornar-se, enfim, cidade. Porém, na primeira década do século XX esse processo ocorreu de forma lenta e gradual, vindo a se consolidar na década de 1910 até, principalmente, a primeira metade da década de 1920. Para compreendermos este processo, é necessário adentrarmos em um contexto de mudanças que vinham ocorrendo desde o século XIX em todo o mundo.

2.2. Passo Fundo Republicana: discursos e reflexos na cidade

Segundo Nicolau Sevcenko¹¹², entre 1870 e 1900 a Revolução Científico-Tecnológica se cristalizou no mundo, fazendo com que o Brasil também buscasse formas de se articular na economia globalizante que estava se formando. O país se inseriu em uma lógica de reorganização espacial e social inspirada nas referências europeias. Para o autor, o momento inicial do período republicano brasileiro correspondeu à fase eufórica para os grupos beneficiados com o novo regime, considerado como a *Belle Époque* brasileira, entre 1900 e 1920. A euforia do progresso apregoada pelo discurso republicano podia, então, também ser confirmada pela realidade visível da urbanização e do crescimento econômico, com a industrialização, acompanhados pelo grande fluxo de imigrantes.¹¹³ Porém, as condições históricas do país fizeram com que aproveitar os diversos melhoramentos fosse um privilégio para poucos.

Tratando especificamente sobre o Rio de Janeiro, Sevcenko destaca o papel que a então capital do país teve como metrópole-modelo naquele período. A cidade passou por um processo de Regeneração concluído em 1904, com a “limpeza” do centro da cidade e a inauguração da Avenida Central. Mas, para além das mudanças estruturais, também houve uma regulação das condutas que seriam permitidas no novo “cartão de visitas” da cidade, como a indução do uso de trajés adequados, com tradicionais festas e hábitos populares nos arredores sendo reprimidos, como o entrudo carnavalesco, que foi substituído pelos cursos de carros abertos e batalhas de flores¹¹⁴. Não havia espaço para os habitantes, nem para os velhos costumes considerados inadequados para o espaço em que se construiu e se consolidou o novo referencial de capital moderna. Neste sentido, o Rio de Janeiro passou “a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o

¹¹² SEVCENKO, 1998, p. 35.

¹¹³ SEVCENKO, 1998, p. 34-36.

¹¹⁴ SEVCENKO, 1998, p. 26.

estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima”¹¹⁵.

No Rio Grande do Sul, o expoente das mudanças urbanas em curso também seria a capital, Porto Alegre, impulsionada pela inspiração ideológica positivista do governo do estado. Sandra Jathay Pesavento aponta que coube às elites conduzirem esse processo de modernização, “apostando na conservação de uma ordem social e almejando o progresso econômico da urbe, passo a passo, com o emprego de medidas de intervenção técnica, estética e de saneamento, complementadas por atitudes moralizadoras.”¹¹⁶ Ainda segundo a autora, “a cidade herdada pela República, que fora instalada por jovens e radicais políticos positivistas contava, pois, também, com uma rede de homens de negócios, compondo uma elite detentora de capital disponível para ser aplicado na modernização do urbano.”¹¹⁷ Ou seja, não apenas a elite política republicana, mas também uma elite econômica estava preocupada e disposta a despender capital para modernizar a cidade. Segundo Charles Monteiro, para Porto Alegre, “tão importantes quanto a nova ordem política foram o crescimento populacional e o processo de industrialização que se aceleraram na década de 1890”.¹¹⁸

Podemos aplicar esta afirmação a boa parte do Rio Grande do Sul no período republicano. Os impactos destas mudanças em curso também seriam sentidos em Passo Fundo, mesmo que tardiamente, tendo como modelo essas grandes metrópoles e almejando alcançar ares de uma cidade moderna. Questões como o aformoseamento das ruas e praças, a padronização de edificações, o asseio público e a salubridade estavam sendo discutidas, fazendo com que o poder público fizesse vultuosos investimentos para adequar-se a uma cidade moderna. Os princípios higienistas que estavam em voga resultaram em diversas ações como, por exemplo, a remoção do cemitério público do local que viria a se tornar o centro da cidade, sendo um dos motivos desta remoção a crença de que os miasmas, ou seja, os cheiros ruins que, claro, estavam presentes em um cemitério, podendo prejudicar a higiene da cidade. A

¹¹⁵ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 3. p. 522.

¹¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jathay. Espaço, sociedade e cultura: o cotidiano da cidade de Porto Alegre. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 2. p. 169.

¹¹⁷ PESAVENTO, 2007, p. 171.

¹¹⁸ MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 2. p. 233.

regulamentação ou controle podem ser percebidas pelas medidas tomadas nos *Códigos de Posturas* municipais,¹¹⁹ conforme nos aprofundaremos a seguir.

Os discursos e práticas relacionados a este pensamento modernizador da cidade podem ser analisados por meio dos *Códigos de Posturas* e das *Mensagens e Relatórios dos Intendentes à Assembleia Legislativa Provincial*. Conforme posto anteriormente, a conturbada primeira década de poder republicano pode ser o motivo para não termos acesso aos *Relatórios e Mensagens dos Intendentes* do período que compreende 1890 até o ano de 1903. Por isso, nos valeremos de esparsos exemplares de jornais deste período, além de considerarmos o *Código de Posturas da Câmara Municipal da Villa de Passo Fundo*, publicado em 1884¹²⁰, e que ficou em vigor até 1904, quando um novo *Código de Posturas* do Município é aprovado pelo então Intendente Pedro Lopes de Oliveira, pela lei n. 21 de 1º de dezembro de 1904.

A partir do cotejo destas fontes, partiremos para uma análise das mudanças (e também as intenções de mudança) que ocorreram no espaço urbano de Passo Fundo, em um primeiro momento, durante o período que compreende a elevação da vila à categoria de cidade, em 1891, até 1912, ano em que as mudanças na urbe começam a ficar mais intensas, o que fez com que diversos autores apontassem a década de 1910 como a *Belle Époque* tardia passo-fundense. Dedicaremos o terceiro capítulo à esta década, mais precisamente partindo de 1913 até o ano de 1924. Por ora, discutiremos o período da virada do século XIX ao XX.

2.2.1. A cidade e seu “aformoseamento”

No fim do século o contexto social, político e urbano de Passo Fundo foi alterado, nesse sentido, muitas coisas que se aplicavam ao contexto anterior já não cabiam mais à realidade passo-fundense. É neste sentido que o intendente Pedro Lopes de Oliveira informa, em seu relatório de 1903, que procurou aplicar ao novo *Código de Posturas* de 1904 “as reformas modernamente introduzidas nesse gênero de leis, procurando também affectar todas as

¹¹⁹ OLIVEIRA, Áxsel Batistella de; SILVA, Caroline da; GASPAR; Waleska. “Regulando as mortes”: os cemitérios e os sepultamentos nos Códigos de Posturas Municipais de Passo Fundo (1884-1950). In: MIRANDA, Fernando; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). *A morte não é o fim: culturas e identidades no Cemitério Vera Cruz*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2018. p. 83.

¹²⁰ O primeiro *Código de Posturas* de Passo Fundo foi definido em sessão ordinária da Câmara Municipal em 21 de outubro de 1857, ano da emancipação do município, tendo sido aprovado pela lei Provincial nº 454 de 4 de janeiro de 1860. Porém, temos acesso apenas à versão das posturas publicada em 1884, com alterações sofridas pela lei nº 1203 de 3 de maio de 1979. Observou-se uma lógica de renovação dos *Códigos de Posturas* a cada dez anos, sempre no ano terminado pelo número quatro. Portanto, deveria haver um novo código em 1894. Entretanto, este documento não foi encontrado e é provável que nem tenha sido produzido, por conta da Revolução Federalista que começou em 1893 e estava em curso naquele momento.

necessidades do nosso complexo meio”¹²¹. De fato, há diversas mudanças significativas em relação às posturas que foram aprovadas no século anterior. Entretanto, algumas coisas ainda permaneceram as mesmas, como a definição dos limites urbanos traçados pelo art. 1º do código aprovado pela lei provincial de 1860. Essa constatação é importante para termos em mente que a mudança do eixo de desenvolvimento urbano para a região da estação férrea não ocorreu imediatamente após a implantação da mesma; mas sim, em um processo gradual que percorreu as primeiras décadas do século XX.

O *Código* implementado em 1904 definiu que as “servidões públicas” municipais compreendiam: as ruas e praças da cidade e povoações; as pontes e estradas públicas; as fontes naturais destinadas ao abastecimento; as lagoas e arroios destinados a bebedouros, lavadouros ou banhos; os campos para pastagem; campos e matos contíguos à cidade ou povoações, que servirem para recreio ou logradouro público.¹²² Neste sentido, o *Código de Posturas* de 1884 já definia que as novas ruas que se abrissem na vila e nas povoações deveriam ser em linha reta, seguindo o traçado da rua do Comercio, que também deveria ficar com a mesma largura em todo o seu trajeto.¹²³ Obrigava os moradores a limpar as testadas até o meio da rua em frente à sua casa, exceto os moradores da rua do Comercio e Praça (Tamandaré), que deveriam manter limpos 40 palmos do alicerce para o centro da mesma rua ou praça.¹²⁴

Conforme *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal*, em 1904, pelo vice-intendente Affonso Caetano de Souza, naquele ano haviam sido iniciados os serviços de adequações das ruas da cidade. Na extensão da rua do Comercio, foi realizado o corte, abaulamento e aterro nos trechos entre a travessa da Ladeira (atual rua Quinze de Novembro) e Marcelino Ramos, entre as travessas de Bellas (rua Sete de Agosto) e Brazil (Vinte de Setembro) e entre a travessa Boa Vista (rua dos Andradas) e o Boqueirão. Compreendendo, portanto, em grande parte a zona de ocupação inicial, que havia se formado no entorno da rua do Comercio, no Boqueirão.

Na mesma *Mensagem*, o vice intendente informa que haviam sido empedrados 97 metros de sarjetas na rua do Comercio, entre as travessas da Ladeira e Teixeira Soares, além de terem sido colocados 33 metros de calçada atravessando a rua na esquina da travessa da

¹²¹ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1903. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 8.

¹²² INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1904. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

¹²³ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Cruz Alta: Typ. do Monitor Serrano, 1884. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 3.

¹²⁴ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO, 1884, p. 5.

arborização da mesma até o ano seguinte.¹²⁷ O seu prolongamento foi realizado em 1905, “para o nascente até a rua Coronel Chicuta e para o poente até á de Bellas [atual rua Sete de Agosto].”¹²⁸ Porém, algumas árvores da plantação do ano anterior tiveram de ser substituídas, por estarem mortas. Nesta rua também ficava localizada a plataforma que servia de ponto de parada para o trem, junto ao Hotel Internacional, localizado na esquina da rua do Commercio e a rua dos trilhos (atual Sete de Setembro). Desde 1903 visava-se a construção da plataforma, mas a mesma não foi concretizada “devido não comportar a verba que para este fim votastes a despesa orçada pela directoria da Estrada de Ferro”.¹²⁹ A plataforma foi construída e começou a prestar serviços ao público apenas em 1906. Despendeu-se com a sua construção a quantia de 398\$000.¹³⁰ A importância desta plataforma para a população pode ser verificada pelo que consta no jornal *A Federação*, que reproduziu a publicação do periódico passo-fundense, *O Gaúcho*, de 22 de junho de 1912, que relatava que uma deliberação da Viação Férrea por suprimir a plataforma do trem na rua do Commercio, o que fez com que a população fosse na noite do dia 17 receber o trem com vaias e protestos contra o ato da companhia, inclusive atirando pedras ao trem e quebrando algumas vidraças. As manifestações perduraram até o dia 19, sendo a parada reestabelecida no dia 21 por meio de deliberações do cel. Gervasio Annes com o chefe de fiscalização das estradas de ferro do Estado. Na noite do dia 21 o trem foi aguardado por um grande número de pessoas (“talvez mais de mil”), com duas bandas de música e foguetes. Em seguida, os presentes se dirigiram ao Hotel Internacional para continuarem as comemorações.

Em 1905, pelo ato nº 107, de 21 junho, o intendente cel. Pedro Lopes de Oliveira alterou a planta da cidade, criando mais uma praça, denominada Marechal Deodoro, entre as ruas Jacuhy e Moron.¹³¹ Também nesse ano foi iniciada a abertura de uma avenida ligando a rua do Commercio à estação da estrada de ferro pela travessa General Netto.¹³² A travessa já existia, mas houve uma escolha consciente em transformá-la no ponto de ligação entre a principal rua da cidade, a do Commercio, e a estação da estrada de ferro, símbolo maior do progresso que chegava à Passo Fundo.

¹²⁷ SOUZA, 1904, p. 13.

¹²⁸ *O Gaúcho*. Passo Fundo, ano III, nº 3, 11 ago. 1905. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

¹²⁹ OLIVEIRA, 1903, p. 13.

¹³⁰ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1906. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 11.

¹³¹ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1905. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 15.

¹³² OLIVEIRA, 1905, p. 20.

Em 1907 foram empreendidos diversos “melhoramentos materiais” pelas ruas da cidade, como o abaulamento da rua Moron em toda a sua extensão, o que provocou grande movimento de terra por ser necessário fazer diversos cortes e aterros; além da construção de calçadas transversais na rua do Commercio, entre as travessas Teixeira Soares, Marcelino Ramos, Estreito (Capitão Araújo) e Chafariz (10 de Abril). Nessa época as ruas ainda não eram calçadas, eram de terra que, pisoteada pelos cavalos que ali circulavam, gerava barro e lama, situação que agrava-se pela chuva. Então, era necessário construir calçadas que cortassem e ligassem as diferentes ruas para permitir a passagem de pedestres sem maiores problemas. Inclusive, haviam paredões construídos nas ruas para conter águas pluviais, já que as mesmas não possuíam sistema de escoamento de água. Um deles ficava localizado na rua Paissandu, junto à loja Maçônica, na esquina da travessa do Chafariz, onde foi necessário aumentar meio metro de altura.

Nesta época, os cuidados com os entornos da Viação Férrea ficam mais evidentes, com o nivelamento do trecho da rua do Commercio, entre as travessas coronel Chicuta e Bento Gonçalves, com grandes cortes realizados na travessa coronel Chicuta, a fim de tornar mais suave o declive para a rua do Commercio, sendo igual serviço realizado na travessa General Netto. A praça da Matriz (atual praça Marechal Floriano) foi fechada, provisoriamente, com arame para ser ajardinada.¹³³ Também realizou-se o prolongamento da rua Moron, onde foi necessário desapropriar o terreno de Antonio Rodrigues da Silva Camara, que foi indenizado na quantia de 2\$000 rs por palmo de frente.¹³⁴ Como já havia sido anunciado, foi efetuado o alargamento da travessa General Netto, para facilitar o trânsito para a estrada de ferro, sendo para isso também necessário desapropriar uma parte de um terreno ocupado por Theodorico Kurtz, que também foi indenizado.¹³⁵ O respectivo relatório também acusa a urgente necessidade de um nivelamento geral da cidade, pedindo uma verba no orçamento para este fim.¹³⁶ No ano seguinte, o projeto de nivelamento já estava em via de execução, sendo que a Intendência obteve da Secretaria de Obras Públicas do Estado um nível e o entregou ao engenheiro Serafim Terra, que iria dirigir o projeto.¹³⁷ Também fora aberta, aparelhada e arborizada a já considerada avenida General Netto¹³⁸, que seria a principal ligação da rua do

¹³³ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1907. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 15-16.

¹³⁴ OLIVEIRA, 1907, p. 20.

¹³⁵ OLIVEIRA, 1907, p. 20.

¹³⁶ OLIVEIRA, 1907, p. 23.

¹³⁷ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1908. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 9.

¹³⁸ OLIVEIRA, 1908, p. 8.

Commercio com a estação da Estrada de Ferro. Além disso, a arborização da praça Marechal Floriano foi concluída em 1909, no início da nova gestão do intendente cel. Gervasio Lucas Annes.¹³⁹

O nivelamento geral da cidade foi executado nesta nova gestão, sendo também ampliada a planta da cidade com a abertura de uma praça e três novas ruas, nas quais foram demarcados 156 lotes de terrenos para edificar.¹⁴⁰ A planta foi organizada pelo agrimensor Caetano Sartori, e aprovada pelo decreto nº 159 de 31 de dezembro de 1909. O decreto estabelece que a praça e as novas ruas seriam denominadas: praça da República; a primeira rua a leste desta, Tiradentes; a segunda, Silva Jardim; a terceira Benjamin Constant; e a quarta Fagundes dos Reis¹⁴¹ - evidenciando o prolongamento urbano pelo leste, seguindo o traçado da rua do Commercio. Nota-se que todos estes topônimos (com exceção da rua Fagundes dos Reis) têm vinculação com personagens importantes para a narrativa da República, que inclusive é o nome dado à praça. É provável que as homenagens tenham sido dadas por conta dos vinte anos da proclamação que se completavam em 1909. Contudo, durante todo o período da Primeira República concederam-se homenagens aos seus heróis construídos e momentos importantes através da toponímia. Para Miranda e Machado,

O propósito era, sem dúvida, colocar num cenário do dia-a-dia os nomes que representavam a legitimação da ordem política representada pelo poder institucionalizado [...]. Utilizando como instrumento os nomes das ruas, tornava-se natural uma versão 'oficial da história', incorporando-a ao cenário urbano.¹⁴²

Outro fator inerentemente associado ao ideário de progresso visível que deveria haver na cidade é a iluminação pública, que foi inaugurada em 23 de abril de 1903, contando com 16 combustores. Era ainda, nas palavras do intendente Pedro Lopes de Oliveira, um “serviço deficiente, que nem d’outro modo poderia ser, atenta a exiguidade da verba que se lhe destinou, carece, por isso, de ser melhorado e ampliado de modo a satisfazer as necessidades locais.”¹⁴³ Os melhoramentos foram efetivados no ano seguinte, quando os lampiões antigos foram reformados e 40 novos foram adquiridos. A iluminação era distribuída da seguinte forma: 43 lampiões na rua do Commercio, 5 na rua Paissandu, 5 na Moron, 3 na Bento Gonçalves e 1 na

¹³⁹ ANNES, Gervasio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Gervasio Lucas Annes. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1909. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 25.

¹⁴⁰ ANNES, Gervasio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Gervasio Lucas Annes. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1910. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 8.

¹⁴¹ ANNES, 1910, p. 13.

¹⁴² MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005. p. 47.

¹⁴³ OLIVEIRA, 1903, p. 15.

rua Jacuhy (atual rua Independência).¹⁴⁴ Em 1906 foi solicitado um aumento no orçamento para 1:850\$000 rs., já que era indispensável o aumento de combustores,¹⁴⁵ o que foi efetivado no ano seguinte, totalizando 61 combustores, que, ainda assim, na avaliação do Intendente, eram insuficientes para atender a cidade.¹⁴⁶

Uma concorrência pública foi aberta em 1910 para viabilizar o estabelecimento de iluminação elétrica na cidade¹⁴⁷, entretanto o serviço só foi concretizado no ano seguinte. Em 1911 a já denominada “antiga” iluminação contava com 68 lampiões a querosene, mas ainda estava longe de atender as necessidades de diversas zonas que já se encontravam povoadas. A falta de lampiões não foi sanada porque a Intendência estava determinada a conseguir no mais breve possível a instalação de serviço de eletricidade. Para isso, foi preciso contrair um empréstimo para que se pudesse adquirir a força motriz hidráulica e a instalação completa do serviço.¹⁴⁸ O contrato para a execução dos serviços foi lavrado ainda em 1911, com a empresa Bromberg & Cia. Porém, em 1912 constatou-se que o empréstimo realizado não era o suficiente para todas as despesas decorrentes da instalação da força elétrica. O crédito contraído com o banco foi de 100:000\$000 rs., e seria necessário 105:325\$000 rs. para finalizar a instalação, que, além dos serviços, precisaria da construção de duas casas, uma localizada na usina elétrica, para o empregado e sua família, e outra na cidade, que foi construída junto ao prédio da Intendência, onde foram colocados os aparelhos de distribuição e uma seção onde iriam trabalhar os empregados.¹⁴⁹ O *progresso* também pressupunha gastos e investimentos, sobre os quais Annes ressalta que

Nesta conformidade, trabalhemos para o progresso do município, mas paulatinamente, pouco a pouco, porque assim accumularemos ao cabo de poucos annos, um grande acervo de commodidades e melhoramentos, sem onerarmos as nossas finanças, nem acarretarmos compromissos superiores aos nossos modestos recursos.¹⁵⁰

Meio moderno de comunicação, o telefone só chegou à cidade de Passo Fundo em 1909, porém a sua instalação já vinha sendo reivindicada desde 1906, quando foi requerido o

¹⁴⁴ SOUZA, 1904, p. 12.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, 1906, p. 8.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, 1907, p. 20.

¹⁴⁷ ANNES, 1910, p. 12.

¹⁴⁸ ANNES, Gervasio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Gervasio Lucas Annes. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1911. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 12.

¹⁴⁹ ANNES, Gervasio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Gervasio Lucas Annes. Passo Fundo: A Minerva, 1912. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 8-9.

¹⁵⁰ ANNES, 1911, p. 5.

estabelecimento de uma linha telefônica por meio de concorrência pública, que teve João Ganzo Fernandes como único proponente. Entretanto, “a intendencia não pode com elle contractar o serviço por não serem acceitaveis as clausulas constantes da sua proposta, que não fôra elaborada de accôrdo com as bases do edital de concorrência.”¹⁵¹ A referida rede telefônica urbana só viria a estar em vias de realização em 1908, pelo empresário Julio Herrera.¹⁵²

A permissão para a firma Herrera & Couto estabelecer rede telefônica na cidade foi dada em 1909. Realizou-se a instalação na área urbana no mesmo ano, começando a funcionar em 1º de outubro. A rede possuía 23.000 metros, com 34 instalações domiciliares.¹⁵³ Porém, em 1912 foi contratado o capitão Jovino da Silva Freitas para que realizasse a construção da rede telefônica da cidade e a construção da linha até Carazinho.¹⁵⁴

Podemos ver que as iniciativas de modernização estavam sendo implementadas já na primeira década do século XX. Destaca-se a prioridade dada inicialmente aos melhoramentos na rua do Commercio, evidenciando que os melhoramentos não atingiam a todos, mas sim eram privilégio de poucos. Por outro lado, havia uma preocupação (ou mesmo uma limitação imposta) para não onerar os cofres públicos. As ideias e intenções estavam presentes, ainda que em vias de execução.

2.2.2. Edificações e “embelezamentos”

A preocupação com a interferência física das edificações no alinhamento das ruas e praças não era algo novo. O *Código de Posturas* de 1884 já proibia balcões, degraus e escadas nas portas sobre as ruas,¹⁵⁵ estando os moradores autorizados a edificar, somente com licença da Câmara, para que o arruador pudesse alinhar o terreno e marcar a altura da soleira das portas. Quem edificasse fora do alinhamento levaria multa e deveria adequar-se dentro do prazo de três meses. Edifícios que estivessem fora do alinhamento na rua do Commercio deveriam recuar quando fossem reedificados ou entrar para a frente se estivessem recuados, sem direito à indenização. Depois de concluída a edificação, os muros e cercas sobre a rua, o proprietário seria obrigado a calçar toda a frente com 6 palmos de largura - o que também deveria ser

¹⁵¹ OLIVEIRA, 1906, p. 9.

¹⁵² OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1908. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 12.

¹⁵³ ANNES, 1909, p. 27.

¹⁵⁴ ANNES, Gervasio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Gervasio Lucas Annes. Passo Fundo: A Minerva, 1912. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 13.

¹⁵⁵ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO, 1884, p. 4.

executado pelos proprietários das casas já construídas.¹⁵⁶

As *Posturas* de 1904 vão ser mais rígidas quanto a esta questão, trazendo também preocupações estéticas quanto a padronização das edificações. Considerava que ninguém poderia edificar ou reedificar a fachada de prédios antigos ou murar o terreno sem licença prévia da Intendência, havendo uma preocupação maior com o alinhamento das edificações conforme a rua. Neste sentido, definia que nenhuma edificação poderia ficar fora do alinhamento da rua ou praça, salvo o caso de ter na frente jardim ou área que “concorra para o aformoseamento” do prédio, sendo esse critério abstrato julgado pela Intendência. As portas que dessem para rua não poderiam ter menos de 2,60 m de altura e 1,20 m de largura. Janelas deveriam ter a largura mínima de 1 metro, e era proibido que portas, portinholas e janelas abrissem para a rua.¹⁵⁷ Além disso, nenhuma casa térrea poderia ter menos de 4 metros de altura, sendo o dobro para sobrados. Visando o cumprimento do que havia sido estabelecido pelo código, o projeto de orçamento para 1904 fez elevar o imposto sobre o alinhamento de prédios e terrenos e de altura de soleiras.

As definições das posturas de 1904 também acresceram à estas obrigações o calçamento de todas as ruas da cidade por seus moradores, cumprindo os seguintes prazos: na rua do Comercio, entre as travessas Coronel Chicuta e de Bellas (rua Sete de Agosto), em até um ano; no restante da rua do Comercio e praças, dezoito meses; nas ruas Paissandu e Moron, dentro de dois anos; nas demais ruas, três anos.¹⁵⁸ As calçadas deveriam ter, na rua do Comercio e praças, 2 metros de largura, e nas demais ruas 1,60 metros. Se as mesmas não fossem construídas pelo proprietário, a Intendência as mandaria fazer às custas do mesmo. Na rua do Comercio, ainda, as calçadas deveriam ser feitas de laje, não sendo permitido pedra miúda ou tijolos,¹⁵⁹ o que denota que, à época, para se manter uma casa na rua do Comercio, havia um elevado custo.

Em 1908, o intendente Pedro Lopes de Oliveira informa que o calçamento da frente dos prédios desta cidade não estava sendo realizado em conformidade com as posturas em vigor, por conta da escassez e do preço elevado das pedras de cantaria. Este fato se deu porque a única pedreira existente nas proximidades da cidade estava interdita, por conta de um litígio entre os herdeiros de Frederico Guilherme Kurtz. Desta forma, “os particulares, forçados pela disposição legal apontada, têm de recorrer à pedra commum para os calçamentos, fazendo-os

¹⁵⁶ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO, 1884, p. 4.

¹⁵⁷ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1904. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 6.

¹⁵⁸ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 7.

¹⁵⁹ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 8.

de modo imperfeito e pouco duradouro, além de desagradável a vista”. Para solucionar este problema, o intendente sugeriu a desapropriação da pedreira.¹⁶⁰

Tabela 3 – Tipos de edificação conforme às ruas em 1902.

Rua	Tipo da Edificação		
	madeira	tijolos	total
do Comércio	69	76	138
Paissandú	24	16	40
Uruguai	26	1	27
Moron	61	14	75
Jacuhy (atual Independência)	30	2	32
General Osório	10	1	11
General Canabarro	6	2	8
Capitão Eleutério	8	1	9
Bento Gonçalves	3	7	10
General Netto	5	1	6
Coronel Chicuta	3		3
Itararé	4	1	5
Ladeira	9	4	13
Teixeira Soares	1	2	3
Marcelino Ramos	3	4	7
Estreito	1		1
Chafariz		2	2
Bellas	1	1	2
não arruados	15	2	17

Fonte: OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1903. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. Anexo nº 17.

¹⁶⁰ OLIVEIRA, 1908, p. 13.

Dentre as definições sobre o embelezamento dos edifícios da cidade, uma delas chama atenção: “na rua do Commercio e praças, se não poderá fazer, na frente, edificações de madeira”.¹⁶¹ As edificações que ficassem na frente, ou seja, viradas com as fachadas para a rua do Commercio ou praças da cidade não poderiam ser edificadas em madeira. É interessante observarmos a relação de edificações já construídas nas ruas da cidade em 1902, que as distingue entre edificações de madeira e tijolos, conforme o anexo nº 17 da *Mensagem do Intendente* de 1903.

Pode-se perceber que a maior parte das edificações existentes na rua do Commercio eram de tijolos, apesar de predominar as edificações de madeira nas demais ruas, pela facilidade de acesso ao material já que a indústria madeireira se expandia na região. Diversas construções da época eram feitas de madeira e tinham apenas a sua fachada construída de tijolos. A exigência, de certa forma burlada por quem possuía casas na rua do Commercio e na frente de praças, pode ser interpretada como a fachada do progresso, um embelezamento material formal, mas que ainda não contava com os recursos do investimento necessário para modernizar-se completamente.

Em consonância com esta lógica de embelezamento das fachadas, as *Posturas* de 1904 também exigiam que as casas, muros e paredes de qualquer edifício virados para a rua deveriam ser rebocadas e caiados do lado externo, até quatro meses depois de concluídos. Inclusive, as portas, portões, grades e janelas deveriam ser pintadas a óleo no mesmo prazo. Prezando pela manutenção do embelezamento da cidade, o código também define que essa caiação de paredes e muros deverá ser renovada a cada dois anos e a pintura das portas, portões, grades e janelas, a cada quatro anos.¹⁶² Além disso, todos os prédios sitos na cidade e povoações seriam numerados com placas fornecidas pela Intendência, pagando o interessado o imposto respectivo.”¹⁶³

Os terrenos sem edificação, além de não contribuírem para o embelezamento da cidade, também poderiam gerar problemas de saneamento público. Por isso, o *Código* de 1904 definia que dentro de seis meses da promulgação do mesmo todos os terrenos sem edificação na rua do Commercio deveriam ser murados, com grade ou madeira, desde que sobre muro de tijolos, não podendo ter menos de 1,60 metros de altura, sujeito à multa de um mil réis por ano caso o terreno não fosse murado.¹⁶⁴ Em 1911 cria-se uma nova taxa para terrenos não murados nem

¹⁶¹ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 7.

¹⁶² INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 7.

¹⁶³ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 6.

¹⁶⁴ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 7.

calçados nas principais ruas da cidade, que segundo o intendente, “não é propriamente um imposto, é antes uma pena que julgo oportuno estabelecer aos proprietários e ocupantes que, indiferentes á necessidade de aformoseamento da cidade, conservam terrenos baldios quasi que em estado de abandono, dando uma nota bastante desagradavel ao aspecto local.”¹⁶⁵

A *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente cel. Pedro Lopes de Oliveira em 1907 faz questão de ressaltar que a concessão de licenças para edificar estavam sendo numerosas e que na cidade “ha grande numero de predios em construcção, sendo muitos delles importantes, o que registro com grande satisfação por ser uma prova real da nossa prosperidade.”¹⁶⁶ Em 1909, Gervasio Lucas Annes também associava o “estado de progresso do município” e o desenvolvimento da cidade com o “augmento consideravel no numero de seus predios.”¹⁶⁷ Neste ano, quatro prédios de tijolos foram reconstruídos, sendo 2 na rua do Commercio, 1 na Moron e 1 na General Osório, e encontravam-se em construcção 9 prédios de tijolos, sendo 2 na rua do Commercio, 3 na rua Jacuhy, 2 na rua General Osório, 1 na Gal. Canabarro e 1 na rua Cel. Chicuta. Além disso, estavam ainda pendentes 33 requerimentos de licenças para edificar em terrenos devolutos, sendo que haviam sido concedidas 85 licenças entre 1º de janeiro a 31 de outubro. As ruas que tiveram maior número de concessões foram: 23 na rua Moron, 15 na rua Jacuhy (atual Independência), 8 na Gal. Osório, 8 na Cel. Chicuta, e 11 na da Ladeira (atual Quinze de Novembro).¹⁶⁸ Em 1910 estavam em construcção 19 prédios de tijolos, sendo 6 na rua do Commercio, 2 na rua Jachuy, 5 na rua General Osório, 1 na rua General Canabarro, 2 na rua Fagundes dos Reis, 1 na rua Bento Gonçalves e 2 na rua General Netto.¹⁶⁹

Em 1909 a Intendência promoveu o alinhamento da quadra ocupada pelo antigo cemitério, próximo à Igreja Matriz, que se achava colocada em sentido contrário à planta do local “prejudicando a configuração de quasi todos os terrenos visinhos e ocupando uma vasta área que poderia ser entregue a novas edificações”.¹⁷⁰ Desta forma, publicou-se um edital que dava o prazo de três meses para a retirada dos restos que estavam sepultados no mesmo e “em virtude desta deliberação, foram retirados numerosos despojos, sendo transladados para o novo cemitério, e os restantes, que são em menor quantidade, em breve serão transferidos

¹⁶⁵ ANNES, 1911, p. 17

¹⁶⁶ OLIVEIRA, 1907, p. 24.

¹⁶⁷ ANNES, 1909, p. 18.

¹⁶⁸ ANNES, 1909, p. 18.

¹⁶⁹ ANNES, 1910, p. 8.

¹⁷⁰ ANNES, 1909, p. 26.

administrativamente para o mesmo destino, guardado o respeito devido a este acto.”¹⁷¹

A remoção do cemitério público da área ocupada pelo mesmo durante o século XIX, para local afastado da povoação, onde atualmente está estabelecido o Cemitério Vera Cruz, foi iniciada ainda em 1902. A localização do novo cemitério distante da povoação, tornou necessária a aquisição de um carro fúnebre que, segundo o vice-intendente Affonso Caetano de Souza, em 1904, já havia sido solicitado pela Intendência em anos anteriores, sendo que o transporte de cadáveres até aquele momento era feito à mão.¹⁷² Em 1910, 1911 e 1912 o mesmo continuava a ser requisitado, porém sem ser atendido, apesar da existência de verba para tal.¹⁷³

A dicotomia entre o cemitério novo e o antigo permaneceu ao longo da primeira década do século XX, como transparece Pedro Lopes de Oliveira, em 1905, ao dizer que tanto o antigo quanto o novo cemitério da cidade estavam sendo mantidos em cuidadoso estado de limpeza e conservação.¹⁷⁴ O estabelecimento do novo cemitério e a manutenção do antigo também acarretavam diversos problemas, resolvidos com a completa remoção do antigo cemitério, concretizada em 1909. O muramento e outras obras do novo cemitério público foram contratadas por meio de concorrência pública com Luiz Ricci¹⁷⁵ e concluídas em 1907¹⁷⁶, sendo o mesmo ajardinado e arborizado no ano de 1909.¹⁷⁷

Outro fator que também motivou a remoção e o alinhamento completo da área do antigo cemitério foi a construção da estrada de ferro até Marcelino Ramos, na divisa com Santa Catarina pelo rio Uruguai, que foi concluída em 1910, efetivando a ligação do Rio Grande do Sul com o restante do país. O início da construção, em 1908, foi apresentado como algo que traria prosperidade para o município.¹⁷⁸ Em 1909, Gervasio Lucas Annes apontava para o grande incremento econômico que a construção da ligação ferroviária estava trazendo para a cidade e o município.¹⁷⁹ Porém, no mesmo relatório, na seção dedicada à ordem pública, relacionava-se a construção da ferrovia com o aumento do número de delitos, devido a grande quantidade de pessoal empregada na mesma, logo, um grande número de pessoas circulando em Passo Fundo.¹⁸⁰ Mas o índice teria diminuído com a conclusão das obras, em 1910.¹⁸¹

¹⁷¹ ANNES, 1909, p. 26.

¹⁷² SOUZA, 1904, p. 19.

¹⁷³ ANNES, 1912, p. 6.

¹⁷⁴ OLIVEIRA, 1905, p. 17.

¹⁷⁵ OLIVEIRA, 1906, p. 10.

¹⁷⁶ OLIVEIRA, 1907, p. 21.

¹⁷⁷ ANNES, 1909, p. 25.

¹⁷⁸ OLIVEIRA, 1908, p. 2.

¹⁷⁹ ANNES, 1909, p. 11.

¹⁸⁰ ANNES, 1909, p. 7.

¹⁸¹ ANNES, 1911, p. 8.

Fato é que a construção e inauguração desta linha trouxe um aumento considerável da população e relativa alteração do cotidiano da cidade. Contribui para confirmar este fato o aumento da concessão de terrenos e de edificações sendo construídas neste período, principalmente na região do entorno da estação férrea e ao leste da então rua do Commercio. Em 1911 já consta que a “zona de terrenos baldios situada no extremo norte da rua do Commercio, onde a Intendencia fizera traçar varias ruas complementares”, já havia sido quase totalmente absorvida por novas edificações. Neste ano, foram concedidas 110 licenças para edificar e construídos 95 prédios, “grande numero dos quaes de gosto moderno e solida construcção”.¹⁸²

Um marco para as edificações urbanas de Passo Fundo foi a construção da nova sede da Intendência Municipal, inaugurada em 1911 e localizada na então rua do Commercio. Segundo Annes, o “antigo predio adquirido ha trinta e tantos annos, quando as condições da vida local eram outras, ultimamente se tornára deficientissimo, offerecendo verdadeiros embaraços a regularidade dos serviços publicos.”¹⁸³ Até o fim daquele ano foram terminadas as obras complementares, bem como a pintura (concluída em 1912) e a decoração do edifício principal.¹⁸⁴ O prédio se constituiria como símbolo do progresso, localizado em uma região que conectava o antigo centro da cidade com o novo, que estava a se formar.

Este novo espaço que passaria a ser o centro da cidade pretendia-se e era realmente *novo*: haviam novas edificações construídas no entorno da praça Marechal Floriano, logo na entrada da cidade. Também as pessoas que ali se estabeleceram eram, em sua maioria, *novas* na cidade. Por exemplo, o capitão Jovino da Silva Freitas (que, posteriormente, viria a nominar a extensão da Avenida Brasil, antiga rua do Commercio, à leste), que tornou-se responsável pela linha telefônica e por diversos outros melhoramentos na cidade, trouxe consigo no início do século XX cerca de seis famílias para “promover o desenvolvimento de Passo Fundo”¹⁸⁵. Neste período, a cidade passou a ser um canteiro de obras, sinal de riquezas, progresso e da *modernidade* acontecendo.

2.2.3. Asseio público e salubridade

¹⁸² ANNES, 1911, p. 14.

¹⁸³ ANNES, 1911, p. 5.

¹⁸⁴ ANNES, 1912, p. 10.

¹⁸⁵ BARRICHELLO, Sandra; FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Memórias de um passo-fundense centenário. Entrevista concedida por Jovino da Silva Freitas. In: FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da; CORTEZE, Dilse Piccin (Orgs.). *Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2010. p. 70.

Antigo local de passagem de tropas e muares, a cidade de Passo Fundo não deixou de ter essa presença, ainda que com o estabelecimento da ferrovia. A passagem de tropas pelas antiga “Estrada das Tropas” (posteriormente rua do Commercio e Avenida Brasil) só foi proibida totalmente em 1928, pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro¹⁸⁶. Mas a questão da circulação e de manter animais dentro da cidade e povoações do município sempre foi pauta dos *Códigos de Postura*. O de 1884, por exemplo, proibia conservar porcos soltos ou em chiqueiros, ou qualquer outro animal feroz¹⁸⁷, além de não serem tolerados cães soltos, que seriam mortos e enterrados em local distante.¹⁸⁸ Além disso, proíbe conduzir dentro das povoações gado puxado a laço, andar montado em animais xucros ou redomos “sob pena de 4\$000 rs. de multa; e sendo escravo ou menor o contraventor, será pago pelo senhor, pae ou amo.”¹⁸⁹ O código de 1904 vai dizer que não se poderá ter cães sem que estejam matriculados, que estes terão coleira com chapa com o número da matrícula. Os que estiverem sem identificação, seriam mortos pelo responsável da Intendência.¹⁹⁰ Acresce a proibição da criação de animais ferozes, disposta no código anterior, a circulação de cabritos, cabras, ovelhas e porcos que fossem encontradas vagueando pela cidade, pelas ruas e praças, deverão ser vendidos 24 horas depois da apreensão.¹⁹¹

A construção e exploração do matadouro público foi contratada apenas em 1911, com o major Horácio Manoel de Mello.¹⁹² Foi concluído em 1912 “este grande melhoramento que diz respeito á saúde publica, visto que é a carne o principal genero de alimentação no municipio.”¹⁹³ Porém, os *Códigos* já regulavam o abatimento de animais para consumo público, sendo que o de 1884 definia que enquanto não houvesse matadouro público, os animais seriam mortos em locais distantes da povoação, indicados por fiscais.¹⁹⁴ O *Código* de 1904 proibia matar gado ou qualquer animal nos limites urbanos, apenas no matadouro, tratando também de regular o transporte da carne e os açougues.¹⁹⁵

A preocupação com o destino correto dos restos dos animais mortos, somado a necessidade de se manter nascentes, fontes e córregos limpos, faz com que os *Códigos* tenham

¹⁸⁶ A *Gazeta*. Passo Fundo, ano V, nº 25, 29 dez. 1928. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

¹⁸⁷ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO, 1884, p. 5.

¹⁸⁸ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO, 1884, p. 5.

¹⁸⁹ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO, 1884, p. 5.

¹⁹⁰ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 12.

¹⁹¹ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 13.

¹⁹² ANNES, 1911, p. 10.

¹⁹³ ANNES, 1912, p. 6.

¹⁹⁴ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO, 1884, p. 5.

¹⁹⁵ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 18-19.

capítulos voltados ao abastecimento de água, isto pois o principal meio de obtenção de água eram as fontes e os chafarizes públicos. Por isso, o *Código* de 1884 vai definir que nenhum proprietário de terreno poderia fechar fontes ou aguadas que davam servidão pública.¹⁹⁶ Além de atender a população, haviam fontes de água que também serviam como bebedouros de animais, o que fez com que o *Código* de 1904 proibisse lavar roupas nas fontes, açudes ou lagoas destinadas a bebedouros de animais.¹⁹⁷

Preocupado em manter o asseio público, o *Código* de 1904 proíbe de lançar nas ruas e praças da cidade e das povoações água servida, ciscos, animais mortos, cascas de frutas e imundícies; conservar nos quintais e pátios animais mortos, lixo, águas paradas; estabelecer dentro da cidade fábricas de sabão ou velas, curtume e queimar lixo nas ruas e praças.¹⁹⁸ Ainda não havia sistema de recolhimento de lixo, que só foi estabelecido pelo ato nº 238 de 10 de janeiro de 1915.¹⁹⁹

A preocupação não se limitava aos animais mortos ou aos despojos das casas. Os *Códigos de Postura* regulamentavam as maneiras de se proceder com os mortos passo-fundenses. Em 1884, o *Código de Posturas* proibia enterrar corpos dentro da igreja ou sacristia, também empregando multa para corpos mal enterrados, com menos de 6 palmos de profundidade.²⁰⁰ Sobre este assunto, o *Código* de 1904 vai esclarecer que competia à municipalidade a administração e direção dos cemitérios do município, sem intervenção de qualquer autoridade religiosa. Porém, a resolução não compreendia cemitérios pertencentes a particulares ou irmandades fundadas antes do decreto nº 789 de 1890, que definiu a secularização dos cemitérios. Além disso, proibiu-se expressamente o estabelecimento de cemitério particular, definindo que os cemitérios públicos ou particulares com servidão pública, não poderiam estabelecer distinção de lugar para a sepultura, não importando qual tenha sido a religião ou seita do sepultando.²⁰¹ Também define que os cemitérios seriam cercados de madeira, arame ou pedra, sendo a cerca solidamente construída, com portão de entrada, que ofereça segurança, sendo proibida a retirada de cadáveres do cemitério, a não ser com autorização para exumação. As ossadas deveriam ser conservadas e transformadas em cinza quando fosse necessário, sendo depositadas em jazigos posteriormente. O *Código* previa ainda

¹⁹⁶ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO, 1884, p. 10.

¹⁹⁷ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 13.

¹⁹⁸ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 14.

¹⁹⁹ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1915. Acervo Projeto Passo Fundo. p. 36

²⁰⁰ CAMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO, 1884, p. 8.

²⁰¹ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 19-21.

que, caso o cemitério fosse transferido de local, as pessoas teriam direito à mesma área concedida anteriormente.²⁰²

Contribui para afirmar que “novas” pessoas, recentemente chegadas à cidade, se estabeleceram na região do entorno da praça Marechal Floriano o fato do antigo cemitério ter um dia ali se estabelecido. A memória daqueles que já moravam em Passo Fundo anteriormente estava ligada com a memória do antigo cemitério. Uma das pessoas que se estabeleceu neste local foi o capitão Jovino da Silva Freitas, que havia chegado à Passo Fundo no início do século XX. Segundo relato de seu filho²⁰³, onde construíram a casa da família era comum aparecer muitas ossadas, que eram encaminhadas para o novo cemitério, estabelecido em local mais distante da povoação em 1902. Com o tempo, a memória do antigo cemitério foi desaparecendo, e procurou-se deixar o espaço de chegada à cidade através da estrada de ferro com ares de *cartão postal*, priorizando a modernização do seu entorno, conforme veremos no próximo capítulo.

²⁰² INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1904, p. 19-21.

²⁰³ BARRICHELLO; FONSECA, 2010, p. 73.

III - O CRESCIMENTO URBANO E A CONSOLIDAÇÃO CIDADINA DE PASSO FUNDO (1913-1924)

O crescimento urbano de Passo Fundo, vinculado ao estabelecimento da ligação ferroviária com São Paulo e o crescimento populacional, de fato teriam um aumento exponencial na década de 1910. Segundo recenseamento feito em 1920, a população do primeiro distrito neste ano somava 12.707 habitantes.²⁰⁴ Eduardo Roberto Jordão Knack dedica-se, em sua tese²⁰⁵, a tratar sobre a construção do imaginário de Passo Fundo como *capital do planalto*, na década de 1950 e, para isso, faz uma contextualização do processo de urbanização até o período a ser analisado de fato. Para o autor, o ideário de progresso republicano e as intenções de modernização do período da Primeira República foram um dos fatores que contribuíram para a formação e consolidação do imaginário de Passo Fundo como *capital do planalto*. Por isso, o autor corrobora com a visão de Machado e Miranda, ao afirmarem que

A década de 1910 pode ser considerada a Belle Époque tardia passo-fundense. É lembrada como a época em que a cidade encontrou sua modernidade: as ruas se iluminam com a substituição dos lampiões à querosene por lâmpadas elétricas; a rede telefônica encurta distâncias; a instalação do primeiro banco agiliza o comércio; o primeiro cinema encanta os habitantes; e, entre outros movimentos, a área urbana adquire uma nova paisagem com a construção de hotéis e a inauguração da prefeitura “nova”, além da implantação dos trilhos que a partir de então ligariam o Rio Grande do Sul, via Passo Fundo, com São Paulo e o restante do país.²⁰⁶

Entretanto, essas mudanças e melhoramentos não vão atingir toda a cidade nem toda a população, além de estarem articuladas às escolhas: orçamentárias, técnicas ou estéticas.

3.1. Escolhas de modernização

Sinais de que o ideário de progresso pautava as escolhas modernizadoras da cidade podiam ser vistos na nomenclatura das ruas que, conforme já citado no capítulo anterior, recebiam nomes de figuras ou marcos importantes para a República. A construção da própria

²⁰⁴ BRASIL, Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1 de Setembro de 1920. População (1a parte). População do Brazil por Estados, municipios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade.

²⁰⁵ KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. 2016. 468 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

²⁰⁶ MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005. p. 49.

ferrovia também foi homenageada, com figuras como Teixeira Soares e Marcelino Ramos dando nome às ruas, além da própria Avenida Progresso, aberta posteriormente. Na década de 1910 começa a ficar mais evidente os locais escolhidos para concretizar o projeto de modernização urbana pretendido. No *Código de Posturas* de 1914, aprovado pela lei nº 224 de 25 de abril, aparece a obrigação de que a Avenida General Netto, juntamente com a Avenida Brasil (antiga rua do Comercio, que teve seu nome alterado em 1913), também deveria ter calçadas com 2 metros de largura, enquanto as demais ruas poderiam ter 1,60 metros.²⁰⁷ Ou seja, a área no entorno da viação férrea e, principalmente, a via que conectava a avenida Brasil à estação ferroviária, estava ganhando uma importância similar à principal via da cidade.

Figura 7 – Avenida General Netto, década de 1910.



À esquerda, praça Marechal Floriano cercada, à direita nota-se as edificações que já atendiam os preceitos estéticos da época. Ali estava localizada a residência do capitão Jovino da Silva Freitas. Pode-se perceber a largura da via e que a mesma ainda não se encontrava calçada. Fonte: Projeto Passo Fundo. Disponível em http://projetoportunofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=61003&tipo=texto. Acesso em 03 dez. 2020.

Os códigos para com a estética das edificações também ficaram mais rígidos. Além da obrigação de não fazer edificações de madeira nas principais ruas e praças, o *Código de Posturas* de 1914 vai definir que as casas de material não poderiam ser construídas sem platibandas na frente.²⁰⁸ As platibandas têm a função de esconder o telhado da edificação, constituindo-se em uma faixa horizontal que emoldura a parte superior do edifício. Ou seja, sua finalidade é, principalmente, estética. O *Código* de 1924 vai obrigar todo proprietário de casa

²⁰⁷ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Passo Fundo: Livraria A Minerva, 1914. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 7.

²⁰⁸ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1914, p. 9.

antiga que não possuir platibanda a fazê-la em qualquer concerto que tenha de efetuar no telhado. Além de definir que as novas praças que fossem criadas deveriam obedecer “os princípios da estética moderna”.²⁰⁹

Figura 8 – Trecho da avenida Brasil entre as ruas Fagundes dos Reis e Capitão Eleutério, entre 1910 e 1920.



Nota-se a urbanização da área leste da cidade. A maioria das edificações já possuem platibandas, obedecendo ao *Código de Posturas* de 1914. Acervo digital do Instituto Histórico de Passo Fundo.

Em 1913 o Intendente pedia o aumento nos impostos sobre terrenos para edificar, no centro da cidade, considerando a sua crescente valorização, de modo a evitar requerimentos em excesso que conservasse espaços sem edificação, com prejuízo de outros pretendentes e “especialmente do aumento e embellezamento da cidade”²¹⁰. Desta forma, os terrenos só seriam concedidos com a obrigação de edificar toda a sua frente. Entre 1º de outubro de 1913 e 30 de setembro foram expedidas 116 licenças para edificar na cidade.

Na Avenida Brasil, e nas ruas Paissandu, Moron e Jacuhy (atual Independência) foi executado o alinhamento, entre a rua Tiradentes e Capitão Araújo, também em praticamente

²⁰⁹ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação, 1924. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 10.

²¹⁰ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1913. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 14.

todas as ruas transversais que compreendiam este trajeto, além do trecho da avenida Brasil entre a rua Capitão Araújo e Coronel Mascarenhas.²¹¹ Em 1915 foram abertas sarjetas e inseridas canalizações de água nas ruas: Teixeira Soares, Marcelino Ramos, General Netto, Benjamin Constant, Moron, Jacuhy, Coronel Chicuta, General Osório, Bento Gonçalves, Avenida Brasil, além das praças Tamandaré, República e Marechal Floriano. Também foi realizado o alinhamento de ruas na parte poente da cidade, em continuação à Avenida Brasil, na praça Boa Vista e Tamandaré e nas ruas Capitão Araújo, 10 de Abril, 7 de Agosto, 20 de Setembro, Andradas, Coronel Miranda e Coronel Mascarenhas. O alinhamento das ruas há tempos não era executado nesta região da cidade, já que a mesma não estava em expansão.

Figura 9 – Vista de Passo Fundo, bairro Boqueirão, década de 1920.



Vista do alto do mirante do atual Instituto Educacional. Acervo do Instituto Educacional de Passo Fundo.

A rua Bento Gonçalves era considerada pelo Intendente Pedro Lopes de Oliveira em 1915 como “a mais transitada da cidade” tendo, por isso, “que sofrer grandes modificações, desde a Rua General Canabarro”.²¹² Deste modo, ocorreu a desapropriação de terrenos de Angelo Pretto para abertura da rua Bento Gonçalves entre a Avenida Brasil e a rua Moron.²¹³ Foi também realizada a desapropriação de terrenos para prolongamento da rua Paissandu, entre as travessas Tiradentes e Silva Jardim; e de terreno de Jovino da Silva Freitas na rua General Osório, para prolongamento da rua Teixeira Soares.²¹⁴

²¹¹ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1914. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 23.

²¹² OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1915. Acervo Projeto Passo Fundo. p. 32.

²¹³ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1916. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 15.

²¹⁴ OLIVEIRA, 1915, p. 33.

Em 1916 persistia a ambição de melhorar as condições estéticas da cidade, principalmente da área de chegada pelo trem, pela estação férrea. Desta forma, foi priorizada a praça Marechal Floriano, que já estava arborizada e, em seu centro, foi construído um quiosque. A construção deste quiosque foi contratada com o capitão Jovino da Silva Freitas, a quem foi facultado o direito de explorar o serviço de restaurante, ou outro, com isenção de impostos por 12 anos.²¹⁵ O mesmo já havia sido contratado para fazer o calçamento da praça, em 1913.²¹⁶ Os habitantes dos arredores da praça também haviam se comprometido em plantar flores nos canteiros da mesma e foram adquiridos dois portões e bancos para a praça.²¹⁷ Em 1918 a praça era considerada “centro favorito das reuniões, nos dias caniculares”²¹⁸ e a seção de obras estava em negociações com um conhecido floricultor da capital, Otto Schnwald para fazer o seu ajardinamento completo mediante um projeto pré-estabelecido.

Já a praça Tamandaré não havia perdido a sua importância, porém carecia de investimentos, conforme relata o Intendente cel. Pedro Lopes de Oliveira: “em vista da sua situação no **centro da cidade**, em frente á Igreja catholica, merece ser dotada de melhoramentos, de forma a tornal-a um logradouro pitoresco, especial de recreio, concorrendo, ao mesmo tempo, para o aformoseamento de um dos pontos mais importantes da cidade”.²¹⁹ Esta praça já se encontrava arborizada em toda a sua área, exclusivamente com plátanos e pretendia-se construir ali uma fonte pública. Seu poder simbólico ainda era forte, refletido na construção do monumento ao coronel Gervásio Lucas Annes naquele local, concluído em 1920. Os investimentos e a importância da praça na época também se justificam, pois, ali estava localizada a Igreja Matriz, que era o principal templo religioso da cidade na época.

²¹⁵ OLIVEIRA, 1916, p. 13.

²¹⁶ OLIVEIRA, 1913, p. 9.

²¹⁷ OLIVEIRA, 1916, p. 37.

²¹⁸ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Porto Alegre: A Federação, 1918. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 33.

²¹⁹ OLIVEIRA, 1918, p. 33.

Figura 10 – Canteiro central da praça Tamandaré em 1919.



Fotógrafo: Cândido Athayde d'Ávila. Acervo Antão Abade Chagas - Instituto Histórico de Passo Fundo.

A fala de Oliveira nos esclarece que a região do entorno da praça Tamandaré, onde foi construída a sede da Intendência, inaugurada em 1911, era considerada ainda o centro da cidade. Porém, a expansão ao leste da avenida Brasil seguia intensa. Exemplo disso é que, em 1916 pretendia-se realizar o cercamento da praça da República (atual praça Tochetto) para iniciar o processo de plantação de árvores,²²⁰ que foi arborizada em 1918, juntamente com a praça Boa Vista (onde hoje está localizado o Instituto Educacional). Além disso, em 3 de março de 1917 criou-se uma praça denominada Hospital de Caridade, por ser próxima ao referido hospital que já estava em funcionamento na cidade desde 1914. O estabelecimento do hospital também foi um dos fatores que contribuiu para o prolongamento da avenida Brasil até o rio Passo Fundo

Em 1918 o Intendente Pedro Lopes de Oliveira afirmava que “o problema de embelezamento da *urbs* encontra sempre dificuldades, acarretando pesados tributos ao erário público.”²²¹ Culpava por isso as desvantajosas condições topográficas da cidade, localizada em

²²⁰ OLIVEIRA, 1916, p. 14.

²²¹ OLIVEIRA, 1918, p. 32.

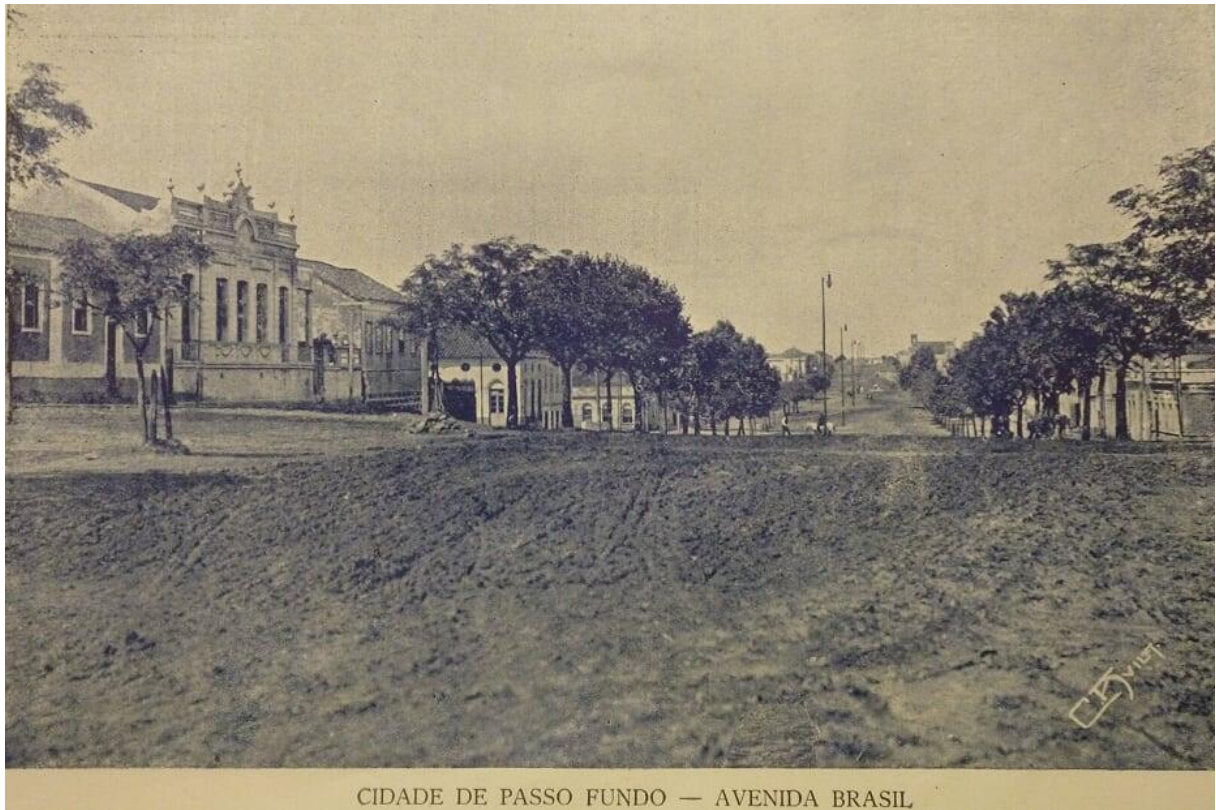
terreno extremamente acidentado, bem como a inobservância do balizamento que foi dado inicialmente às edificações. Segundo o mesmo:

A Avenida Brasil, principal artéria da cidade, originando-se de uma estrada de tropas, á margem da qual, nos primórdios da formação do povoado, construíram-se as primeiras casas, não obstante á magnificência de sua largura excepcional, conserva até hoje os vícios primitivos de alinhamento e de nivelamento, cujas correções demandam multiplos embaraços e despesas que só com o correr dos tempos podem ser realizadas. A sua exequibilidade, porém, hoje mais do que hontem, podem ser assegurada, em face ás medidas que vêm sendo adoptadas pela Secção de Obras, convergentes todas no sentido de tornar effectivo o plano já firmamente delineado, sem omissões quaesquer, de nivelamento e alinhamentos das ruas.²²²

É importante considerarmos essas avaliações já que elas evidenciam as tensões entre o que era desejado para a cidade, o que estava sendo instituído legalmente e aquilo que realmente era efetivado. As “novidades” em adequações para tornar-se uma cidade “moderna” eram constantes e não seria possível adequar-se a este contexto sem que questões básicas, como o alinhamento e nivelamento das ruas, fossem resolvidas. Claro que esta não era uma tarefa fácil, seja pela falta de recursos financeiros, ou mesmo pela dificuldade de alterar a estrutura das ruas da cidade que já estavam povoadas.

²²² OLIVEIRA, 1918, p. 32.

Figura 11 – Avenida Brasil, final da década de 1910.



A largura e extensão da avenida Brasil adiou por muito tempo o calçamento da principal via da cidade. Acervo digital do Instituto Histórico de Passo Fundo.

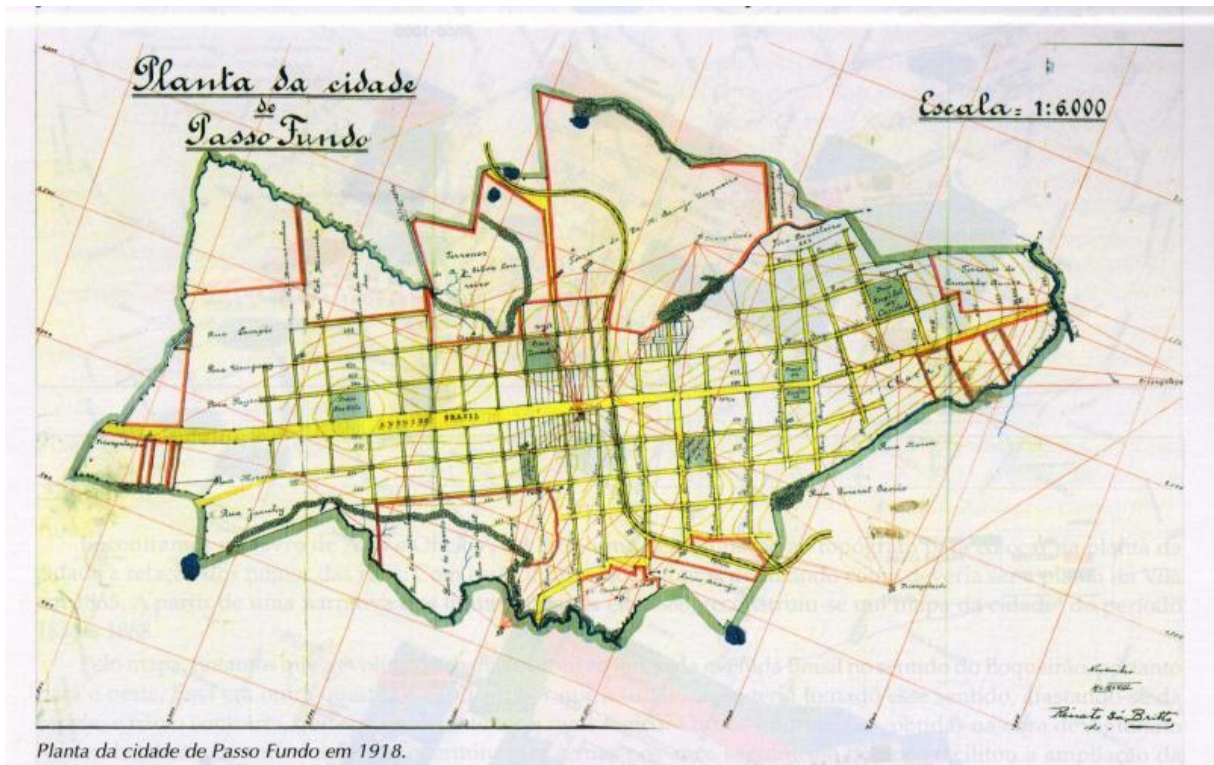
Por exemplo, a intenção do Intendente naquele momento era a colocação de calçamento nas ruas, já que a estrutura do solo estava suscetível à desagregação, resultando em erosões e longos sulcos com as enxurradas, que exigem muitas despesas para conservação, sem que fosse possível “eliminar completamente o pó do verão e a lama do inverno”.²²³ O calçamento das ruas seria permanente, por isso só poderia ser realizado depois que houvesse o devido nivelamento. O Intendente pretendia fazer o calçamento à macadame, que não era, segundo ele, o melhor meio, mas, sim, o mais barato, porque a Intendência possuía uma pedreira própria dentro da cidade. Esse serviço era considerado de extrema importância porque iria proporcionar a impermeabilização do solo.²²⁴ Com o objetivo de tornar o nivelamento da cidade realidade, em 1917 foi iniciada a organização da planta geral de Passo Fundo e também a Planta Cadastral da Cidade, compreendendo uma rede de triangulação, levantamento da planta com alinhamentos por todas as ruas e travessas, perfis de nivelamento de todas as ruas e travessas, levantamento do perímetro urbano e demarcação de lotes urbanos²²⁵.

²²³ OLIVEIRA, 1918, p. 32.

²²⁴ OLIVEIRA, 1918, p. 33.

²²⁵ OLIVEIRA 1918, p. 94.

Figura 12 – Planta da cidade de Passo Fundo elaborada por Renato Sá Britto, 1918.



Fonte: Projeto Passo Fundo. Disponível em http://projelopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=22483&tipo=texto. Acesso em 30 nov. 2020.

Abriu-se a rua Capitão Bernardo, passando pelo sul da estação da estrada de ferro, onde já havia uma indústria estabelecida. Porém Pedro Savinhone Marques não aceitou a desapropriação do terreno em condições cabíveis para a extensão da rua, o que levou a Intendência a mover um processo judicial.²²⁶ Problemas com a desapropriação de terrenos para a abertura de ruas já haviam sido encontrados anteriormente, afetando a intenção de expansão da área urbana. O interesse da Intendência na abertura desta rua se justifica pelos novos bairros que estavam em formação naquele entorno. O relatório evidencia que em 1918 foram 110 petições de concessão e transferência de terrenos, sendo que diversos proprietários de terrenos nos subúrbios estavam promovendo a divisão dos mesmos em lotes para a abertura de novas vilas, com a Vila Rodrigues, que já contava com cerca de 40 prédios.²²⁷

Segundo o relatório, em 1919 foi feito o projeto de nivelamento da rua 7 de Setembro no trecho compreendido entre a Avenida Brasil e a rua General Osório. A Avenida Brasil já se encontrava nivelada e pronta para receber o calçamento a macadame, que havia sido planejado,

²²⁶ OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1919. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 27.

²²⁷ OLIVEIRA, 1919, p. 74.

no trecho compreendido entre a travessa Teixeira Soares e a Avenida General Netto, “macadamisação esta que deve ser feita na area situada entre as areas de platanos que se estendem ao longo da referida via publica e reservada ao transito de vehiculos”.²²⁸ Apesar dos esforços em torno do nivelamento e alinhamento das ruas, o principal objetivo, que era o seu calçamento, não foi concretizado.

Esta planta acabou servindo de base para outro projeto: o de abastecimento de água, que também estava inserido na seara de modernização da cidade. Porém, antes deste projeto, foi executado outro, de iluminação elétrica, que alteraria significativamente o cotidiano urbano. A execução destes projetos, bem como outros que estavam em curso, tornaram mais evidente o esforço para criar uma boa imagem central da cidade de Passo Fundo, enquanto as zonas periféricas e novas vilas que surgiam eram deixadas de lado.

3.1.1. A modernidade visível: eletricidade e iluminação elétrica

Em 2 de março de 1913 foi inaugurado o serviço de eletricidade na cidade, por corrente trifásica, através de contrato firmado pela Intendência com a empresa Bromberg & Cia. A inauguração deveria ter acontecido no ano anterior, porém, não foi possível já que houve um incidente com o dínamo gerador, que havia caído no rio Taquary quando estava sendo transportado.²²⁹ O fornecimento de luz a particulares teve início em abril de 1913, iniciando com 48 e fechando o mês de setembro com 97 contribuintes. Contudo, o serviço não fora regular nos primeiros meses, por conta dos problemas com a queima de bobinas por conta da umidade absorvida pelo dínamo gerador. A iluminação pública foi distribuída pela rua do Comercio, praça Marechal Floriano, praça da Matriz (atual Tamandaré), rua Moron, rua General Canabarro, praça da República, travessa Cel. Chicuta, travessa General Netto e travessa Bento Gonçalves. Porém, o Secretário da Força e Luz Elétrica Municipal, Brasílico Lima, apontava em relatório emitido em 28 de outubro de 1913, para a deficiência da iluminação em algumas ruas da cidade, destacando a travessa Bento Gonçalves e a travessa Cel. Chicuta.

As primeiras alterações com relação a instalação da rede elétrica já aparecem no *Código de Posturas* de 1914, que vai proibir atirar pedras nos faróis e lâmpadas da iluminação pública, ou em arames, cordas ou qualquer coisa que ligasse a iluminação pública, as linhas de telefone ou de telégrafo, além de proibir jogar bola embaixo destas redes²³⁰. Pode pressupor-se que a

²²⁸ OLIVEIRA, 1919, p. 70.

²²⁹ OLIVEIRA, 1913, p. 6.

²³⁰ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1914, p. 12.

coibição procede ações que realmente aconteciam, de vandalização do espaço público ou mesmo da não compreensão de como estes novos elementos poderiam ser afetados por ações corriqueiras, como jogar bola nas ruas.

Um ano após a instalação da rede, constatou-se que a usina precisava de mais um agregado elétrico. O agregado de 80 K.W. já estava sobrecarregado e houveram diversos pedidos de fornecimento de luz por particulares. Por isso foi necessário diminuir a iluminação pública em 11%, acendendo os arcos voltaicos só aos domingos e feriados. O número de contribuintes aumentou de 153 para 178 em um ano.²³¹ Por conta dessa deficiência na capacidade, foi necessário reduzir a iluminação pública da cidade, para atender o abastecimento de luz a domicílios. Devido ao início da guerra na Europa (chamada à época Grande Guerra), sabia-se que o custo para importação dos materiais seria bastante elevado. Por este motivo, buscou-se empréstimo com bancos, incluindo Banco da Província, que havia se estabelecido na cidade ainda em 1912. Porém, optou-se por contratar o empréstimo com Armando Annes & Comp.²³² O novo agregado completo foi encomendado da Inglaterra, possuindo um dínamo gerador com força de 400 cavalos.²³³

A Intendência mandou construir em 1918 um transformador de luz elétrica em terreno devoluto, situado na Avenida Brasil na esquina com a 10 de Abril. Antonio José da Silva Loureiro protestou em juízo contra o direito da Intendência sobre o domínio do referido terreno, propondo uma ação ordinária de reivindicação.²³⁴ Neste mesmo ano, o Intendente destacava as vantagens de ter sido feito um investimento municipal para a instalação da iluminação elétrica, e não contratado particulares para o mesmo. Devido às dificuldades de transporte marítimo durante o período da guerra, não foi possível realizar a inauguração definitiva da nova rede de iluminação da cidade, que havia sido concluída naquele ano.²³⁵ O novo agregado funcionou pela primeira vez em 13 de outubro de 1918. Também neste ano ficou pronta e foi instalada a torre do transformador na Praça Marechal Floriano. Nela, ocorreu um curto circuito em 24 de outubro, que foi reparado apenas em janeiro porque os operários das obras foram acometidos pela gripe espanhola naquele período. Os estabelecimentos industriais estavam instalados nos arredores do transformador da praça, o que fez com que este transformador fornecesse muito mais energia do que aquele instalado na Avenida Brasil, ficando sobrecarregado.²³⁶

²³¹ OLIVEIRA, 1915, p. 26.

²³² OLIVEIRA, 1915, p. 21.

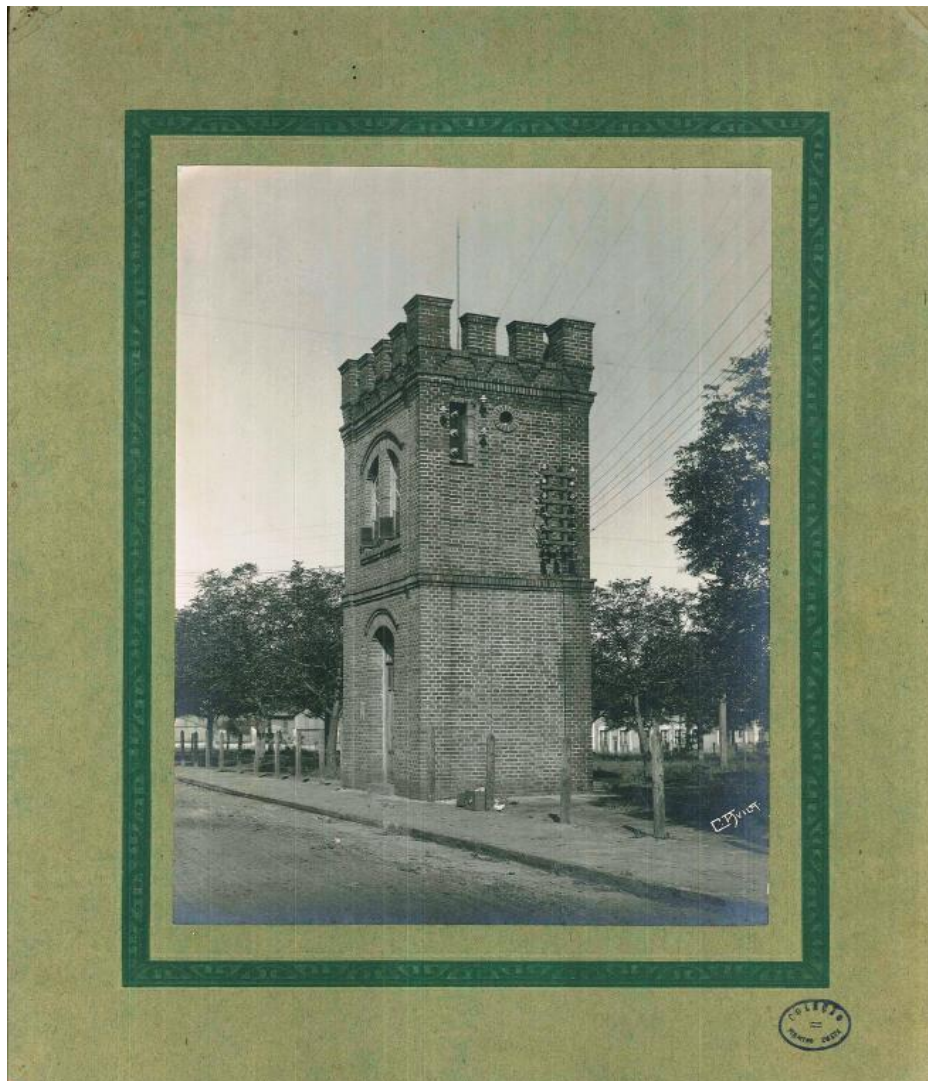
²³³ OLIVEIRA, 1916, p. 8.

²³⁴ OLIVEIRA, 1918, p. 11.

²³⁵ OLIVEIRA, 1918, p. 28.

²³⁶ OLIVEIRA, 1919, p. 88-89.

Figura 13 – Transformador da praça Marechal Floriano em 1919.



Fotógrafo: Cândido Athayde d'Ávila. Acervo Antão Abade Chagas - Instituto Histórico de Passo Fundo.

A preocupação com o acesso à energia elétrica domiciliar pelos mais pobres só vai aparecer em 1919, quando o Intendente cel. Pedro Lopes de Oliveira decidiu que

Considerando que dos benefícios desse importante serviço publico devem também aproveitar o proletariado e as classes humildes, resolvi estabelecer uma tabella especial para o fornecimento de luz aos pobres em virtude da qual os domicílios, cujos prédios estejam sujeitos ao imposto da décima urbana não superior a 10\$000, podem se abastecer da luz elétrica, mediante a contribuição mensal de \$800 rs. por lampada de 16 velas e 1\$000 por lampada de 25 velas.²³⁷

²³⁷ OLIVEIRA, 1919, p. 89.

Em consequência disso, elevou-se para 300 o número de contribuintes para o fornecimento de luz particular.²³⁸ Porém, esta ação não pode ser considerada como um ato de benevolência do chefe da cidade: para ele, era importante que a usina tivesse o maior número de contribuintes possíveis, para que a Intendência pudesse obter mais lucros com a mesma. Além de ser uma ação de autopromoção provavelmente com o objetivo de conquista de votos nas eleições municipais, que ocorreriam naquele ano.

Por meio da execução de uma reforma da rede, foram colocados 117 postes em novo alinhamento, sendo a cidade dividida em 24 seções de luz particular e 16 sessões de luz pública, para tornar possível identificar problemas e resolvê-los mais rapidamente.²³⁹ As lâmpadas públicas foram substituídas por novas, encomendadas de Londres, com a inscrição “Iluminação Pública - Passo Fundo”, para evitar e coibir furtos, que aconteciam frequentemente. O número de contribuintes de luz em 1919 já havia aumentado consideravelmente, contando com 430 domicílios, sendo também 15 estabelecimentos industriais da cidade movidos pela força elétrica municipal, e mais 75 contribuintes que possuíam cinemas, cozinhas, estufas, ferros de engomar, aparelhos de raio X, etc.²⁴⁰

Do empréstimo de 80:000\$000 com Armando Annes & Comp. (destinado ao agregado elétrico) foi desviado 31:665\$700 para liquidar o empréstimo feito com o banco alemão *Brazilianisch Bank für Deutschland* (onde foi feito o empréstimo utilizado para implantação da iluminação elétrica, em 1913).²⁴¹ Foi, igualmente, desviado desse destino o valor de 10:000\$000, para pagamento das duas primeiras prestações do contrato celebrado com o Saturnino de Brito, para a execução do projeto de abastecimento e esgoto da cidade.²⁴² A quantia ficou reduzida a 38:335\$300, e o novo agregado hidroelétrico acabou custando 228:943\$309. A última prestação para Saturnino de Brito iria custar aos cofres públicos 12:000\$000

Em 1921 foi construída a torre destinada ao terceiro transformador, na praça da República.²⁴³ Também foi reforçada a iluminação da praça Marechal Floriano, com a substituição de muitas lâmpadas por outras mais potentes. Em 1920 já haviam 590 contribuintes, além de 130 contribuintes que possuíam ferros e fogareiros, 20 indústrias e 130

²³⁸ OLIVEIRA, 1918, p. 28.

²³⁹ OLIVEIRA, 1918, p. 30.

²⁴⁰ OLIVEIRA, 1919, p. 20-21.

²⁴¹ OLIVEIRA, 1919, p. 23.

²⁴² OLIVEIRA, 1919, p. 24.

²⁴³ VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro. Porto Alegre: A Federação, 1921. Acervo do Projeto Passo Fundo. p. 23.

cinemas, fogões, estufas e ventiladores.²⁴⁴ Em 1923, a Usina sofreu três paralisações: em janeiro, em consequência do assalto pelos revolucionários de 1923; em 17 de março e 17 de abril por motivo de seca; de 5 a 3 de outubro por conta da reforma de postes.²⁴⁵ A luz pública era distribuída por 296 lâmpadas, com 600 contribuintes particulares, sendo que a carga do transformador da praça Marechal Floriano estava quase no máximo, necessitando da instalação de um outro transformador²⁴⁶. A carga do transformador da praça Marechal Floriano não era a maior apenas porque haviam mais domicílios: era nesta região que passaram a se concentrar as principais indústrias, como os moinhos e cervejaria, o comércio, os espaços de lazer, como os cinemas, que só puderam ser estabelecidos após a implementação da energia elétrica.

Pode-se perceber que a implementação da eletricidade, pela iluminação pública, priorizou inicialmente as regiões no entorno das duas principais praças da cidade, Tamandaré e Marechal Floriano. Com o aumento da importância dada ao entorno da viação férrea, essa região passou a ser preconizada, também pelo considerável número de indústrias, comércio e lazer na região. Não se teve indícios de que os subúrbios da cidade, que estavam lentamente se urbanizando, sequer foram atingidos por tais melhoramentos. Mesmo com a medida de diminuição das taxas para os mais pobres, a energia elétrica domiciliar atingiu uma população ínfima, se compararmos os dados apresentados anteriormente, de que haviam 12.707 habitantes no primeiro distrito de Passo Fundo (zona que abrangia a sua sede), mas apenas 590 contribuintes particulares.

3.1.2. O projeto de saneamento e abastecimento de água por Saturnino de Brito

O Intendente municipal Pedro Lopes de Oliveira²⁴⁷ já afirmava em seu relatório de 1918 que, seguindo os preceitos da época, a ordem que deveria ser seguida para implementação de melhoramentos na cidade deveria ser: água encanada, remoção de lixo, esgotos e iluminação elétrica. Segundo o mesmo, esta lógica não foi cumprida na cidade de Passo Fundo porque, tirando o serviço de remoção de lixo, implementado em 1915, o da iluminação é o que menos precisaria de capital inicial e poderia ser mais rapidamente amortizado. Além das vantagens financeiras da implementação da energia elétrica, também podemos considerar que este era um

²⁴⁴ VERGUEIRO, 1921, p. 24.

²⁴⁵ VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro. Porto Alegre: A Federação, 1923. Acervo do Projeto Passo Fundo. p. 35.

²⁴⁶ VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro. Porto Alegre: A Federação, 1924. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo. p. 34.

²⁴⁷ OLIVEIRA, 1918, p. 30-32.

melhoramento visível e imediato, que iria contribuir grandemente para o embelezamento da cidade com a sua iluminação pública e, por isso, foi realizado antes.

Conforme pode ser visto em diversos relatórios dos Intendentes municipais, a cidade e o município eram frequentemente atingidos por epidemias de varíola, varicela e sarampo. Portanto, o saneamento e abastecimento de água tornava-se um ponto a ser resolvido urgentemente, já que, segundo o Intendente, se constituía em uma medida de ordem profilática, devido à “nefasta vizinhança de poços e latrinas nos fundos dos quintais que contaminam os poços [de água]”. Além disso, em 1917 houve escassez de água, obrigando a população a comprar baldes por preços abusivos dos vendedores, o que fez com que a Intendência instalasse uma bomba hidráulica e encanamentos no rio Passo Fundo para facilitar o abastecimento das pipas, exigindo um preço máximo de \$100 para venda.²⁴⁸

Fomentava-se o discurso de que a preocupação com a prevenção, a higiene e a profilaxia não cabia apenas aos médicos, mas também à administração pública que deveria promover o abastecimento de água, os esgotos e o saneamento da cidade. Porém, os recursos disponíveis na época e o preço elevado da exportação de materiais, por conta da guerra, não permitiriam a alçada de tal obra, mas poderiam haver projetos para tal fim que pudessem ser concretizados futuramente.²⁴⁹

Aproveitou-se a visita do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito ao Rio Grande do Sul, em 1918, para requisitar a sua presença também na cidade de Passo Fundo. Saturnino de Brito foi um famoso engenheiro sanitarista brasileiro, que se estabeleceu em 1884 como Engenheiro da Carta Cadastral do Rio de Janeiro, além de ter feito os projetos de saneamento para a cidade de Vitória, no Espírito Santo e trabalhado como Engenheiro da Comissão de Saneamento do estado de São Paulo. Atuava desde 1898 fazendo inúmeros trabalhos para diversas cidades do Brasil,²⁵⁰ conquistando reconhecimento por todo o país. No Rio Grande do Sul, só entre 1918 e 1919 realizou projetos de saneamento nas cidades de Rio Grande, Santa Maria, Cachoeira do Sul, Rosário, Passo Fundo e Livramento.²⁵¹

Com a visita à Passo Fundo, pretendia-se que Saturnino pudesse fazer um rápido reconhecimento, produzindo um relatório com orçamento provável das obras e sistemas de

²⁴⁸ OLIVEIRA, 1918, p. 30-32.

²⁴⁹ OLIVEIRA, 1918, p. 30-32.

²⁵⁰ PICCINATO JUNIOR, Dirceu. Saturnino de Brito e o projeto de abastecimento de água para a cidade de Passo Fundo-RS. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 25, n. 36, 1º sem. 2018. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/19091>. Acesso em 03 dez. 2020. p. 24.

²⁵¹ GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. Evolução urbana de Passo Fundo. In: WICKERT, Ana Paula (Org.). *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 78.

instalação a serem adotados. Oliveira acreditava que a “opinião de Saturnino de Brito é considerada garantia de bons resultados em qualquer tempo que o serviço seja empreendido.”²⁵²

Apesar do interesse nos projetos deste engenheiro não terem sido motivados pela epidemia de gripe espanhola, a visita de Saturnino de Brito foi concretizada depois desta, em 1919, quando “o príncipe da Engenharia do Brasil” celebrou contrato com a Intendência, procedendo “minucioso reconhecimento das condições topográficas da cidade, seu provável desenvolvimento futuro, estudando também, demoradamente, os cursos d’água mais próximos á sede, depois do que mandou executar os levantamentos necessários ao projeto, que está elaborando em Santa Maria.”²⁵³ Os estudos e o projeto de abastecimento de água e esgoto foram delineados sobre a planta cadastral da cidade feita pela Seção de obras no ano anterior, com a qual também foi elaborado o projeto de expansão da cidade.

Em seu projeto Saturnino de Brito destaca a posição da cidade de Passo Fundo, sobre um divisor de água, em local alto, e por isso seria necessário fazer uma elevação mecânica para o abastecimento de água, o que tornaria a execução do projeto ainda mais onerosa.²⁵⁴ Atendendo à projeção de expansão da cidade, Saturnino indica em sua planta a “Vila F”, ao sul da estrada de ferro (posteriormente, Vila Rodrigues), prevendo soluções para a disposição das casas nos lotes de modo a baratear o posterior estabelecimento de esgoto na região.²⁵⁵ O engenheiro preocupava-se com a disposição de novas ruas, terrenos, praças e edificações, chamando a atenção da Intendência para que regulamentasse o estabelecimento destes de modo a facilitar o estabelecimento da rede de esgotos. Tanto o serviço de esgotos quanto o de abastecimento de água seriam possíveis muito por conta da Usina Hidroelétrica Municipal, que poderia fornecer energia para os mesmos caso aumentasse a sua capacidade. Previa-se o abastecimento de mil casas, atingindo em torno de 6 mil habitantes.²⁵⁶ Foram apresentadas das soluções para a execução do projeto, sendo que a primeira custaria aos cofres municipais 2.129:899\$570 rs. e a segunda 2.037:184\$450 rs., entre despesas com abastecimento de água, esgotos sanitários, instalação e administração dos mesmos.²⁵⁷

Apesar das vantajosas condições que traria à cidade, o projeto nunca foi executado. Segundo o novo Intendente, Nicolau Araújo Vergueiro, que assumiu o cargo em 1920,

²⁵² OLIVEIRA, 1918, p. 30-32.

²⁵³ OLIVEIRA, 1919, p. 72.

²⁵⁴ BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projetos e relatórios: saneamento de Santa Maria, Cachoeira, Passo Fundo, Rosário e Cruz Alta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. (Obras Completas, vol. XI). Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 12.

²⁵⁵ BRITO, 1943, p. 165.

²⁵⁶ BRITO, 1943, p. 172.

²⁵⁷ BRITO, 1943, p. 202.

Essa obra, porém, não poderá ser objeto de cogitação sem que muito melhorem as condições atuais do município. Por outro lado, tratando-se de um comprometimento que depende da importação de avultado material do estrangeiro, também não conviria realizá-lo nas condições desfavoráveis, em que se encontram hoje os mercados [...] Acresce que, pelos meios ordinários, não será possível empreender tão vultoso melhoramento, e, por isso, com uma receita segura bem superior à actual, é de se esperar e confiar que o benemérito Governo do Estado, a exemplo do que tem feito em Bagé, Rio Grande, Pelotas e Cachoeira, ampare essa importante obra de saneamento.²⁵⁸

Este projeto não voltou à tona em mais nenhum relatório de Vergueiro. Não foi executado em sua gestão, provavelmente por seu custo elevado que oneraria os cofres públicos, que já estavam em uma situação complicada por conta dos investimentos que haviam sido feitos na instalação da usina municipal e no estabelecimento da energia elétrica. Ao que tudo indica, o serviço de abastecimento de água só viria a ser implementado na cidade em 1938, na gestão do prefeito Arthur Ferreira Filho,²⁵⁹ ou seja, quase 20 anos depois do primeiro projeto.

3.2. O custo da modernidade

Após a morte do líder do PRR em Passo Fundo, e também vice intendente na época, Gervasio Lucas Annes, em 1917, começa um processo de cisões internas dentro do partido, que também se refletem na administração, já que o Conselho Municipal passa a se opor a algumas decisões do Intendente Pedro Lopes de Oliveira, principalmente nas figuras de Nicolau Araújo Vergueiro e Gabriel Bastos. Por exemplo, em seu *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* em 1919, Oliveira relata que o conselho não havia aprovado o orçamento para aquele ano, tendo realizado a reformulação de diversos artigos. Porém, os conselheiros foram obrigados pelo governo do Estado a retificar algumas das alterações feitas no respectivo orçamento.²⁶⁰

Além disso, a cidade havia sido afetada naquele ano pela gripe espanhola, sendo que o Hospital de Caridade havia estabelecido uma enfermaria provisória para “recolher os enfermos indigentes e o proletariado sem recursos”, além de ser acordada a imediata inauguração do Hospital São Vicente de Paulo, para que enfermos pobres pudessem ser socorridos às custas da Intendência.²⁶¹ Um pouco dos prováveis impactos que a gripe espanhola teve no cotidiano das

²⁵⁸ VERGUEIRO, 1921, p. 10.

²⁵⁹ FERREIRA FILHO, Arthur. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal*. 1939.

²⁶⁰ OLIVEIRA, 1919, p. 3.

²⁶¹ OLIVEIRA, 1919, p. 13.

peças podem ser vistos pelas resoluções do *Código de Posturas* de 1924, que definia que não seriam permitidas construções de dependências que não tivessem cubagem de ar e luz suficientes e que as habitações coletivas, bem como as casas destinadas a reuniões deveriam “preencher condições de solidez e higiene”.²⁶² Além disso, definia que as latrinas de moradores ou vizinhos que ficassem próximas a poços, deveriam ter uma distância mínima de 10 metros destes.²⁶³

Também como um provável efeito desta epidemia, foi estabelecido em 1919 o *Regulamento do Asseio Público*.²⁶⁴ O mesmo se preocupava em regular o serviço de remoção de lixo, criado pelo ato nº 238 de 8 de janeiro de 1915, e o serviço de remoção de materiais fecais, criado pelo ato nº 326 de 29 de maio de 1919. Este serviço foi contratado com Alcides de Mattos Bandarra, com a remoção de fossas, que ficavam localizadas em cada domicílio, duas vezes por semana. O serviço começou em setembro, sendo os despojos colocados em um local distante da cidade.²⁶⁵

Em 1920 ocorreram eleições municipais e Nicolau Araújo Vergueiro foi eleito Intendente, nomeando Gabriel Bastos como vice. Como dito anteriormente, ambos fizeram oposição ao Intendente Pedro Lopes de Oliveira após a morte de Gervasio Lucas Annes, então é natural que a sua posição seja crítica aos anos em que Lopes de Oliveira permaneceu no poder. Mesmo assim, as condições financeiras e estruturais da cidade não se apresentavam da melhor maneira. Em seu primeiro *Relatório*, em 1921, Vergueiro²⁶⁶ apontava que: o edifício da cadeia e da Intendência precisavam de reparos urgentes; seu mobiliário estava antigo e estragado precisava de ampliação e reforma; a guarda municipal estava sem armas, sem fardamento, sem equipamento, sem cavalos e com o efetivo reduzido; o departamento de obras não dispunha de material para a sua mobilidade; as estradas do município e ruas da cidade estavam há muito privadas de reparos; as poucas pontes existentes estavam em situação de abandono; o serviço de eletricidade se encontrava com a rede sobrecarregada, sofrendo interrupções constantes e sem poder atender o pedido de novas instalações, porque dependia da construção de um novo transformador. Muitas das coisas relatadas podiam ser consequência direta do boicote ao

²⁶² INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação, 1924. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 15.

²⁶³ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO, 1924, p. 16.

²⁶⁴ INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Regulamento do Asseio Público*. Passo Fundo: Typographia d’O Gaúcho, 1919. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

²⁶⁵ OLIVEIRA, 1919, p. 20.

²⁶⁶ VERGUEIRO, 1921, p. 2-4.

orçamento que o Conselho Municipal havia promovido no final do mandato de Oliveira, mas outras consistiam em problemas que se estendiam a um longo prazo.

Além de todos os problemas apresentados, as dívidas passivas do município se apresentavam na casa de 123:544\$307, das quais 16:497\$817 foram pagas pela Seção de Luz, e 107:046\$490 pela tesouraria, incluindo vencimentos atrasados de muitos funcionários. Havia ainda a dívida de empréstimo feito com Armando Annes & Comp. pela administração anterior, importando, com juros, 74:140\$070 quantia cujo pagamento tinha de ser providenciado porque a dívida havia sido protestada em cartório em 19 de abril de 1920²⁶⁷. Vergueiro, então, preconizou a quitação destas dívidas durante os quatro anos de sua gestão, até 1924, mas sem deixar de atender outras demandas de uma cidade que expandia cada vez mais os seus limites urbanos.

3.2.1. Gestão na conformação da urbe

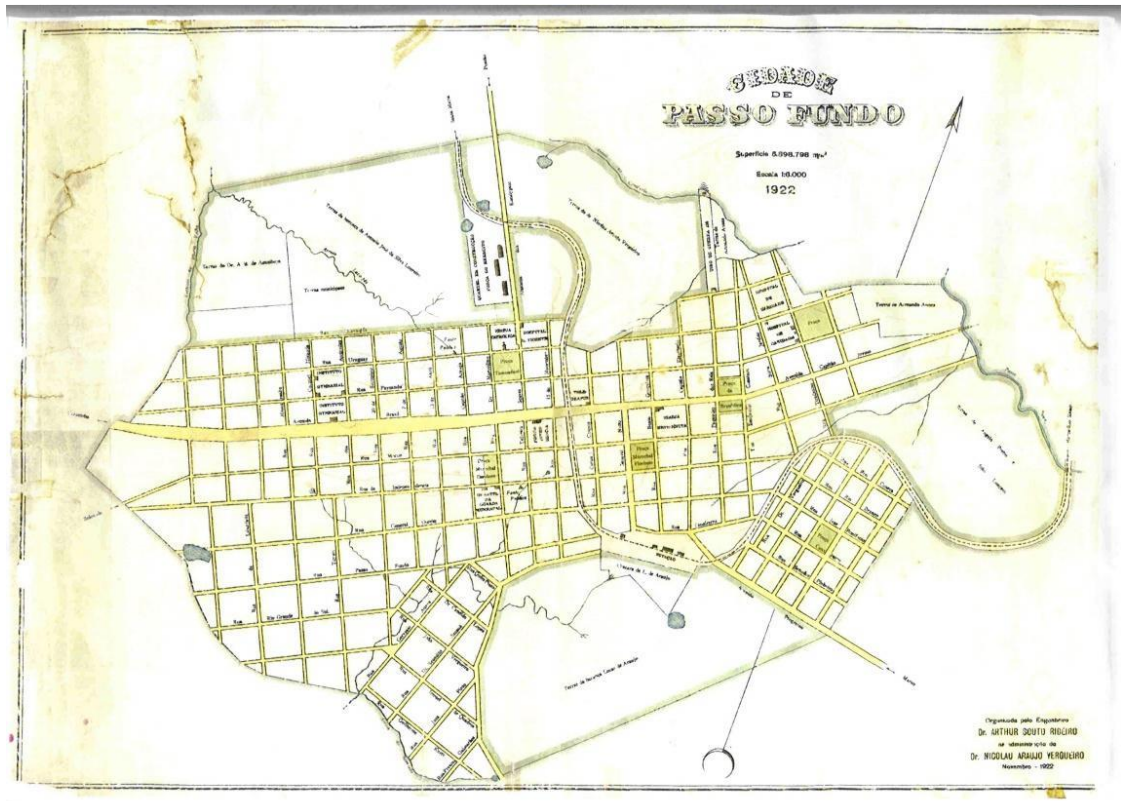
Os limites urbanos foram alterados pelo ato 374 de 12 de julho de 1922, sendo que o Intendente mandou litografar em Porto Alegre o respectivo mapa, no qual constavam as novas vilas: Rodrigues, S. João, Luiza e Operária. O mapa foi confeccionado por Arthur Souto Ribeiro, engenheiro municipal.²⁶⁸ Porém, as obras de melhoramentos urbanos não seguiram a lógica de expansão da cidade, permanecendo os investimentos concentrados nos mesmos locais. Além do nivelamento da Avenida Brasil, da Avenida Capitão Jovino e de toda a área do entorno da estação férrea, também houve a realização de um aterro na Avenida Brasil, entre as ruas 10 de Abril e 7 de Agosto e também na rua Uruguai, Moron e Paissandu, nas proximidades de onde fora o núcleo urbano inicial. Também investiu-se no embelezamento de todas as praças, mas, principalmente da Marechal Floriano, “que é o ponto predilecto de reunião e um dos mais aprasiveis”.²⁶⁹

²⁶⁷ VERGUEIRO, 1921, p. 2-4.

²⁶⁸ VERGUEIRO, 1922, p. 28.

²⁶⁹ VERGUEIRO, 1922, p. 48-49.

Figura 14 – Planta da cidade de Passo Fundo, 1922.



Fonte: MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005. p. 58-59.

Ainda em 1921 haviam diversos projetos sendo pensados, como uma estrada destinada a dar passagem às tropas por fora dos limites urbanos; de embelezamento da Avenida Brasil; de uma ponte de pedra sobre o Rio Passo Fundo; e do edifício da cadeia pública.²⁷⁰ Muitos destes projetos foram executados por outros Intendentes em períodos posteriores, provavelmente porque o orçamento na época não permitia a sua realização.

Um projeto que não está listado, mas que era tópico de discussão em outros anos mas que ainda não havia sido completamente resolvida, é o matadouro público municipal. Ele foi construído em terreno arrendado por cinco anos por Angelo Pretto, na margem do Rio Passo Fundo.²⁷¹ Os abates e fornecimento de carne no município estavam regulamentados pelos *Códigos de Postura*, que passou a exigir o abatimento obrigatório de animais no matadouro municipal.

Também a questão da passagem de tropas pela cidade estava regulamentada, mas a necessidade de coibir e achar alternativas para que as tropas não atrapalhassem o meio urbano

²⁷⁰ VERGUEIRO, 1921, p. 20.

²⁷¹ VERGUEIRO, 1921, p. 14.

ficou cada vez mais latente. O *Código* de 1924 já destacava que, depois que a Intendência mandasse abrir uma estrada própria para a passagem de tropas, estas não poderiam mais entrar na cidade. A questão seria resolvida completamente em dezembro de 1928 quando, no início de seu segundo mandato, Vergueiro proíbe totalmente a passagem de tropas pela antiga estrada das Tropas.

Considerado como o “elemento de valor na acção política administrativa, visto ser o regulador dos factos da sua alçada”²⁷², já aparecia a intenção de reforma do *Código de Posturas* municipal no primeiro relatório de Nicolau Araújo Vergueiro como Intendente. Porém, o mesmo só foi atualizado no final do seu mandato, sendo promulgado pelo ato nº 402, dia 5 de outubro de 1924, passando a entrar em vigor dez dias depois.²⁷³

Uma nova via foi aberta em 1921, sendo denominada alameda dos Eucalyptus, partindo da praça Tamandaré em direção ao cemitério, conectando-se com a estrada de Nonohay.²⁷⁴ Nesta região, começou a ser construído o Quartel do Exército em 1922. A abertura dessa via pode ser considerada como o primeiro indício da expansão urbana que aconteceria nos próximos anos, com o espaço urbano engolindo, novamente, a área do cemitério.

Em 1922, a rua Jacuhy passou a ser denominada Independência, em homenagem aos cem anos da Independência do Brasil, proclamada em 7 de setembro de 1822. E pelo ato nº 376 do mesmo ano, com a intenção de homenagear os serviços prestados pelo capitão Jovino da Silva Freitas ao município de Passo Fundo, “por cujo progresso, em sua época, muitíssimo contribuiu, e mais a sua reconhecida dedicação em face de todos os commettimentos sociaes, e ainda considerando ser justa uma homenagem especial á memória d’aquelle patricio, resolvi também dar a denominação de Avenida Cap. Jovino ao trecho da Avenida Brasil, compreendido entre a praça da República e o rio Passo Fundo”.²⁷⁵

Neste ano, a cidade contava com 1483 edificações, enquanto no ano seguinte foram contabilizados 1477. A paralisação das construções em 1923 se deu por conta da Revolução de 1923,²⁷⁶ na qual a cidade e os entornos estiveram envolvidos. Em 1924 foi preconizado um

²⁷² VERGUEIRO, 1921, p. 5.

²⁷³ VERGUEIRO, 1924, p. 21.

²⁷⁴ VERGUEIRO, 1921, p. 17.

²⁷⁵ VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro. Porto Alegre: A Federação, 1922. Acervo do Projeto Passo Fundo. p. 27.

²⁷⁶ No início da década de 1920, os efeitos da crise econômica no pós-guerra fizeram com que oposição se levantasse contra o governo de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul. Ocorreram eleições em 1922, tendo como candidato da oposição Assis Brasil. Nicolau Araújo Vergueiro, intendente de Passo Fundo à época, apoiava a candidatura de Borges de Medeiros. Com a vitória fraudada de Borges, a oposição no norte pega em armas. Em março em 1923 todo o estado estava em luta, o que acabou apenas com o Pacto de Pedras Altas, que garantiu que Borges terminasse seu quinto mandato, fazendo uma revisão da carta constitucional para abertura a oposição. Ver mais em: BRANDT, Aline. A revolução de 1923 e a transição do governo Borges de Medeiros para Getúlio Vargas

projeto de embelezamento da Avenida Brasil, também organizado pelo engenheiro municipal Arthur Souto Ribeiro. O projeto pretendia simplificar o calçamento da rua, resolvendo o problema de preço elevado por conta do comprimento e largura da mesma.²⁷⁷ Neste sentido, no cruzamento da Avenida Brasil com a travessa Quinze de Novembro foram construídos 100 m² de calçamento de pedras miúdas;²⁷⁸ na rua Moron, no trecho compreendido entre as ruas Andradas e Coronel Miranda, 123 metros; na avenida Capitão Jovino, 246 metros; rua Benjamin Constant, entre a praça da República e Moron, 118 metros; na avenida Brasil, entre as ruas Quinze de Novembro e Teixeira Soares, 142 metros; na rua Independência, entre as ruas Capitão Eleutério e Bento Gonçalves, 128 metros; na rua Paissandu, entre as ruas Quinze de Novembro e Teixeira Soares, 132 metros.²⁷⁹ Mas “o serviço de maior vulto foi o do Boqueirão, á Avenida Brasil, num percurso de 306 metros por 51 de largura, havendo a terraplanagem consumido 7452 metros cubicos de terra.”²⁸⁰ Em dezembro de 1919 foi concedido o terreno da praça Boa Vista para a Igreja Metodista, para a construção de um colégio modelo “concorrendo também para o aformoseamento da zona em que se encontra”,²⁸¹ área onde seria construído o prédio Texas, do Instituto Educacional, inaugurado em 1923. Apesar desta região já ser então considerada distante do novo centro da cidade, que havia se formado no entorno da estação férrea e da praça Marechal Floriano, a atenção voltou-se novamente ao local onde estabeleceu-se o povoado inicial. Mas a cidade crescia, se expandia, e estes novos locais ainda não tinham vez no ideário de modernização da cidade.

na região de Passo Fundo. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 155-163.

²⁷⁷ VERGUEIRO, 1924, p. 30-31.

²⁷⁸ VERGUEIRO, 1924, p. 38.

²⁷⁹ VERGUEIRO, 1924, p. 39.

²⁸⁰ VERGUEIRO, 1924, p. 40.

²⁸¹ VERGUEIRO, 1924, p. 12.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passo Fundo não estava descolada de um contexto de mudanças a nível nacional e regional. Mesmo que tardiamente, iniciou o processo de modernização da cidade, que vinha acontecendo desde a segunda metade do século XIX nas grandes metrópoles brasileiras, sob influência de processos mais amplos, principalmente do que ficou conhecido como a *Belle Époque* europeia. Apesar dos discursos de modernidade já estarem presentes desde o século XIX, como pode-se perceber através da análise dos relatórios desta época, não havia capital disponível para se despendar com tais melhoramentos.

O anúncio da construção da ferrovia, e a elevação da vila, sede do município, para a categoria da cidade em 1891, alterariam esta lógica, mas não imediatamente, já que a primeira década conturbada do regime republicano afetaria o desenvolvimento local. A cidade teria seu processo de urbanização intensificado após o fim da Revolução Federalista, em 1895, e com a retomada da construção da ferrovia em direção à cidade, como é possível perceber com o aumento da concessão de terrenos para edificar entre 1896 e 1898.

É inegável que, na virada do século XIX para o XX, a colonização, o início da exploração madeireira e o estabelecimento da ferrovia na região norte do estado contribuíram para um processo de inserção regional do município que também influenciou o crescimento urbano da cidade. Este desenvolvimento, aliado ao discurso político positivista da ordem para obtenção do progresso, contribuíram para que questões como o aformoseamento das ruas e praças, a padronização de edificações, o asseio público e a salubridade, que já estavam sendo discutidas em outras cidades, fossem pauta do discurso modernizador também em Passo Fundo. Era necessário que o poder público fizesse vultuosos investimentos para adequar-se a uma cidade moderna. Mesmo assim, podemos ver que iniciativas de modernização estavam sendo implementadas já na primeira década do século XX.

O investimento estava centrado, inicialmente, na rua do Commercio, antiga estrada das Tropas, principal via da cidade e no entorno da qual havia se formado o núcleo inicial do povoado de Passo Fundo. Mas, mesmo com exigências para o embelezamento da via, como a proibição de construção de casas de madeira, alguns moradores encontravam formas de burlar a regra, construindo apenas a fachada da edificação em tijolos. A importância da via para a cidade foi consolidada com o estabelecimento do novo prédio da Intendência Municipal, em 1911. O entorno da praça Tamandaré, até então o “centro” da cidade, ainda era priorizado.

Os princípios higienistas que estavam em voga resultaram em diversas ações como, por exemplo, a remoção do cemitério público do local que viria a se tornar o centro da cidade. O

novo cemitério foi inaugurado em 1902, mas a dicotomia entre o cemitério novo e o antigo permaneceu ao longo da primeira década do século XX. Um fator determinante que motivou a remoção definitiva e o alinhamento da área do antigo cemitério, em 1909, foi a construção da estrada de ferro até Marcelino Ramos, concluída em 1910, efetivando a ligação do Rio Grande do Sul com o restante do país, o que trouxe um aumento considerável da população e relativa alteração do cotidiano da cidade.

A ferrovia, desde a sua implementação, em 1898, foi um articulador de investimentos para a cidade, com um poder não apenas econômico, mas também simbólico. É possível perceber isso ao analisarmos a gradual transição, não apenas do crescimento urbano, mas também dos investimentos feitos na cidade para a área do entorno da estação férrea. Este novo espaço que passaria a ser o centro da cidade pretendia-se e era realmente *novo*: pessoas novas na cidade ali se estabeleceram, haviam novas edificações construídas no entorno da praça Marechal Floriano, logo na entrada da cidade, motivando a preocupação com o aformoseamento dessa área.

Na década de 1910, considerada como a *Belle Époque* tardia passo-fundense, as escolhas de investimento começam a ficar mais evidentes. Primeiro, com a prioridade dada para a instalação de uma usina elétrica municipal, para o estabelecimento de energia elétrica na cidade, que foi concretizado em 1913. A área que recebeu maior atenção da nova iluminação pública foi a da praça Marechal Floriano, seguida da região da praça Tamandaré. A onerosidade deste investimento aos cofres públicos, entre outros fatores, impediu que, posteriormente, fossem executados outros projetos, como o calçamento das ruas e o projeto de abastecimento de água feito por Saturnino de Brito em 1919.

No início da década de 1920 começam a ser integrados à malha urbana outros bairros, como a Vila Rodrigues. Mesmo com a expansão para outros pontos, continuaram sendo priorizados os investimentos nos melhoramentos urbanos nos entornos da estrada de ferro, de modo a contribuir para a construção da visualidade urbana da área central, que iria continuar pelas próximas décadas. Essa continuidade também pode ser vista pelo *Código de Posturas* de 1924, que projeta as ideias de modernidade daquele período, mas que vai surtir resultados concretos posteriormente. Não se pode dizer que houve uma “limpeza” da área central de Passo Fundo no período que delimita a pesquisa, porém os códigos morais e estéticos impostos, bem como as escolhas de investimento, determinaram a quem as modernizações urbanas beneficiariam ou não. Pode-se dizer que a *modernidade visível* era mais importante que mudanças concretas que pudessem atingir a maior parte da população urbana.

FONTES

ALVARÁS de terrenos concedidos pela Câmara Municipal de Passo Fundo. Passo Fundo, 1862-1904. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

ANNES, Gervasio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Gervasio Lucas Annes. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1909. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

ANNES, Gervasio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Gervasio Lucas Annes. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1910. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

ANNES, Gervasio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Gervasio Lucas Annes. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1911. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

ANNES, Gervasio Lucas. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Gervasio Lucas Annes. Passo Fundo: A Minerva, 1912. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

BRASIL, Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil*. Realizado em 1 de Setembro de 1920. População (1a parte). População do Brazil por Estados, municipios e districtos, segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. *Projetos e relatórios: saneamento de Santa Maria, Cachoeira, Passo Fundo, Rosário e Cruz Alta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. (Obras Completas, vol. XI). Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

CÂMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Cruz Alta: Typ. do Monitor Serrano, 1884. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

CÂMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Typ. da Reforma, 1874. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

CÂMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial*. Cruz Alta: Typ. da “Descentralização”, 1882. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

CÂMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1887. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

CÂMARA MUNICIPAL DA VILLA DO PASSO FUNDO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1889. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. *Relatório apresentado aos Srs. Representantes da Província*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1886. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

COPIADOR de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857-1867). Paço da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo em Sessão Ordinária 3 de março de 1860. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

COPIADOR de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857-1867). Paço da Câmara Municipal do Passo Fundo, 11 de Janeiro de 1861. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

COPIADOR de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857-1867). Paço da Câmara Municipal do Passo Fundo 16 de Abril de 1861 – Ilmo. Sr. Clementino Xavier da Cruz. Procurador da Câmara. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

COPIADOR de Ofícios e Ordens da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo (1857-1867). Vila do Passo Fundo, 15 de dezembro de 1860. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

ECHO DA VERDADE. Passo Fundo, ano III, nº 10, 01 jan. 1893. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal*. 1939. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

GAZETA. Passo Fundo, ano V, nº 25, 29 dez. 1928. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1904. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Passo Fundo: Livraria A Minerva, 1914. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

O GAÚCHO. Passo Fundo, ano III, nº 3, 11 ago. 1905. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

O GAÚCHO. Passo Fundo, 22 de jun. 1912. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1903. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1905. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1906. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1907. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: Typ. O Gaúcho, 1908. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1914. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1915. Acervo Projeto Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1916. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1913. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Porto Alegre: A Federação, 1918. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

OLIVEIRA, Pedro Lopes de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Pedro Lopes de Oliveira. Passo Fundo: A Minerva, 1919. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

RECENSEAMENTO do Brazil em 1872: Rio Grande do Sul. Disponível em <http://archive.org/stream/recenseamento1872rs#page/n199/mode/2up/search/passo+fundo>. Acesso em 25. out. 2020.

RELATÓRIO da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1874. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 3.

RELATÓRIO da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1882. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 5.

RELATÓRIO da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1886. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 6.

RELATÓRIO da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1887. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF).

RELATÓRIO da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1874. Acervo do Arquivo Histórico Regional (PPGH/UPF). p. 11.

RELATÓRIO da Câmara Municipal da Villa do Passo Fundo apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. 1889.

SOUZA, Affonso Caetano de. *Mensagem apresentada ao Conselho Municipal* pelo vice-intendente Affonso Caetano de Souza. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1904. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro. Porto Alegre: A Federação, 1921. Acervo do Projeto Passo Fundo.

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro. Porto Alegre: A Federação, 1922. Acervo do Projeto Passo Fundo.

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro. Porto Alegre: A Federação, 1923. Acervo do Projeto Passo Fundo.

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal* pelo intendente Nicolau Araújo Vergueiro. Porto Alegre: A Federação, 1924. Acervo do Instituto Histórico de Passo Fundo.

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.
- BARRICHELLO, Sandra; FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. Memórias de um passo-fundense centenário. Entrevista concedida por Jovino da Silva Freitas. In: FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da; CORTEZE, Dilse Piccin (Orgs.). *Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 2010. p. 69-75
- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*: Colônia. Passo Fundo: Méritos, 2006. vol. 1. p. 171-187.
- BATISTELLA, Alessandro; KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do Município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII E XIX. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 29-63.
- BERTOL, Sônia; FROSI, Fabíola. O surgimento da mídia impressa no município de Passo Fundo: os primeiros 50 anos. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 135-154.
- BRANDT, Aline. A revolução de 1923 e a transição do governo Borges de Medeiros para Getúlio Vargas na região de Passo Fundo. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 155-163.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CAFRUNI, Jorge Edeth. *Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2019.
- CARNEIRO, Newton. Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. vol. 2. p. 125-138.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- COSTA, Emília Viotti da. A Proclamação da República. in: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6.ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- d'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. *Passo Fundo: terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996. vol. 1.
- DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos. *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio. *Páginas da belle époque passo-fundense*. Passo Fundo: Passografic, 2008.

DAMIAN, Marco Antonio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010.

DAUDT, Frederico C. A enfiteuse e os terrenos foreiros de Passo Fundo. *Revista da Faculdade de Direito*, Passo Fundo, ano XIV, n. 3, p. 97-114, abril 1968.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 376-398.

DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. vol. 1.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. vol. 1.

FÉLIX, Loiva Otero. Política, poder e justiça: violência e criminalidade sob os coronéis e no "Caso Creso". In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 165-188.

FERRETO, Diego. *Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha*. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FIGUEIREDO, Zélia Guareschi; BITENCOURT, Luciane Rodrigues; JORGE, Márcia da Silva. Passo Fundo: 150 anos e a dinâmica do território. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 111-134.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1978. 3. v.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 143-275.

GOLIN, Tau. Identidade gentílica e capital simbólico. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 1. p. 451-469.

GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. Evolução urbana de Passo Fundo. In: WICKERT, Ana Paula (Org.). *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 69-88

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. *Historiografia da cotidianidade: nos labirintos do discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

HEINSFELD, Adelar. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 1. p. 273-304.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KALIL, Rosa Maria Locatelli *et al.* Migração e Urbanização: o caso da região de Passo Fundo. In: DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João

Carlos. *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 36-76.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico: Passo Fundo, RS*. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*. 2016. 468 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel; GIARD; Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar* (Tomo 2). 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 31-185.

MIGLIORANZA, Cristiane Indiará Vernes. “As elites passo-fundenses e sua relação com o poder após a proclamação da República: 1889 – 1893”. In: *Anais do II Seminário de História Regional da Universidade de Passo Fundo*, p. 1-10, 2007. Disponível em <http://2shr.clio.pro.br/>. Acesso em 02 nov. 2020.

MIGLIORANZA, Cristiane Indiará Vernes. *O coronel e os prelos: relações entre imprensa e poder em Passo Fundo*. 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, 2008.

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 2.

NASCIMENTO, Welci. *As ruas de Passo Fundo do século XIX: apontamentos para a história de Passo Fundo*. Passo Fundo: [s.n.], 2005.

NASCIMENTO, Welci; DALPAZ, Santana Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 1995.

NEUMANN, Rosane Marcia; MEYRER, Marlise Regina. A presença dos imigrantes alemães no espaço urbano em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Orgs.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AlPrint Varella, 2017. p. 159-188.

OLIVEIRA, Áxsel Batistella de; SILVA, Caroline da; GASPAR, Waleska. “Regulando as mortes”: os cemitérios e os sepultamentos nos Códigos de Posturas Municipais de Passo Fundo (1884-1950). In: MIRANDA, Fernando; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). *A morte não é o fim: culturas e identidades no Cemitério Vera Cruz*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2018. p. 81-89.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1990. 3 v.

- PADOIN, Maria Medianeira. A Revolução Farroupilha. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006. vol. 2. p. 39-70.
- PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v. 10, n. 17, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/14797>. Acesso em 26 out. 2020.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Espaço, sociedade e cultura: o cotidiano da cidade de Porto Alegre. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 2. p. 163-228.
- PICCINATO JUNIOR, Dirceu. Saturnino de Brito e o projeto de abastecimento de água para a cidade de Passo Fundo-RS. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 25, n. 36, 1º sem. 2018. p. 16-56. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/19091>. Acesso em 03 dez. 2020.
- RAMINELLI, Ronald. História Urbana. in: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 271-296.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a revolução além fronteira. in: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. vol. 3. t. 1.
- RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. A construção tardia do território no norte do Rio Grande do Sul: o caso do antigo município de Passo Fundo. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 21, p. 29-42, ago., 1996.
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 3. p. 7-48.
- SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 3. p. 513-619.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. in: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Orgs.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 29-100.
- TEDESCO, João Carlos. *A Gare e o Trem em Passo Fundo: sinergias econômicas - 1898-1978*. Porto Alegre: EST Edições, 2015.

TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinicius (Orgs.). *Passo Fundo: estudos históricos*. Passo Fundo: Acervus, 2019.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. v. 4. p. 89 - 102. São Paulo. Jun. 1985.